



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**O QUESTIONAMENTO SOBRE A PRIMAZIA LÓGICA A
PARTIR DA CONCEPÇÃO DE FATO NO *TRACTATUS* DE
WITTGENSTEIN**

RALPH LEAL HECK

Fortaleza

2012

Ralph Leal Heck

**O QUESTIONAMENTO SOBRE A PRIMAZIA LÓGICA A
PARTIR DA CONCEPÇÃO DE FATO NO *TRACTATUS* DE
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de mestre em filosofia.

Área de concentração: Filosofia da Lógica e Metafísica.

Orientador: Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira.

Fortaleza
Departamento de Filosofia
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- H352q Heck, Ralph Leal.
O questionamento sobre a primazia lógica a partir da concepção de fato no Tractatus de Wittgenstein / Ralph Leal Heck. – 2012.
102 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Departamento de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Filosofia da lógica e metafísica.
Orientação: Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira.
1. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. Tractatus logico-philosophicus – Crítica e interpretação.
2. Ontologia. 3. Linguagem e línguas – Filosofia. 4. Lógica. I. Título.

Dissertação defendida e aprovada em 04 de Setembro de 2012, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Manfredo Araújo de Oliveira
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. André Leclerc
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva
Universidade Federal da Bahia - UFBA

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador prof. Manfredo Oliveira pela segurança, disponibilidade, compreensão e iluminação na árdua etapa da elaboração deste trabalho.

À minha esposa Emanuelle Medeiros pela força e apoio no decurso de todo o mestrado, companheirismo sem o qual não seria possível sequer ter dado início a esta jornada.

À minha mãe Lígia Leal pela fé e confiança na superação dos percalços do caminho acadêmico.

Ao prof. André Leclerc pela atenção, sugestões e perspectivas, especialmente, por ter me despertado o interesse pela filosofia da mente.

Ao prof. José Expedito Passos pela atenção, paciência e apoio nos momentos de profunda dúvida e dificuldade.

Ao meu amigo William Mendes pelas curtas, porém diárias, conversas sobre filosofia, em especial, Schopenhauer e Kant.

Ao meu amigo Caio Marinho pela ajuda nos momentos críticos, também, pela paciência em me ouvir por horas a fio.

À secretária Alexandra pela atenção, paciência e as orientações burocráticas.

A todos os outros amigos que tenho e fiz ao longo deste tempo no mestrado.

Por último, àqueles que torceram para que eu completasse esta etapa.

***(...) Vem da psicogênese e alta luta
Do feixe de moléculas nervosas,
Delibera, e depois, quer e executa!***

***Vem do encéfalo absconso que a constringe
Chega em seguida às cordas do laringe,
Tísica, tênue, mínima, raquítica...***

***Quebra a força centripetal que a amarra,
Mas, de repente, e quase morta, esbarra
No molambo da língua paralítica!***

“A idéia” de Augusto dos Anjos.

RESUMO:

O presente estudo é uma tentativa de articular uma discussão que nasce da comparação entre diferentes interpretações do Tractatus de Wittgenstein. Dos problemas que surgem, este estudo evidencia a questão de primazia da dimensão lógica a partir da concepção de fato. Isto é, a partir da ideia de divisibilidade ou indivisibilidade do fato é possível supor que: ou a dimensão ontológica cede a estrutura lógica à linguagem, ou é a linguagem quem imprime sobre a realidade uma estrutura lógica. Este ponto de tensão surge da comparação entre os comentadores Merrill B. Hintikka, Jaakko Hintikka, Hans-Johan Glock, P.M.S. Hacker e Donald Peterson. Uma vez estabelecido estes paralelos de leitura, recorro à tentativa de elaborar uma saída para esta questão envolvendo duas etapas: uma leitura dos principais conceitos envolvidos no problema e as possíveis respostas de Wittgenstein a esta questão da primazia. O que leva de fato a uma eliminação desta possibilidade de primazia considerando os próprios termos do Tractatus.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia, Filosofia da Linguagem, Filosofia da Lógica.

ABSTRACT:

The present study is an attempt to articulate a discussion born out of the comparison between different interpretations of Wittgenstein's *Tractatus*. Out of the problems that arise, this study highlights the question of primacy of the logic dimension from the conception of fact. In other words, from the idea of divisibility or indivisibility of the fact it's possible to suppose that: either the ontological dimension gives logical structure to language, or it's language that gives the reality a logical structure. This point of contention arises from the comparison between the commentators Merrill B. Hintikka, Jaakko Hintikka, Hans-Johan Glock, P.M.S. Hacker e Donald Peterson. Once established these reading parallels, I resort to the attempt of elaborating an exit to this question involving two stages: a reading of the main concepts involved in the problem and Wittgenstein's possible answers to this question of primacy. Which leads indeed to a elimination of this possibility of primacy when considering the *Tractatus* own terms.

KEY-WORDS: Ontology, Philosophy of Language, Philosophy of Logic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – SOBRE O TEXTO E AS INFLUÊNCIAS DO <i>TRACTATUS</i>	13
1.1 SOBRE O PRÓPRIO TEXTO DO <i>TRACTATUS</i>	13
1.2 AS INFLUÊNCIAS SOBRE O <i>TRACTATUS</i>	17
CAPÍTULO II – A INTERPRETAÇÃO DOS FATOS	25
2.1 A AFIRMAÇÃO DOS FATOS COMPLEXOS.....	25
2.1.1 Os argumentos dos Hintikka	26
2.1.2 Os argumentos de Glock	31
2.2 A AFIRMAÇÃO DOS FATOS SIMPLES.....	34
2.2.1 Os argumentos de Hacker	35
2.2.2 Os argumentos de Peterson.....	48
CAPÍTULO III – A COMPARAÇÃO DOS ARGUMENTOS.....	63
3.1 AS TEORIAS ENVOLVIDAS NA DEFESA DO ESTATUTO DO FATO.....	63
3.2 DAS INFLUÊNCIAS SOBRE WITTGENSTEIN.....	66
3.3 DO PAPEL DA ONTOLOGIA	67
CAPÍTULO IV – O <i>TRACTATUS</i> E A TEORIA DA LINGUAGEM.....	70
4.1 TEORIA E CRÍTICA DA LINGUAGEM NO <i>TRACTATUS</i>	70
4.2 A TEORIA REPRESENTACIONAL DA LINGUAGEM.....	71
4.2.1 O Enunciado (<i>der Satz</i>).....	72
4.2.2 O pensamento (<i>der Gedanke</i>).....	73
4.2.3 O sentido (<i>Sinn</i>).....	74
4.2.4 Referência (<i>Bedeutung</i>)	75
4.3 A TEORIA ONTOLÓGICA.....	76
4.3.1 O fato (<i>Tatsache</i>)	77
4.3.2 O Mundo (<i>die Welt</i>).....	79
4.3.3 A Realidade (<i>die Wirklichkeit</i>)	80
4.3.4 O objeto (<i>der Gegenstand</i>)	81
4.4 A TEORIA DA FIGURAÇÃO	82
4.4.1 A figuração é a heurística do paralelo semântico-ontológico.....	82
4.5 A TEORIA DAS FUNÇÕES DE VERDADE	85
4.5.1 Os casos-limite: o <i>sem sentido</i> e o <i>contra-senso</i>	89
4.6 A FILOSOFIA NO <i>TRACTATUS</i>	91

4.6.1 O que pode ser dito e o que pode ser mostrado.....	93
4.6.2 Os domínios do indizível.....	95
4.7 O QUE É A LÓGICA?	95
CONCLUSÃO	97
5.1 HÁ UMA DIMENSÃO DE PRIMAZIA?	97
5.2 RESPOSTAS POSSÍVEIS.....	98
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:	101

INTRODUÇÃO

O papel dos fatos no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein é de suma importância para a compreensão de um dos eixos principais da obra: a teoria da representação simbólica. Graças à teoria ontológica¹ que contem a concepção de fato, podemos fazer distinções fundamentais em sua teoria da linguagem, das quais a teoria da representação, a teoria da verdade, a filosofia da lógica e a doutrina do místico (inefável) fazem parte.

Na análise do *Tractatus*, existem duas dimensões maiores, por assim dizer, uma dimensão negativa e uma dimensão positiva. A dimensão negativa trata da crítica da linguagem, ou melhor, a desconstrução de algumas concepções lógicas e filosóficas de seus antecessores. A dimensão positiva trata da construção de diversas concepções que, ou fazem parte da teoria da linguagem, ou são adjacentes a ela. Para alguns especialistas, estas teorias estão conectadas umas as outras, para outros intérpretes isto não ocorre. Neste trabalho, pretendo dar ênfase à dimensão positiva da obra, já que “fato” é um conceito elaborado por Wittgenstein sobre os escombros de sua crítica ao representacionismo ingênuo e o fundamento de sua teoria da verdade.

O interesse por este estudo surgiu com a percepção de que em algumas obras de comentadores sobre o *Tractatus*, notava certa pendência para um dos lados do famoso isomorfismo. Ora no momento de explicar a teoria do significado, ora para explicar a teoria da verdade. Sempre em algum momento durante as leituras me surgia esta questão sobre a primazia de uma das dimensões: ontologia ou linguagem.

O objetivo deste estudo, portanto, é uma comparação seguida de uma crítica a algumas possíveis interpretações sobre o status dos fatos no *Tractatus* e sua implicação lógica. Tomei a liberdade de dividir os comentadores em duas vertentes de interpretação. A primeira concepção diz que existem fatos complexos e estes são os referentes dos enunciados complexos. Esta interpretação se baseia na teoria pictórica como elemento fundamental da teoria da linguagem e na importância da teoria ontológica, tomando como base o aforismo 2. Neste grupo de interpretação,

¹ Neste contexto, entende-se teoria ontológica como forma de explicação da ontologia.

escolhi, Merrill B. Hintikka e Jaako Hintikka como principal representante e Hans-Johann Glock como especialista que tangencia esta leitura. A segunda concepção diz que é impossível a existência de fatos complexos como referência aos enunciados complexos. Na verdade, só há fatos simples e os enunciados complexos têm como referente apenas os valores de verdade. Esta interpretação se baseia na importância central da concepção atomista na teoria da linguagem, na diferença de funcionamento entre a teoria pictórica e as funções de verdade e, especialmente, no aforismo 4.0312, conhecido por *Grundgedanke*, de onde, também, se pode derivar em defesa desta leitura o papel da lógica no *Tractatus*. Neste grupo de interpretação, escolhi Donald Peterson e como especialista que tangencia esta postura P. S. M. Hacker. Nos representantes extremos destas duas vertentes, Hintikka e Peterson, a leitura do *Tractatus* implica na tal primazia da ontologia para o primeiro e da linguagem para o segundo. A meta desta exposição, portanto, é avaliar estas posições e mostrar que ambas as perspectivas estão equivocadas quando se coloca em questão qual dimensão possui primazia.

O trabalho que pretendo realizar será dividido em quatro etapas e tem o seguinte encadeamento: A primeira etapa consiste em apresentar as interpretações do estatuto do “fato” na primeira concepção como algo complexo e divisível, elencando os principais argumentos em seu favor, seguido da interpretação moderada sobre o fato complexo e em seguida, apresentar a interpretação da segunda concepção, que diz respeito ao fato atômico e seus principais argumentos, iniciando com a visão moderada e terminando com a visão mais radical.

Na segunda etapa, iremos comparar algumas concepções teóricas importantes: as teorias que embasam as concepções do “fato”, segundo os comentadores, quais influências foram aproveitadas por Wittgenstein; Quais as concepções de ontologia da perspectiva de cada um dos comentadores e como a lógica se relaciona com ela. Além disso, farei apontamentos sobre os elementos de convergência e divergência entre as interpretações.

A terceira etapa consiste em elaborar o meu posicionamento sobre o tema central apontando as principais influências sobre Wittgenstein à época do *Tractatus*, os principais elementos da teoria da representação simbólica, os principais elementos que compõem a dimensão ontológica da teoria da linguagem, como

funcionam a teoria pictórica, as funções de verdade, qual é o papel da filosofia no *Tractatus* e quais os domínios que surgem desta caracterização;

O último momento consiste nos questionamentos centrais: realmente é possível interpretar que alguma destas duas dimensões seja o elemento determinante da forma lógica? É, de fato, plausível sequer tematizar esta questão? Talvez, este estudo expresse poucas perspectivas inovadoras, ou ainda, aponte para uma saída pouco brilhante, mas garanto ser possível neste trabalho o exercício e o exame de questões, que com o decorrer do tempo, se não forem postas às claras, respeitando a já frágil consistência e a coerência das palavras de Wittgenstein, podem levar-nos a reinterpretar o *Tractatus* à luz de outras filosofias, que na ânsia de preencher as tão conhecidas lacunas da obra, venham a povoá-la de anacronismos e deduções inconsistentes.

CAPÍTULO I – SOBRE O TEXTO E AS INFLUÊNCIAS DO *TRACTATUS*

Neste capítulo irei apresentar técnicas de leitura e abordagem do *Tractatus* que considero fundamental para a compreensão da obra, em seguida, farei uma caracterização das influências filosóficas sobre o autor, as quais julgo pertinentes para a exposição do tema e para a defesa do meu posicionamento sobre ele. A função desta exposição é preparar o terreno para as duas vertentes de leitura do estatuto do fato.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* é um conjunto de aforismos enumerados de 1 à 7, contendo sub-sessões. Como 1.1, 1.2, 2.0121, 4.0641, 5.5423, etc. De modo geral, podemos dizer que todos os aforismos são teses, corolários ou definições que levam o leitor em um fluxo de temas culminando no aforismo 7. Ainda que a obra contenha inúmeros sub-tópicos, é possível dividi-la, *en passant*, em três temas principais: O primeiro é a natureza do mundo factual e a teoria da linguagem representacional. O segundo é a discussão sobre a sintaxe da linguagem e a lógica. O terceiro é o inefável, o místico.

1.1 SOBRE O PRÓPRIO TEXTO DO *TRACTATUS*

Ao longo das interpretações que foram feitas sobre a obra, vi que subjaz o problema de como articular corretamente os numerais utilizados para organizar os aforismos e seu método de leitura mais adequado.

Sobre a estilística do *Tractatus* em aforismos, chamo a atenção para uma classificação feita por Margutti Pinto em que é salientado o método paratático de exposição do texto. Nesse método, os aforismos gozam de relativa liberdade dentro da obra. Nas palavras de Pinto, o método paratático “corresponde à construção que renuncia a qualquer ligação precisa entre as partes. O leitor fica livre para imaginar as relações envolvidas, as quais, em virtude de sua imprecisão mesma, assumem um caráter misterioso, mágico.”. Em oposição a este método, existe o método hipotático. Ele estabelece uma relação próxima entre os elementos de um texto, conduzindo o leitor, irrevogavelmente, a uma interpretação. Uma vez que, “trata-se da construção argumentativa por excelência, já que cria quadros e constitui uma

tomada de posição. Ela comanda o leitor, obrigando-o a ver certas relações e limitando as interpretações que ele poderia tomar em consideração.”² A diferença dos dois modos textuais pode ser ilustrada da seguinte forma: no método paratático temos a sentença: “*Eu devo partir: Estou atrasado.*” As duas frases são sintaticamente independentes e apenas implicitamente subordinadas. Se empregássemos a sentença do seguinte modo: “*Eu devo partir visto que estou atrasado.*”, o emprego da conjunção une as duas frases em uma relação de dependência, acrescentando ao significado do primeiro exemplo a obrigação de partir, o que torna a leitura da sentença explícita e subordinada à suas partes³. O importante em salientar o método paratático no *Tractatus* é que este traço estilístico endossa a tese de independência dos aforismos que mais a diante, servirá como argumento ao falarmos do estatuto da lógica.

Não é por acaso que os aforismos da obra têm uma enumeração bastante extensa no que diz respeito aos subníveis dos aforismos principais. Esta intrincada organização de sentenças permite duas abordagens da leitura do *Tractatus* que considero complementares.

A primeira é a leitura usual que segue a ordem da escrita no próprio texto. Este método é normalmente utilizado pelos leitores iniciantes da obra. O segundo método segue a divisão dos subníveis dos aforismos. Embora o próprio comentador em que me baseio para expor estes dois métodos tenha afirmado que “o objetivo do *Tractatus* não é construir sistematicamente uma doutrina pelo encadeamento lógico de teses”⁴, sou enfático em discordar dele com o questionamento sobre o que Wittgenstein entendia por encadeamento lógico, já que existe um padrão de numeração e estes aforismos são contra-sensos, e que só há necessidade lógica. Isto significa, portanto, que deve haver um encadeamento necessário à leitura do texto e que este encadeamento é a própria razão da enumeração.

Como os aforismos são enumerados da forma “x. y z w”, todos os aforismos “x. y’ falam de “x” e “x. y z”, falam de “x. y” e “x. y z w” falam de “x. y z”. Podemos organizar a leitura a partir destes níveis⁵. Por exemplo, dos aforismos 1 ao 2:

² PINTO P.R.M. *Iniciação ao Silêncio*, 1998, p.283.

³ MOUNIN, G. *Dictionnaire de la linguistique*, 1974, p.248

⁴ PINTO P.R.M. *Iniciação ao Silêncio*, 1998, p.285-286.

⁵ Vide nota de rodapé do primeiro aforismo. (Cf. WITTGENSTEIN. L, *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, p.135.).

Níveis	Aforismos		
1º Nível	1	2	
2º Nível	1.1		
3º Nível	1.11	1.12	1.13

Isto implica em uma leitura que considere os aforismos 1.11, 1.12 e 1.13, de algum modo, subordinados ao aforismo 1.1. Digo “de algum modo” pelo fato de assumirmos que o estilo do texto é paratático, não sendo possível estabelecer uma relação restrita de subordinação ou qualquer outra relação, apenas de complementaridade. Uma questão controversa sobre este método de leitura é a presença de aforismos com o algarismo “0” (zero) na composição da ordem dos enunciados. Como, por exemplo, o aforismo 2.01. Neste caso, minha posição de interpretação se assemelha com a de Pinto no que diz respeito à subordinação dos aforismos “x. 0 z” ou “x. 0 0 w”, etc ao aforismo central “x”, assim como a proposta de leitura cíclica que deve ser feita ao retornar do aforismo “x. 0 z” ao aforismo “x”. Agora, em posse de uma compreensão mais refinada do aforismo “x”, posso dizer que discordo no que tange a importância da numeração com relação ao conteúdo do aforismo. Sou a favor da ideia que quanto maior a numeração do aforismo e quando mais zeros ele contém, mais refinado é seu conteúdo conceitual. Nesta leitura, está implícita uma hierarquia axiomática, onde os aforismos descendentes são como que teoremas ou corolários do aforismo “superior”. O mesmo valeria se comparássemos os aforismos à notas musicais e os seus aforismos subordinados como semitons e oitavas.

Outra questão importante sobre o próprio texto do *Tractatus* é a ausência de detalhes dos conceitos elaborados por Wittgenstein, esta escassez de definições unívocas torna o trabalho de interpretação sem fronteiras definidas, o que por outro lado, nos oferece relativa liberdade no posicionamento acerca dos conceitos a serem trabalhados, salvo a exigência de coerência e consistência interna.

Levando em consideração as divisões que expusemos, há um posicionamento exegético que se contrapõe à importância da hierarquia axiomática do *Tractatus*, apontada por Peterson, correspondente ao modo como os temas da obra estão organizados. Segundo ele, o livro possui um esquema conceitual dividido em seis desdobramentos:

(1) Os tipos de discurso	(1a) A linguagem representacional	(1b) A linguagem não-representacional	(1c) O sem sentido
(2) Aquilo que é real	(2a) O mundo dos fatos	(2b) O sintático (o lógico)	(2c) O místico

Os tipos do discurso falam da teoria da linguagem como um todo e tem como referente algum domínio do real. O argumento desta divisão está na terminologia que Wittgenstein utiliza. Ao que se refere ao tipo (1a) são os enunciados que dizem algo, que tem sentido, que descrevem o mundo factual. São referidas por “enunciado” (*Sätze*) ou, na teoria pictórica, como constituinte mínimo: o enunciado elementar (*Elementarsätze*). O tipo (1b) são os enunciados “sem sentido” (*sinnlos*), que tratam dos traços lógico-sintáticos da linguagem. O tipo (1c) são os “contra-sensos” (*unsinnig*), este tipo tem a pretensão de falar do místico, do inefável. Esta classe de enunciados também contém os enunciados que são formados por erros no uso da linguagem, também chamados de pseudo-enunciados.

Os domínios de referência dos tipos de linguagem também se constituem teorias que gozam do mesmo status de independência que os tipos de discurso. O domínio (2a) é o domínio dos “fatos” (*Tatsachen*), sua totalidade chama-se o mundo (*die Welt*). Na análise ontológica, os estados de coisas (*Sachverhalte*) que existem são fatos. O domínio (2b) diz respeito aos traços, características e relações internas da linguagem representacional, elas estão no âmbito do real por constituírem elementos que podem ser *mostrados*, ainda que não possam ser *ditos*.

Toda esta divisão pode dar a sensação de unidade, mas como esta perspectiva se contrapõe à organização axiomática do texto, com ela vem a interpretação de que a independência dos aforismos, ao invés de criar um centro gravitacional onde orbita toda a argumentação, os tipos da linguagem e seus correspondentes domínios criam uma espécie de matriz teórica que se ligam pelo limite de cada domínio. Isto significa dizer que, por exemplo, a teoria da linguagem representacional (a teoria pictórica) e a teoria da lógica não são dependentes uma da outra, pelo contrário, elas são independentes e se relacionam a partir de um critério de coerência e compatibilidade.

Na minha interpretação, as divisões podem coexistir sem problemas com a organização axiomática do texto, desde que não se confunda teorias filosóficas com ordenamento estético. Pode-se muito bem começar pelo transcendental e terminar com a teoria da verdade em uma explicação sobre o *Tractatus*. Mas, alguma ordem

Wittgenstein deveria impor aos aforismos para que eles tivessem a mínima inteligibilidade.

1.2 AS INFLUÊNCIAS SOBRE O *TRACTATUS*

As influências assinaláveis sobre o pensamento de Wittgenstein à época do *Tractatus* são diversas. Escolhi apresentar e separá-las em influências presentes no corpo da obra, influências por analogia e influências indiretas. Este momento da exposição serve para esclarecer que as correntes de pensamento que formam o cenário em que o filósofo austríaco estava imerso são boa parte dos próprios argumentos que Wittgenstein elabora no *Tractatus*.

Vamos iniciar com as influências indiretas. Elas são correspondentes, em grande parte, ao *background* filosófico de sua época e remonta à tradição austríaca empirista. O primeiro é Bernard Bolzano (1781-1848), em sua contraposição incisiva ao psicologismo, escreveu a obra *Wissenschaftslehre* (1837). A grande contribuição dele foi a reação ao psicologismo, portanto, contra uma consideração lógica centrada nos atos e não em seus objetos⁶.

Há também, Ludwig Boltzmann (1844-1906) que desenvolveu seu próprio modelo de física denominado mecânica estatística. Nele, as propriedades físicas equivalem a eixos de referência de coordenadas e os corpos estão em relação constante com estas coordenadas, de modo que a cada propriedade se adicione um eixo ao modelo. Isto permite uma apresentação dos estados possíveis que o sistema pode tomar. A meta de Boltzmann era tornar calculável a probabilidade de cada configuração possível do sistema. Ele incorpora o termo "*Darstellung*" ao vocabulário científico-filosófico. Esta palavra significa uma apresentação objetiva, modelar, ou seja, a apresentação do próprio objeto. Ele também influenciou o programa filosófico de clarificação e adequação terminológica⁷.

Selecionadas algumas influências indiretas no pensamento de Wittgenstein, irei expor as influências por analogia. Ou melhor, as influências que foram identificadas como atuantes na construção do *Tractatus*.

⁶ ROVIGHI, S. *História da Filosofia Contemporânea*, 1999, p.365-366.

⁷ Cf. PINTO, P.R.M., *Iniciação ao silêncio*, p.88

Vamos iniciar esta lista com Hertz (1857-1894), ele foi um importante físico teórico que realizou grandes contribuições no campo da eletrodinâmica e do eletromagnetismo. A influência sobre Wittgenstein está assentada na obra do físico chamada “*Principles of Mechanics*” que parte da axiomatização dos princípios do espaço, tempo e massa⁸, de onde se deriva toda a física. Esta caracterização é inteiramente fundamentada em definições lógicas *a priori*. Sua teorização está sedimentada na lógica e no apriorismo kantiano⁹. A produção de Hertz influencia Wittgenstein em dois principais pontos: O uso da palavra *Bild* como expressão da relação de uma apresentação a partir da formação de algo semelhante à uma imagem, uma apresentação objetiva de algo. Além da caracterização da linguagem e do mundo, Hertz define os sistemas como armações lógicas que fornecem a condição de possibilidade para a definição de partículas de modo *a priori*. As partículas do modelo de Hertz funcionam como coordenadas *a priori* de desdobramento do espaço lógico¹⁰.

A segunda influência desta classificação é Schopenhauer (1788-1860) ela é decisiva nas questões do eu metafísico e do inefável, levantadas nos aforismos finais do *Tractatus*. A busca schopenhaueriana para superar os limites epistemológicos kantianos entre fenômeno e númeno, tenciona uma conciliação entre o solipsismo e o realismo através do conhecimento da vontade. O conhecimento em direção à vontade possui quatro traços presentes em Wittgenstein: a relação de mutualidade entre sujeito e objeto, que diz que todo objeto, só é como tal para um sujeito, e o sujeito só se compreende como tal, se tem ao menos um objeto para diferenciar-lhe e constituir o mundo. Esta postura produz em cada sujeito diante do mundo, a representação deste mundo como seu microcosmo moldado pelas formas *a priori* dos objetos no sujeito.

O segundo ponto é a vontade. Ela é a coisa-em-si no sentido kantiano. O conhecimento do sujeito corpóreo prioriza-se neste contexto por se constituir um conhecimento diferente, através de um corpo enquanto representação (enquanto objeto – conhecimento mediado) e através da consciência e suas ações (conhecimento imediato), que, mutuamente, são expressões da vontade. Esta

⁸ Op. Cit., p.84.

⁹ Cf. BIZARRO, S. *A hertzian interpretation of Wittgenstein's Tractatus*, 2010, p.157.

¹⁰ *Ibidem*, p.156-165.

vontade é um elemento *a priori*, indeterminado, uno, à parte do espaço, do tempo e da causalidade, indiferente à inconstância e mutabilidade do mundo.

O terceiro ponto é o legado kantiano de Schopenhauer, a inteligência à serviço da vontade: “a inteligência é uma espécie de olho a serviço da vontade”¹¹, ela possui a faculdade lógica de reunir, na forma das categorias, os dados da intuição. E o que pode ser tomado como representação delimita o limite do que não o pode: a coisa-em-si.

O último ponto é a relação entre o conhecimento e a ética schopenhauriana. Como os indivíduos são simultaneamente corpo e vontade, é intrínseco ao que está vivo o permanente sofrimento: o imperativo do constante nascimento e satisfação dos desejos. Este ciclo da vida gera um sofrimento sem fim, dada a impossibilidade de satisfazer os desejos. O único meio de suprimir espontânea e totalmente a vontade é através do conhecimento. O conhecimento se opõe ao direcionamento cego da vontade, ele nega a vontade na medida em que a conhece.

Esta é a relação entre o asceta e a vontade: Schopenhauer influencia Wittgenstein na medida em que afirma que a vida ascética é a única condição de cessar o sofrimento. Esta condição se dá através da negação da individualidade e da imersão do sujeito no conhecimento. Isto proporciona uma visão *sub specie aeterni*, o que o torna capaz de perguntar pelo “o que” (*quid*) das coisas, tratando-se de um mergulho na essência através do arrebatamento da contemplação atemporal e aespacial do mundo. Isto toma a forma de uma vida ascética, que tem como premissa a consciência da sujeição temporal da vida, uma vez que vida e morte só dizem respeito à esfera do fenômeno. Deste modo, a vida de abnegação permite ao sujeito ser somente sujeito transcendental, fora do tempo, a contemplar a vontade indeterminada, o universo infinito. Segundo Dutra¹²:

“Quem afirma a supressão da vontade, diz Schopenhauer, afirma também a supressão e o aniquilamento do mundo, que é o espelho, a manifestação da vontade. Já não há mais vontade, representação ou universo. Porque com a negação da vontade se suprime a base do mundo: o sujeito da representação. Sem o sujeito não há objeto, não há mundo.”

¹¹ DUTRA, D. J. V., *Um Mundo de Sofrimento: Ética e Metafísica em Schopenhauer*, in: CIRNE-LIMA, C. e ALMEIDA, C.(orgs.), *Nós e o Absoluto*, 2001, p.60.

¹² Op. Cit., p.65.

A última influência analógica que vale sublinhar é William James (1842-1910), filósofo e psicólogo, foi influente no pragmatismo filosófico e na psicologia da experiência religiosa. Seu papel no pensamento de Wittgenstein está na caracterização da experiência mística. Sua concepção de experiência religiosa parte da oposição ao racionalismo em vista da diversidade de experiências religiosas. A corrente racional não tem a capacidade de explicar as experiências que abrangem a totalidade da vida do homem. A exigência de definição e articulação dos princípios racionais expurga a indescritibilidade da experiência mística. O racional não é capaz de descrever a profundidade e a força das intuições místicas, tornando-se incapaz de advogar contra, tampouco a favor. Constituindo um domínio a parte da racionalidade. Este parece ser o domínio do místico citado no *Tractatus*.

Agora, irei apresentar as influências explícitas no texto do *Tractatus* que serviram de suporte e crítica aos temas tratados na obra. A primeira influência é Frege (1848-1925), que, de longe, foi o filósofo mais influente para Wittgenstein. Não só para ele, mas para toda história da lógica e da filosofia da linguagem desde o século XIX. Podemos elencar algumas dos tópicos gerais de influência mais evidentes sobre Wittgenstein.

O primeiro ponto de influência no pensamento do filósofo austríaco foi o projeto analítico da linguagem, que envolvia a construção de uma linguagem artificial em substituição da linguagem ordinária com o objetivo de exprimir com exatidão todas as formas linguísticas do discurso objetivo. O que significa criar um instrumental simbólico de alta precisão lógica de análise e controle do pensamento humano. Isto implicou na unificação da lógica dos quantificadores (lógica aristotélica) com a lógica dos conectivos (lógica dos conectivos). Esta proposta é marcada inicialmente com a obra *Conceitografia (Begriffsschrift)*.

O segundo ponto foi o anti-psicologismo. Esta visão considera o sentido do enunciado, em termos lógicos, como suas condições de verdade. Esta postura busca um método objetivo de análise da sentença sem recorrer a critérios psicológicos e epistemológicos. Nestes termos, o que importa para a análise lógica da linguagem são os enunciados que tenham caráter representativo, que de alguma forma possamos saber que são verdadeiras quando o são. Segundo Santos¹³:

¹³ SANTOS, L.H.L. *Tractatus Logico-Philosophicus* [Prefácio: *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*], p.26. (Grifo nosso).

Frege vincula-se à tradição aristotélica. A proposição [o enunciado] é um símbolo complexo. Partes da proposição referem-se a elementos da realidade (coisas, propriedades e relações) e o que ela enuncia é a realidade ou não de uma certa combinação desses elementos. Assim, cada proposição é feita verdadeira ou falsa por uma porção da realidade, pela existência ou inexistência na realidade de uma tal combinação – *um fato*.

O terceiro ponto é a distinção da dimensão do sentido (Sinn) e da referência (Bedeutung) nos nomes próprios e no enunciado: Na concepção fregeana de linguagem, o sentido é o modo de apresentação do objeto expresso pelo nome próprio e do pensamento expresso pelo enunciado, ao passo que a referência é o objeto denotado pelo nome próprio e um valor de verdade no caso do enunciado. Ainda que Wittgenstein não adote a mesma interpretação para estas dimensões e terminologias, a discussão faz-se plenamente presente no *Tractatus*.

O quarto é o princípio do contexto: o sentido e o significado de uma sentença não são determinados pelos seus elementos constituintes (os nomes saturados, insaturados ou abreviações) e sim, pela unidade destes constituintes no enunciado, pois “somente no contexto de uma sentença as palavras significam algo”. Por último, a definição de número: Frege entendia os números como conceitos de conceitos e suas operações como o resultado de reiterações entre conjuntos vazios.

O segundo pensador que influenciou explicitamente o *Tractatus* foi Russell (1872-1970). Ele foi orientador, companheiro de trabalho e amigo de Wittgenstein. Sua influência na obra vai desde os aspectos logísticos de publicação do escrito¹⁴ até a motivação de boa parte dos tópicos em que Wittgenstein propõe mudanças notacionais e conceituais na lógica e na análise da linguagem. Vale identificar os seguintes elementos gerais de influência no *Tractatus*:

Primeiro, a influência no modelo das descrições definidas: esta alternativa crítica às descrições de nomes próprios de Frege, evita que seja necessário estipular o valor “conjunto vazio” como resultado de referência a nomes próprios (descrições definidas) que não tenham denotação. Além de aprofundar a visão da forma lógica por detrás de sentenças do tipo: “o atual rei do Brasil tem 12 anos de idade”. Frege, pensava que a sentença que possuísse um sujeito do tipo “o atual rei

¹⁴ Influência na publicação do *Tractatus*, soltura de Wittgenstein da prisão, confecção do prefácio do *Tractatus*, sua relação conturbada com o filósofo austríaco, etc. (cf. MONK, R. *Wittgenstein: o dever do gênio*, pg.19-159)

do Brasil” não poderia ser nem falsa nem verdadeira, uma vez que lhe faltaria um sujeito de referência para ser verdadeiro ou falso. Entretanto, expressões que denotam um objeto pressupõem sua existência. Com a mudança da definição de nome próprio proposta por Russel, as sentenças deste tipo passam a designar um complexo descritivo em que a sentença “o atual rei do Brasil tem 12 anos de idade” é substituída por

Existe, pelo menos, um x tal que;

x reina no Brasil

x é único

x tem 12 anos de idade.

Na substituição de “o atual rei do Brasil tem 12 anos de idade” por Ra , Russel tem a seguinte proposta: $Ra \Rightarrow \exists x(Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow x = y) \wedge Ix)$. A satisfação de Ra por algum objeto, ou ocorre por ser um único e mesmo objeto, ou não ocorre por possuírem a mesma propriedade sendo objetos diferentes. Isto implica na afirmação de que nenhuma sentença possui, em última análise, algum valor de verdade indeterminado. Ou seja, o enunciado, qualquer que seja, é sempre verdadeiro ou falso. Contudo, se afirmássemos que esta sentença Ra é falsa, sua negação, necessariamente, seria verdadeira, o que além de afirmar a existência do rei do Brasil, causaria uma confusão no escopo da negação da sentença. Ocorre que há duas formas de interpretar a negação, o que nos mostra que a negação é ambígua na linguagem natural¹⁵ e a negação de “o atual rei do Brasil tem 12 anos de idade” pode ser interpretada de duas formas:

a) $\neg \exists x(Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow x = y) \wedge Ix)$.

b) $\exists x(Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow x = y) \wedge \neg Ix)$.

No caso “a” leríamos: **Não** existe pelo menos um x tal que; Neste momento, x reina no Brasil; x é único; x tem 12 anos de idade.

No caso “b” leríamos: Existe pelo menos um x tal que; x reina no Brasil; x é único; x **não** tem 12 anos de idade.

Note que no caso “a” o escopo da negação é o quantificador, enquanto que no caso “b” o escopo da negação é o predicado “x tem 12 anos de idade”. A utilização da forma do caso “b” resolve o problema do indeterminado quanto à pressuposição de existência dos objetos a partir das sentenças. Revelando, assim, uma importante

¹⁵ Por exemplo, Cf. PINTO, P.R.M. *Iniciação ao silêncio*, p.100.

distinção entre a interpretação da forma gramatical e a forma lógica profunda das sentenças.

Segundo, a definição de número: Russell definiu os números como conjuntos de conjuntos equipotentes. Esta definição resulta da substituição da definição fregeana por uma *teoria dos tipos* que hierarquiza em níveis diferentes o conjunto, o conjunto do conjunto, o conjunto do conjunto do conjunto, etc... Esta tipologia lógica impedia as operações aritméticas a partir do conceito de conjunto. Foi então que Russell desenvolveu o conceito de operação aritmética a partir da manipulação de conjuntos equipotentes, mas isto acabou por fazê-lo criar o “axiom of infinity”, que vincula cada número à sua quantidade de objetos. Obviamente, o problema desta operação é a pressuposição de um universo contendo, necessariamente, infinitos objetos.

Nestes termos, o próprio “axiom of reducibility” seria um ponto de influência: um axioma derivado da teoria dos tipos, resultado da tentativa de evitar antinomias como a de Frege. O axioma baseia-se na definição de níveis de funções proposicionais e expressa a seguinte definição: em um dado enunciado complexo de nível n os enunciados constituintes envolvidos no contexto da decomposição direta do nível n para nível $n-1$, podem ser de tal modo simplificados, que o menor nível do enunciado presente na decomposição para o nível $n-1$ pode ser considerado um enunciado de nível 1¹⁶.

Como último pensador que vale a pena ressaltar, temos Mauthner (1849-1923), ele foi “o primeiro escritor europeu moderno a considerar a própria linguagem como o tópico central e crucial da investigação filosófica.”¹⁷. A partir daí, vamos elencar algumas contribuições para a definição de crítica da linguagem, do papel da lógica e da crítica aos conceitos metafísicos no *Tractatus*.

Primeiro, O programa de libertação da linguagem. Mauthner propôs a libertação da tirania das palavras através da crítica que se eleva em níveis, onde a cada um deles, devem-se destruir os precedentes. Esta proposta assenta-se na contradição entre a linguagem coagulada de verdades prefixadas (científica) e a linguagem viva (ordinária). Segundo, o conceito de crítica e de linguagem: para Mauthner, o termo “crítica” significa a observação escrupulosa e investigação de um

¹⁶ Um *enunciado elementar* nos termos de Russell. (Cf. RUSSELL, B. & WHITEHEAD, A.N. *Principia Mathematica*, p.168.)

¹⁷ Cf. PINTO, P.R.M. *Iniciação ao silêncio*, p.107.

fenômeno. O termo “linguagem” significa a essência da linguagem, a forma abstrata obtida a partir da perspectiva do que é comum à linguagem dos homens.

Terceiro, a linguagem é seu uso: é o uso que faz com que a linguagem seja ela mesma, é o som, a grafia, a expressão momentânea da linguagem que a retroalimenta. Assim, memória, pensamento, consciência e linguagem são uma coisa só; não há linguagem privada, subjetiva. A dimensão linguística, nesta perspectiva, é a base onde se assenta a ética (a linguagem é um produto humano de onde podemos compreender a ética) e a lógica (puras tautologias pressupostas no uso dos próprios conceitos que lhes servem de exemplo). Em consequência, estas ciências constituem fracassos por serem pura ficção, por pressuporem imposições em suas definições.

Quarto, toda metafísica e ciência são ilusórias: os conceitos de *algo*, *substância*, *ser*, *lei da natureza*, *alma*, *autoconsciência* e *consciência* são vazios, sem significado (*sinnlos*). Eles servem apenas como referência que tangencia um *eu ilusório* resumido na soma das lembranças herdadas ou adquiridas de atividades mecânicas ou práticas.

Quinto, o silêncio: a efemeridade dos significados, a impossibilidade de se chegar a uma verdade pela linguagem faz Mauthner oferecer *o silêncio como alternativa*. A prova está no uso poético de tantas outras culturas, que exaltam o silêncio como fonte de contemplação e preservação da sabedoria.

Sexto, o papel da filosofia: Como todo autoconhecimento e verdade se encontram inacessíveis à linguagem, a filosofia deve limitar-se à observação atenta e à descrição dos fatos. Isto se dá em razão da impossibilidade de tecermos uma resposta final para as questões filosóficas. A cada “por que ?” que respondemos, surge um novo questionamento e assim sucessivamente, até que o filósofo esteja exausto e sucumba às perguntas sem fim, decidindo acreditar que o último fim que o trouxe à exaustão (à morte filosófica) é, de fato, o fim do questionamento. É, então, que surge diante da ânsia da morte, uma nova filosofia: o suicídio da linguagem.

Como se pode ver, este item nos servirá como referencial de definições de influências que irão facilitar as interpretações dos temas que trataremos ao longo deste trabalho. Obviamente, caberia aqui um exercício exegético mais minucioso. Entretanto, fugiria completamente do nosso ponto temático que é *o estatuto do fato*.

CAPÍTULO II – A INTERPRETAÇÃO DOS FATOS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a interpretação dos fatos no *Tractatus*: sua extensão, seu papel como constituinte ontológico e sua relação com a lógica. Exporei duas vertentes gerais de interpretação sobre este tema. A primeira interpreta o fato como algo complexo, composto por estados de coisas. Estes seriam figurados pelos enunciados elementares, onde os fatos seriam construídos através de uma armação lógico-ontológica. A segunda vertente interpreta os fatos como unidades indivisíveis e que os estados de coisas são apenas uma interpretação equivocada para um termo que pode ser melhor substituído por “fatos atômicos”, baseada na premissa de que “a lógica dos fatos não se deixa substituir”.

2.1 A AFIRMAÇÃO DOS FATOS COMPLEXOS

De modo mais detalhado, a interpretação dos fatos como elementos complexos está assentada em três interpretações gerais: a) os objetos são os elementos verdadeiramente ontológicos, que combinados a partir de uma forma lógica intrínseca, baseada em seus tipos lógicos, formam os estados de coisas. b) os estados de coisas são *possíveis* fatos. Uma afirmação que implica em uma visão modal da ontologia do *Tractatus* e que faz uma distinção entre ato e potência, i.e., possibilidade e efetividade dos estados de coisas. c) o fato é essencialmente composto por um ou mais estados de coisas, como na afirmação do aforismo 2: “o que é o caso, o fato, é a existência de *estados de coisas*”¹⁸.

Para expor esta vertente, escolhi duas obras de comentadores que condensam bem esta interpretação. A primeira obra que exporei pertence à Merrill B. Hintikka e Jaakko Hintikka e chama-se *Uma investigação sobre Wittgenstein*. A Segunda obra é um dicionário de termos de Wittgenstein, elaborado por Hans-Johan Glock.

¹⁸ O grifo nosso, no original, é *Sachverhalten*.

2.1.1 Os argumentos dos Hintikka

Sobre a interpretação dos fatos para estes comentadores, é importante dizer que ela é uma dedução da interpretação do papel dos objetos na ontologia do *Tractatus*. Para os fins da exposição, vou iniciar com algumas teses¹⁹ centrais que dão origem à interpretação dos fatos e, a partir daí, mostrar os argumentos propriamente ditos, estabelecendo alguns adendos em seguida.

Devemos, antes, fazer uma observação preliminar no que diz respeito à terminologia empregada na tradução do termo “Satz”. Na tradução do livro dos Hintikka que tive acesso, o termo proposição está no lugar de enunciado. Para preservar a fonte, não modificarei este detalhe, mas a ressalva sobre este equívoco permanece.

Selecionei os seguintes argumentos de base para interpretação dos fatos:

1º argumento: A distinção lógica entre objetos, propriedades e relações.

A questão *mais importante* e norteadora colocada pelos Hintikka para a interpretação do *Tractatus* é o entendimento do que é o objeto (*Gegenstand*). Pois, é a partir do objeto que se derivam todas as teorias: figuração, função de verdade, probabilidade, filosofia da lógica, o inefável, etc. Isto implica, obviamente, em uma hierarquia na interpretação do escrito, onde a ontologia tem a primazia sobre o restante das dimensões contempladas na obra. Para estes comentadores, Wittgenstein incluía dentro da categoria “objeto” três tipos de objetos: os particulares, as propriedades e as relações²⁰. Uma vez que “Wittgenstein considera (...) as relações linguísticas como correspondentes perfeitamente adequados das relações no mundo”²¹.

A justificativa desta interpretação está na distinção feita entre *índices de nomes* e *nomes* presente no aforismo 5.02, com base nos aforismos 3.202: “os sinais simples empregados no enunciado chamam-se nomes” e 2.03: “no estado de coisas os objetos se concatenam como os elos de uma corrente”. Outra premissa deste argumento é uma passagem dos *Cadernos [Notebooks]* que Hintikka propõe a mudança da tradução de *determinados (bestimmt)* por *particulares*: “(...) o enunciado *fa* fala de objetos determinados, o enunciado geral de *todos* os

¹⁹ Elencaremos apenas algumas teses subjacentes, uma vez que se fosse necessário apresentar todas elas perderíamos o foco de nossa exposição.

²⁰ HINTIKKA, 1986, pp.56-58.

²¹ *Ibid.*, p.58

objetos.”²². Assim, chega-se a conclusão que a é um objeto e que fa é uma estrutura lógica que abrevia $(\exists x)fx$.

2º argumento: Os objetos tem participação na lógica. Eles são elementos da lógica.

Os Hintikka justificam esta afirmação com a premissa de que os tipos de objetos não estão presentes no *Tractatus* porque a distinção terminológica é indiferente em uma possível classificação para a lógica. Outra justificativa é a suposta inefabilidade da semântica. Segundo estes comentadores, o vínculo entre nossas expressões e os objetos é inefável por Wittgenstein considerar a linguagem como o meio universal de expressão. Assim, para poder explicar como cada “nome” denota um objeto, teria que ser possível colocar-se fora desta estrutura funcional, mas isto é impossível. Restando recorrer ao método do *mostrar*. Este método serve para tratar do que é transcendental, logo, o tratamento da existência do objeto, consequência da inefabilidade da semântica, partilha do mesmo estatuto que a lógica.

A adoção destes argumentos permite aos comentadores uma série de deduções. A primeira é a leitura de que os enunciados plenamente generalizados que descrevem integralmente o mundo, justificados no aforismo 5.526, em última instância, dizem respeito aos objetos. Isto está baseado na afirmação do aforismo 4.1272: “assim, o nome variável “ x ” é o sinal propriamente dito do pseudoconceito *objeto*.”. Em segundo lugar, esta interpretação de que os enunciados da lógica têm como referência os objetos, dizem respeito igualmente às quantificações²³. Usa-se aqui como argumento no aforismo 5.5261:

“um enunciado completamente generalizado é, como qualquer outro enunciado, composto. (é o que se evidencia por devermos em “ $(\exists x, \emptyset). \emptyset x$ ” mencionar separadamente “ \emptyset ” e “ x ”. Ambos mantêm independentemente relações designativas com o mundo, como no enunciado generalizado.)”

O mesmo vale para a leitura da concatenação dos objetos na formação do estado de coisas. Para os Hintikka, a expressão de um enunciado elementar como aRb nomeia dois objetos a e b , e uma relação lógico-linguística que é unívoca a uma relação lógico-ontológica entre dois objetos nomeados por a e b , de modo que

²² WITTGENSTEIN, L. *Cadernos*, 1914-1916, [11.7.16], p.112.

²³ HINTIKKA, M.B.; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, 1994, pp.62-64.

R seria uma *entidade insaturada*, tal como é concebida por Frege. Para chegar a essa conclusão, eles baseiam-se no exemplo do aforismo 3.1432: “ ‘Não: o sinal complexo ‘*aRb*’ diz que *a* mantém a relação *R* com *b*’, mas: que ‘*a*’ mantém uma certa relação com ‘*b*’ diz *que* ‘*aRb*.’” Em conjunto com uma passagem dos Cadernos, retraduzida nos termos dos comentadores²⁴, eles reformulam o aforismo acima: “Deveríamos dizer “que ‘*a*’ está para ‘*b*’ segundo uma certa relação, *viz.* Na relação de ladear ‘*R*’ (na relação que se obtém quando ‘*R*’ está entre ‘*a*’ e ‘*b*’) diz que *aRb*”. Com esta argumentação eles concluem:

O que se descobriu aqui não foi apenas que há um terceiro componente na *proposição* [enunciado] relacional examinada por Wittgenstein em 3.1432. Descobriu-se, também, o que é esse terceiro componente. É a relação formalizada por dois nomes distintos ladeando um símbolo vinculado a uma determinada relação com o mundo. Ora, este terceiro componente da proposição deve, segundo o *Tractatus*, ser um *nome*. Aqui, esse nome, de acordo com Wittgenstein, não é um símbolo linguístico (e.g., a letra ‘*R*’), mas uma determinada *relação* linguística (i.e., a de ladear uma letra específica).”²⁵

A tipologia desenvolvida por estes argumentos e as regras de emprego dos objetos, levaram estes comentadores à conclusão de que há uma *forma lógica* nos objetos e é essa forma lógica que diz respeito “às diferentes possibilidades (...) de se combinar com outras entidades em estados de coisas”²⁶.

A partir daí, surge a interpretação dos fatos como complexos. A passagem para esta interpretação está na afirmação “de uma ontologia de possíveis estados de coisas”, nestes termos, a única existência realmente necessária e obrigatoriamente completa seria dos objetos. Esta leitura identifica a forma dos objetos com sua possibilidade de ocorrer em estados de coisas²⁷. Pois:

“Wittgenstein diz que os objetos são a *forma* e o conteúdo (2.025) e que eles constituem não apenas a substância de qualquer mundo possível mas também a sua *forma*. (...) Ele igualmente identifica essa forma de um objeto

²⁴ É importante dizer isto, porque a passagem citada, tanto em inglês, quando em português me parece dizer o oposto do que está sendo defendido por eles. (cf. WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, p.110 §5; *Cadernos*, p.164 §1).

²⁵ HINTIKKA, M.B.; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, 1994, p.66.

²⁶ *Ibid.*, p.68.

²⁷ *Ibid.*, p.79.

(cf. 2.0141) com suas possibilidades de ocorrer em estados de coisas. É também óbvio que essa forma de um objeto é considerada por Wittgenstein como sua *forma lógica*.”.

Assim, se a forma dos objetos é possibilidade de formar estados de coisas e os estados de coisas são possíveis fatos, temos um mundo baseado em uma miríade de possibilidades de possibilidades, junto a isso, uma noção de linguagem regida pela forma lógica que coordena os objetos, os enunciados elementares e os enunciados complexos sempre contendo um correlato com o mundo.

3º argumento: As *Elementarsätze* (enunciados elementares) são enunciados complexos.

Para os Hintikka, Wittgenstein mais do que adotou as noções de Frege de entidades saturadas (objetos) e insaturadas (funções)²⁸, interpretado pelos comentadores como objetos no sentido do *Tractatus*, afirmou, também, que as proposições (pela definição de Frege) são os enunciados que ele chamou de *proposições elementares* no *Tractatus*²⁹. Isto implica em uma série de comprometimentos. Primeiramente, a fusão entre os termos proposição e enunciado. Em segundo lugar, o comprometimento hierárquico entre os princípios da composicionalidade e do contexto. Em terceiro lugar, com uma relação de implicação entre a teoria da figuração e a teoria da verdade. Em quarto lugar, com a definição de verdade por notações lógicas.

Nesta leitura, Wittgenstein coloca o princípio da composicionalidade à frente do princípio do contexto, de modo que a concepção da proposição como função das expressões contidas nela seja mais importante que a afirmação de que “é só no contexto enunciado que um nome tem significado”. Pois, se todo enunciado é essencialmente complexo, a noção de funcionalidade das partes é mais importante que o significado contextual de seus componentes a tal ponto, que para estes comentadores o *enunciado elementar* (nos termos do *Tractatus*) pode ser traduzida por proposição complexa (nos termos de Frege) sem problema algum.

Isto significa que a figuração, outrora como uma relação de isomorfia entre dois átomos: “o enunciado elementar” e o “estado de coisas”, passa a ser considerada uma relação um a um entre nomes - objetos, e forma lógico-linguística -

²⁸ Op. cit., p.70.

²⁹ Op. cit., p.125.

forma lógico-ontológica. A partir desta interpretação da isomorfia entre linguagem e mundo, os Hintikka definem o que é verdade nos termos do *Tractatus*, se baseando ainda no aforismo 3.1432:

“O enunciado expressa pelo signo proposicional ‘aRb’ é verdadeira se e apenas se, a relação no mundo que corresponde a ‘R’ (no sentido exposto por Wittgenstein) prevalece entre os objetos denominados ‘a’ e ‘b’ (nesta ordem), i.e. se, e apenas se, o complexo formado por três entidades linguísticas, ‘a’, ‘b’, e a relação de ladear ‘R’ equivaler à configuração dos objetos que essas três entidades linguísticas representam (nome). Esta explicação pode, obviamente, ser estendida a todas os enunciados elementares.”³⁰

Isto diz, portanto, que a teoria da figuração implica na teoria da verdade. A ordem proposta para esta argumentação é que o aforismo 3.21 implica no aforismo 4.024³¹. Assim, se a teoria da verdade é uma manipulação das possibilidades de verdade com sinais lógicos e a teoria da figuração é a atribuição a cada nome um objeto, a definição de verdade passaria a ser facilmente definida, no caso de aRb , como: $aRb \equiv [v(a), v(b)] \in v(R)$. Sendo $v(x)$ o valor de verdade por designação (*Bedeutung*) de cada um dos objetos do enunciado³².

A apresentação destes argumentos culmina no último deles, que serve como prova cabal da leitura dos fatos como fatos complexos.

4º argumento: Toda lógica é lógica dos objetos.

Segundo os Hintikka, a lógica é o estudo dos componentes mais simples do mundo e estes componentes são os objetos. O argumento usado é uma afirmação no aforismo 4.0312: “a possibilidade de enunciados repousa sobre o princípio da substituição de objetos por sinais.” Para endossar esta interpretação, é usado o aforismo 5.552 que afirma a lógica como anterior ao “como”, mas não anterior ao “o que”, que foi interpretado como “que objetos há no mundo”³³. Os comentadores se apoiam em um trecho dos Cadernos que é citado por eles, mas que, infelizmente, não encontrei referência precisa de onde localizar este dizer na obra citada: “a forma lógica da *proposição* deve já ser dada pelas formas das suas partes

³⁰ Op. cit., p.131.

³¹ Ibid.

³² Ibid., p.133.

³³ Ibid., p.140.

componentes.”, partes estas, entendidas por eles como os objetos. Isto conduz à ideia de que as figurações se estendem para todo tipo de enunciados. Isto se dá com a interpretação do aforismo 4.0312 em conjunto com os aforismos 2.1 e 2, respectivamente: “Minha *ideia básica* [grifo nosso] é que as constantes lógicas não substituem; que a *lógica* dos fatos ao se deixa substituir.”

(1) “Figuramos os fatos”

(2) “um ‘fato’ (*Tatsache*) é complexo, consistindo da existência de (possivelmente vários) estados de coisas”³⁴.

Nas palavras dos comentadores, isto significa que:

“Ele [Wittgenstein] não está apenas empenhado-se em complementar a teoria figurativa através da teoria das funções de verdade (...), a fim de poder definir as formas lógicas das proposições complexas; está também considerando seu processo como uma redução das formas lógicas das proposições complexas às simples; como uma extensão da teoria figurativa às proposições complexas e como uma eliminação das constantes lógicas.”³⁵

O segundo comentador que apresentaremos não só está próximo à interpretação dos fatos como um complexo, que consiste na existência de *possivelmente* vários estados de coisas, como parece ter chegado a esta conclusão sem recorrer às interpretações dos Hintikka e suas fontes primárias deles.

2.1.2 Os argumentos de Glock

Os argumentos de Glock que colocarei em evidência estão presentes no verbete “fato” de seu *Dicionário Wittgenstein*. Eles colaboram para a leitura dos estados de coisas como uma categoria modal e dos fatos como uma unidade ontológica complexa, portanto, plenamente divisível em partes menores.

Mantém-se aqui a mesma ressalva a respeito do termo proposição apresentado nos Hintikka. As citações não terão o termo “proposição” substituído pelo termo “enunciado” em razão da preservação terminológica da fonte.

³⁴ Esta é a interpretação dos Hintikka acerca do aforismo 2: “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas”.

³⁵ HINTIKKA, M.B.; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, 1994, p.143.

1º argumento: em oposição aos componentes adicionais em aRb como foi proposto por Russel (no caso, a forma $x\phi y$), para Wittgenstein este enunciado corresponde a um fato que é decomponível em dois objetos monádicos a e b e um objeto diádico xRy , sem que seja necessário qualquer cimento lógico³⁶.

2º argumento: os estados de coisas correspondem aos enunciados elementares verdadeiros, ao passo que os fatos correspondem aos enunciados moleculares verdadeiros, por exemplo: “p.q.r”. O autor levanta esta interpretação com base nas *cartas a Russell*³⁷:

“(1) <<Qual a diferença entre *Tatsache* e *Sachverhalt*?>>

Sachverhalt é o que corresponde a uma *Elementarsatz* [proposição elementar] – se for verdadeira. *Tatsache* é o que corresponde ao produto lógico de proposições elementares, quando o produto lógico é verdadeiro. A razão por que introduzi *Tatsache*, antes de introduzir careceria de uma longa explicação.”³⁸

3º argumento: O termo *estado de coisas* se aplica ao termo *possível* e não ao termo *existente*. Embora Wittgenstein tenha aprovado a tradução de *Sachverhalt* por “fato atômico”, a interpretação de Glock aponta para o vínculo dos predicados “possível” e “não existente” aos estados de coisas e situações (*Sachlagen*) e nunca aos fatos. Ao passo que os fatos são mais complexos que os estados de coisas, defendido pela leitura do aforismo 2: “O que é o caso, o fato, é a existência de *estados de coisas (Sachverhalten)*”. Assim, mesmo reconhecendo que esta posição seria inconsistente, Glock afirma: “Em vista das afirmações do próprio Wittgenstein, dever-se-ia, portanto, tratar a distinção entre estados de coisas e fatos como sendo equivalente à distinção entre o elementar e o complexo.”³⁹. A inconsistência é justificada através do uso de dois conceitos diferentes para o termo fato por parte de Wittgenstein, que são postos pelo comentador da seguinte forma:

- a) Os fatos positivos (os estados de coisas que existem) e os fatos negativos (os estados de coisas que não existem) são ambos os fatos atuais, ou melhor, a atualização de uma *possibilidade*.

³⁶ GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*, 1998, p.159 §2.

³⁷ *Ibid.*

³⁸ WITTGENSTEIN, *Cadernos* (Apêndice III 1912-1920), [19.8.19], p.187.

³⁹ *Op. cit.*, p.159, §2.

b) Os termos “mundo”, “realidade” e “realidade total” são confusos devido o problema de distinção entre o que significa fato positivo e negativo e estado de coisas existente e não existente. O que só se pode garantir que a estrutura do mundo implique a estrutura da realidade e que dados todos os fatos positivos, são dados também todos os objetos. Sendo está ultima afirmação, a confirmação de que a existência dos objetos é implicada pela existência dos fatos positivos. Deste modo, Glock define o mundo como a totalidade dos objetos mais a totalidade dos estados de coisas que existem e a realidade como a totalidade de estados de coisas possíveis⁴⁰.

No tocante aos enunciados elementares, vou apresentar a passagem em que Glock ilustra a ontologia do *Tractatus*:

“A ontologia dos fatos atômicos proposta por Wittgenstein pode ser ilustrada da seguinte forma: *a-d* são objetos de um determinado tipo (indivíduos), *E-H* são objetos de outro tipo (propriedades), as áreas sombreadas são combinações existentes (estados de coisas existentes), as áreas não sombreadas são estados de coisas possíveis mas não existentes:

	a	b	c	D
E				
F				
G				
H				

(...) a combinação de *F* com *b* nem impede nem implica logicamente a combinação de *F* com *a*, ou a combinação de *b* com *H*. Consequentemente, o que corresponde ao fato negativo de que $\sim Fa$ não é que os objetos *a* e *F* não *poderiam* estar combinados pelo fato de *G* e *a* estarem combinados, mas simplesmente que não *estão* assim combinados.”⁴¹.

Já os enunciados da lógica, que Glock entende por passíveis de serem verdadeiros ou falsos, em especial, enunciados quantificados, são formulações sobre relações lógicas e não se relacionam com objetos, tampouco podem ser traduzidas em operações lógicas de primeiro nível, como defende os Hintikka. Elas trabalham como funções do sentido e não funções de significado. Deste modo, Glock parece separar a teoria do sentido da teoria do significado, mantendo a

⁴⁰ GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*, 1998, p.160, §2-3.

⁴¹ *Ibid.*, p.161, §2.

notação lógica para exemplificar a composição dos enunciados bipolares, entendidos como estados de coisas descritos, por exemplo, por 'Fa'. O que implica, também, na defesa da preservação do sentido nas provas pela lógica⁴², ou seja, provas que utilizam a inferência lógica para produzir enunciados com sentido a partir de premissas com sentido. Neste sentido, diz Glock:

“Embora não exista, entretanto, uma doutrina como a teoria dos tipos, capaz de justificar a lógica, esta está inefavelmente fundada na realidade. A lógica não se apoia em nada a não ser na natureza essencial das proposições – sua bipolaridade: o fato de que, em certas combinações (tautologias), essa bipolaridade é anulada, mostra as propriedades 'formais' que a linguagem precisa ter em comum com a realidade para poder figurá-la.”⁴³

E aqui é evidente que quem precisar ter essas propriedades é a linguagem, não o inverso, nem uma mutualidade *a priori*.

Feitas estas explanações de como alguns intérpretes do *Tractatus* tratam os fatos e o estados de coisas como elementos complexos e modais, vou passar para as visões dos que defendem os fatos como unidades simples e mínimas da ontologia, esta perspectiva se encontra em divergência com os comentadores acima, indo desde a forma correta de fazer a leitura do *Tractatus*, até o peso dado a cada um dos termos escolhidos como peças fundamentais das argumentações acima. Desta maneira, encerrarei este capítulo com a apresentação de dois comentadores que se opõem a leitura de Hintikka e, em parte, Glock. Para no capítulo seguinte, colocar as observações sobre os argumentos tecidos ao longo deste capítulo.

2.2 A AFIRMAÇÃO DOS FATOS SIMPLES

Na segunda metade do presente capítulo, vamos introduzir a interpretação de Hacker e Peterson, respectivamente. A escolha da ordem de exposição se justifica pelo posicionamento de cada comentador sobre as teorias do *Tractatus* e pela escolha das obras que tomo como base. A obra do primeiro, chamada *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, trata da interpretação de tópicos

⁴² Ibid., p.238, §2.

⁴³ Ibid., p.239, §2. [grifo nosso].

controversos ao longo do pensamento filosófico de Wittgenstein, dentre os quais, o papel importante do *Grundgedanke* (*ideia básica*) e a perspectiva quase convencionalista da lógica no *Tractatus*. Estes tópicos nos servirão para a interpretação dos fatos e da própria estilística da obra em nosso trabalho. Já a obra do segundo comentador, *Wittgenstein's early Philosophy: Three sides of the Mirror*, oferece uma visão ainda mais interessante para o nosso estudo, pois trata de uma leitura radical que usa: a tese da independência das teorias que compõem a teoria da linguagem representacional; a importância do *Grundgedanke* para o sistema de representação da linguagem em contraposição à perspectiva da análise dos fatos em concatenações de objetos; a tese da independência da lógica em relação ao mundo.

Podemos elaborar três principais teses gerais que norteiam este segundo conjunto de intérpretes do *Tractatus*: a) Wittgenstein era atomista lógico. Logo, os átomos da linguagem e do mundo, os enunciados elementares e os fatos, são indivisíveis por seus componentes não serem representáveis. b) Wittgenstein *não* interpreta a lógica da mesma maneira que Frege e Russell, ela *não* trata de uma *super-física*, dos traços últimos da realidade. c) A lógica é condição de possibilidade da linguagem, se ela é condição de possibilidade dos fatos não é possível dizer. Pois, a lógica dos fatos não se deixa representar.

2.2.1 Os argumentos de Hacker

A interpretação de Hacker acerca do estatuto dos fatos parte da apresentação dos pressupostos para uma leitura adequada do *Tractatus*: os elementos de concordância e discordância com Frege e Russell; a proposta de interpretação do *Grundgedanke* na obra; a distinção entre função e operação; a interpretação dos enunciados da lógica. Para, por fim, expor a consequência da interpretação dos fatos para a lógica e apresentar as definições da ontologia do *Tractatus*.

Hacker afirma três pressupostos de interpretação da obra de Wittgenstein: 1) O *Tractatus* é uma interlocução com Frege e Russell baseada na leitura do *Begriffsschrift* e *Basic Laws of Arithmetics*, no caso de Frege e *Principles of Mathematics*, *Principia Mathematica*, *Our Knowledge of the External World* e o

manuscrito *Theory of Knowledge*, no caso de Russell. 2) Os significados de Função, função de verdade, condição de verdade, constante lógica e forma lógica são diferentes do que entendemos hoje, estes termos, como eram significados por Wittgenstein, partem justamente do contexto de discussão com os autores mencionados acima. 3) Deve haver um esclarecimento da interpretação de Wittgenstein sobre os termos de Frege e Russell. Isto é condição de possibilidade para entender o quão profunda é a divergência entre eles e compreender o papel da lógica no *Tractatus*, por consequência, o status do fato.

Com base nestes pressupostos, Hacker elenca um conjunto de convergências e divergências que formam o quadro de interpretações dos termos de Wittgenstein. Como concordância com Frege e Russell, ele apresenta os seguintes itens:

1. Wittgenstein está no projeto anti-psicologista. Afinal, a teoria pictórica é um esforço claro neste sentido.

2. A linguagem ordinária esconde a forma lógica. Ainda que, o papel da linguagem ordinária no projeto filosófico dos três seja diferente, todos estão de acordo com a afirmação de que a linguagem possui uma forma lógica e que, graças a ela, preserva-se certa objetividade, certa referencialidade ao mundo.

3. O enunciado é essencialmente composto por “função + argumento”: O enunciado é uma função das expressões nele contidos.

4. O enunciado é o contexto de ocorrência dos elementos que a compõem. Seus elementos só tem significado no contexto do enunciado. (princípio do contexto de Frege).

Como itens de discordância, o comentador elenca uma quantidade bem maior:

1. A linguagem ordinária não é logicamente defeituosa. Diferente de seus predecessores, Wittgenstein interpreta a lógica da linguagem ordinária como perfeitamente adequada para alcançar os fins a que se propõe. O mesmo é o caso da lógica na matemática. Sabemos operar com números, realizamos diversas atividades baseando-nos nas operações, mas não sabemos o que os números significam.

2. O projeto de reforma na lógica da linguagem de Wittgenstein não é substituir a linguagem por uma linguagem ideal que possua uma lógica transparente

e perfeita, mas sim, elaborar uma notação ideal, que deixe transparecer a lógica da linguagem.

3. Em oposição a Frege⁴⁴, “há uma e apenas uma análise completa do enunciado”⁴⁵.

4. O enunciado não está de acordo com o realismo platônico de Frege. Um enunciado não é uma entidade abstrata que corresponde a uma sentença que a expressa. O enunciado é o sinal proposicional em relação projetiva com o mundo⁴⁶. Ser um enunciado é ser uma projeção de algo (empírico) sobre o mundo. E este sinal proposicional não é um complexo, nem um valor de verdade, nem um ente complexo (como quis Frege), mas a descrição de um *possível* estado de coisas.

5. Não há enunciados a que faltam valores de verdade, como Frege defendia. Para Wittgenstein, é da essência do enunciado *ter* que *poder* ser verdadeiro ou falso.

6. Os argumentos das funções proposicionais são nomes, i.e., símbolos. Eles tem significado (*Bedeutung*), mas não têm Sentido (*Sinn*). Diferente de Frege que os tomava por nomes que serviam para mapear através da função proposicional conteúdos não judicáveis (entidades não linguísticas). Ou mesmo, diferente de Russell, que tomava os nomes como indivíduos (*individuals*).

7. Não há uma classificação dos nomes em níveis lógicos no *Tractatus*, diferentemente de Frege que os pensava saturados e insaturados (“completos” e “incompletos”). Os nomes são essencialmente incompletos e do mesmo nível. Neste sentido é que Wittgenstein pega emprestado o princípio do contexto. Não para uma tipologia composicional, mas para apresentá-los no enunciado como representantes dos objetos⁴⁷.

8. Os quantificadores não são nomes de segunda ordem tal como pensa Frege. Os nomes devem possuir objetos correlatos. Seu conceito formal é que eles são instâncias substituíveis de uma mesma variável. Dado o fato de serem regulados pelas mesmas regras lógico-sintáticas que estipulam as mesmas possibilidades combinatórias, ou seja, todas as possibilidades de concatenação dos objetos estão presentes nos nomes que os representam.

⁴⁴ Cf. HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.30.

⁴⁵ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo.3.25

⁴⁶ HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.32.

⁴⁷ Op. cit., p.33.

9. O símbolo fregeano de asserção “ \vdash ” é meramente psicológico. Para Frege e Russell (no manuscrito *Theory of Knowledge*) as sentenças declarativas e interrogativas expressam o mesmo pensamento. As raízes de discordância deste ponto remetem ao que Wittgenstein entende por seu trabalho filosófico. Para ele, a filosofia consiste em Lógica e Metafísica⁴⁸. O que interessa para a lógica são apenas as “unasserted propositions”⁴⁹. Tomemos o exemplo de um enunciado p. A asserção de p é composta pela pergunta se p é o caso e da resposta que p é o caso. O que estes três momentos (a asserção, a pergunta pelo valor de p e a confirmação do valor de p) tem em comum é o “que p” e só este elemento é de interesse da lógica. Isto justifica a irrelevância lógica da asserção:

$\vdash p$ É o caso que p? É o caso que p. Que p.	Conteúdo psicológico.
	Função de verdade.
	Enunciado.

Outro argumento é a possibilidade de se inferir com enunciados falsos⁵⁰.

Elaboradas algumas relações de Wittgenstein com suas principais influências analíticas de seus interlocutores, Hacker inicia a interpretação do *Grundgedanke*, pois é a partir dele que se desdobrará toda a lógica e, por consequência, o estatuto do fato. Para o comentador, o principal pensamento do *Tractatus* está nos aforismos 4.0312, 5.4 e 4.441. A partir do que é dito nestes aforismos, podemos compreender toda a obra, suas consequências e motivações. Os argumentos destes aforismos estão direcionados contra a classificação fregeana dos objetos como supercategorias, o “*summa genera*” lógico e ontológico. Da mesma forma, o filósofo austríaco se posiciona contra Russell, que toma as constantes lógicas (objetos lógicos) como constituintes das puras formas lógicas, o objeto da lógica e a condição necessária à “experiência” da lógica.

O primeiro argumento exposto contra esta concepção, especialmente a de Russell, está nos *Notes on Logic*:

“É fácil supor que só os símbolos que contêm nomes de objetos são complexos, e, como tal, $\langle\langle \exists x, \phi \rangle. \phi x \rangle\rangle$ ou $\langle\langle \exists x, y \rangle. xRy \rangle\rangle$ tem de ser simples. É natural, então, chamar ao primeiro destes o nome de uma forma,

⁴⁸ WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, 1914-1916, p.93.

⁴⁹ *Ibid.*, p.96.

⁵⁰ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.023.

ao segundo o nome de uma relação. Mas, nesse caso, qual é o significado de, por exemplo, $\langle\langle\sim(\exists x, y). xRy\rangle\rangle$? Podemos por $\langle\langle$ não> $\rangle\rangle$ antes de um nome?”⁵¹

O segundo argumento que, no meu entendimento, tem uma implicação mais forte para nossa exposição, tanto de negação da análise russeliana, quanto do estatuto dos componentes do enunciado, está no *Notes Dictated to G. E. Moore in Norway*⁵²:

“As proposições ditas lógicas mostram [as] propriedades lógicas da linguagem e, por conseguinte, do Universo, mas nada dizem [cf. 6.12.].

Quer isto dizer que mediante um simples olhar para elas se podem ver estas propriedades; enquanto num enunciado correto não se pode ver que é verdadeira olhando para ela. [cf.6.113.].

É impossível dizer o que são estas propriedades; para o fazer, seria preciso uma linguagem que não tivesse as propriedades em questão, e é impossível que ela fosse uma linguagem genuína. Impossível construir [uma] linguagem ilógica.

Para se ter uma linguagem que possa exprimir ou dizer tudo o que pode ser dito, ela deve ter certas propriedades; e quando isso acontece, que ela as tenha já não pode ser dito nessa linguagem ou em qualquer linguagem. (...)

Assim, a linguagem que pode exprimir tudo espelha certas propriedades do mundo pelas propriedades que ela deve ter; e enunciados ditos lógicos mostram de um modo sistemático aquelas propriedades.

O modo habitual dos enunciados lógicos mostrarem, de fato, estas propriedades é assim: damos uma certa descrição de uma espécie de símbolo; reparamos que outros símbolos, combinados de certas maneiras, produzem um símbolo desta descrição; e que eles o façam mostram algo acerca destes símbolos.

A descrição dada na lógica comum é, regra geral, a descrição de uma tautologia; mas outras poderiam mostrar igualmente bem, por exemplo, uma contradição [Cf.6.1202.].

Cada enunciado real mostra algo, além do que diz, acerca do Universo: pois, se ela não tiver sentido, não pode ser usada; e se tiver sentido, espelha alguma propriedade lógica do universo.”

⁵¹ Cf. WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, 1914-1916, p.104; WITTGENSTEIN, L. *Cadernos* [1914-1916], p.142-143; HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.38;

⁵² WITTGENSTEIN, L. *Cadernos* [1914-1916], p.159-160.

O último argumento exposto por Hacker para o erro em transformar os enunciados da lógica em objeto de uma ciência do mais geral, como contendo algum tipo de conteúdo, está no aforismo 6.111.

A única coisa que os enunciados da lógica pressupõem é que os seus nomes simples têm significado (*Bedeutung*) e que os enunciados elementares que estão contidos neles têm sentido⁵³. E as características formais puras, tal como Russell (no *Theory of Knowledge*) queria que fossem ditas pelo enunciado, nomeadas a partir de constantes lógicas, só podem ser mostradas pelas características lógico-sintáticas dos símbolos. Pois, isso o *Grundgedanke*⁵⁴ afirma que as constantes lógicas nada representam na realidade, as constantes lógicas, os símbolos lógicos, não têm significado. Primeiro, porque não há objetos lógicos, segundo, não há experiência na lógica. A lógica dos objetos se expressa na identidade das regras lógico sintáticas que os nomes possuem. Tanto a identidade quanto as regras de combinação não podem ser representadas na linguagem, elas podem ser apenas mostradas. Isto implica em duas coisas:

- A. Que a lógica dos fatos não se deixa representar.
- B. Que as constantes lógicas significam operações e não funções (como queriam Frege e Russell).

E sobre este último ponto, Hacker apresenta seis argumentos:

1. Os sinais da lógica são interdefiníveis. Logo, não podem ser primitivos.⁵⁵
2. “ $p \rightarrow q$ ” é a mesma função de verdade dos valores de verdade “p” e “q” que: “ $\sim(p \vee q)$ ”. Assim, os conectivos binários não são nomes sequer de relações⁵⁶.
3. Se “ \sim ” fosse um nome, “ $\sim\sim p$ ” seria diferente de “p”⁵⁷.
4. Uma função não pode ser seu próprio argumento, mas uma operação pode. Como no exemplo: “ $\sim\sim p \equiv p \equiv \sim\sim\sim\sim p$ ”⁵⁸.
5. Operações, diferente de funções, podem desaparecer. Por exemplo: “ $\sim\sim p \equiv p$ ”⁵⁹, ou “ $\sim(\exists x). \sim fx \equiv (\forall x). fx$ ”⁶⁰.

⁵³ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 6.124.

⁵⁴ HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.39-40.

⁵⁵ Cf WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 5.42.

⁵⁶ Cf. *ibid.*, aforismo 5.41-5.42.

⁵⁷ Cf. *ibid.*, aforismo 5.44.

⁵⁸ Cf. *ibid.*, aforismo 5.251.

⁵⁹ Cf. *ibid.*, aforismo 5.254.

⁶⁰ Cf. *ibid.*, aforismo 5.441.

6. se “~” fosse um nome funcional, então de um enunciado “p” seguir-se-ia infinitos enunciados diferentes: “~~p”, “~~~p”, “~~~~p”, etc. Na verdade, estes enunciados são apenas modos diferentes de escrever o mesmo símbolo. Um feito que é evidente nos termos de uma notação ideal como a que Wittgenstein propõe. Uma prova disso é a notação (T, F) (p) no aforismo 5.101.

Deste modo, diz Hacker:

“as constantes lógicas (...) significam operações, não funções. Elas produzem uma proposição (o resultado de uma operação) de uma proposição ou proposições com as quais elas operam (as bases de uma operação). O valor de verdade de uma proposição, que é o resultado de tal operação sobre uma proposição ou proposições, é uma função do(s) (é dependente do(s)) valore(s) de verdade da(s) proposição (ou proposições) que são sua base. O sentido do resultado de tal operação é uma função (dependente) do sentido da base da operação (TLP, 5.2341); assim, por exemplo, a negação reverte o sentido de uma proposição (TLP, 5.2341). Todas as proposições são resultados de operações de verdade sobre proposições elementares e são funções de verdade de proposições elementares (TLP, 5.3 ff.).”⁶¹.

Com esta argumentação, vemos que parte da análise proposicional dos outros comentadores é posta por terra. De igual maneira, a tentativa de associar enunciados lógicos aos enunciados elementares como se aqueles constituíssem complexificações destes, supostamente salvaguardando o isomorfismo da teoria pictórica, prova ser uma confusão entre o que é função de que, e o que significa ser uma operação. O pano de fundo desta diferença é a interlocução com Frege e Russell. E Wittgenstein, segundo Hacker, desde muito cedo, discordava profundamente sobre o papel da lógica e a natureza das leis lógicas em relação aos dois filósofos. Esta discussão entra aqui em pauta pela razão da discordância que o filósofo austríaco apresenta ao sustentar a analiticidade do sistema de representação, porém a atonicidade incontrovertível dos fatos.

Como vimos em indícios ao longo da exposição, Frege e Russell pensam a lógica como uma ciência axiomática, onde os teoremas são deduzidos com base em regras de inferência estipuladas. Para Frege, os axiomas são verdades *a priori*, indemonstráveis, acerca dos objetos lógicos, sendo esta estrutura axiomática,

⁶¹ HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.42.

correspondente à natureza lógica e à ordem dos objetos (supercategorias da realidade). Para Russell, os axiomas da lógica estão nesta condição de axiomas em razão do critério de auto-evidência e da exigência de serem intuitivamente verdadeiros, ou melhor, incapazes de prova. Para ambos, as leis lógicas são as bases para a lei do pensamento, as leis da verdade. Neste sentido, a lógica é entendida como uma ciência normativa e descritiva, portanto, ontológica e epistemológica.

Segundo o comentador, Wittgenstein discorda deste status super-físico e metafísico da lógica. A auto-evidência é irrelevante para a lógica⁶². Afinal, o que torna a lógica *a priori* não é um critério epistêmico⁶³ (jamais poderia sê-lo), de fato é a impossibilidade de pensar illogicamente devido à lógica *da linguagem*. A determinação do que tem sentido é dependente da combinação do significado dos termos simples com a sintaxe lógica da linguagem. A lógica, portanto, é condição de possibilidade de um sistema simbólico, não um conjunto de regras e enunciados iniciais. Destarte, a lógica não pode ser aprimorada, tal como queriam os outros dois filósofos. Afinal, a lógica de qualquer linguagem, natural, artificial ou notacional é uma condição *a priori*, esta sim, uma propriedade superestrutural de qualquer sistema simbólico. Em razão da dispensa de qualquer auto-evidência em lógica é que Wittgenstein pôde afirmar que todos os enunciados da lógica são tautologias e por enunciados da lógica podemos entender leis da lógica, elas todas tem o mesmo sentido: nenhum.

Por exemplo: dizer que “ ‘A’ conhece que p” onde “p” é uma tautologia, não exige que “p” seja auto-evidente a ‘A’, mesmo que “p” seja um enunciado primitivo nos termos da lógica de Frege e Russell⁶⁴. ‘A’ saber que “ $\forall(x)fx \rightarrow fa$ ” (se tudo é f então a é f) não é saber nada. O conhecimento do mundo para Wittgenstein, defende Hacker, está associado ao sentido, associado sempre com referência a algo na realidade. Os enunciados da lógica são reconhecidos pela aplicação de procedimentos e cálculos sucessivos⁶⁵: “Uma prova em lógica (uma operação) é

⁶² WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 5.1363.

⁶³ Cf. *ibid.*, aforismo 5.473; WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, 1914-1916, p.4.

⁶⁴ Cf. *ibid.*, aforismo 5.1362.

⁶⁵ Cf. *ibid.*, aforismo 6.126.

meramente um expediente para reconhecer tautologias em casos complicados. De onde tautologias se seguem de tautologias”⁶⁶.

Deste modo, os enunciados da lógica também não são enunciados sobre conceitos ou relações especiais da lógica. Os sinais da lógica não são sobre objetos ou formas. “porque não há objetos lógicos e as formas dos objetos ou dos fatos podem apenas ser mostrados pelas características (traços, ‘features’) de um símbolo, significando um objeto ou descrevendo um fato de uma certa forma”⁶⁷. A validade dos enunciados da lógica não é geral, tal como queria Russell, pois assim, viria a ser meramente accidental que “ $\forall(x)fx \rightarrow fa$ ” fosse verdadeiro. A validade dos enunciados da lógica é essencial⁶⁸, os símbolos utilizados para expressar os enunciados da lógica são apenas condição para nós reconhecermos as propriedades da lógica. Com isso, elas incorrem no *sem sentido* (*sinnlos*), não como uma sentença mal formada, mas como uma sentença que não possui o traço essencial de ser bipolar, sem a possibilidade de ser posta à prova na realidade. Sua função, portanto, se limita a mostrar algo sobre as propriedades estruturais da linguagem (as relações internas). Neste sentido, a tautologia não pode ser uma regra de inferência, mas sim, a demonstração de que um enunciado se segue de outros enunciados. Por isso, podemos, inclusive, afirmar equivalências nos enunciados da lógica e jamais poderíamos fazê-lo com enunciados elementares tão somente. Portanto, as regras criadas por Frege e Russell para justificar os enunciados da lógica são supérfluas. Deste modo, Wittgenstein estabelece o critério para justificar como um enunciado se segue de outro, através das relações internas (estruturais), sem a necessidade de estipular regras de inferência⁶⁹ ou uma notação única para esta finalidade⁷⁰.

A consequência disto para nossa exposição é de grande importância: a lógica não diz nada sobre fatos e toda a lógica é um expediente vazio de referência à realidade. Além de que, essa é uma tendência fundamental hoje na discussão sobre a relação entre “lógica e ontologia”. Este tema se mantém em discussão, por exemplo, em Ernest Nagel⁷¹, Hugues Leblanc⁷² e Peter Hinst⁷³.

⁶⁶ HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.46. (cf. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 6.1262.)

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismos 6.1231-6.1232.

⁶⁹ Ibid., aforismos 5.13-5.132.

⁷⁰ Cf. *ibid.*, aforismo 5.101.

⁷¹ NAGEL E, *Logic Without Ontology*, 1969, p. 664-684.

Wittgenstein interpreta os axiomas como tautologias, juntamente com os teoremas. Toda derivação é redutível a uma única operação (*modus ponens*) e o número destes axiomas é meramente arbitrário e absolutamente vazio de conteúdo. Segundo Hacker, muitos intérpretes falharam em reconhecer esta distinção no *Tractatus*. A diferença crucial desta perspectiva da lógica está em diferenciar a “velha lógica”⁷⁴ da lógica proposta pelo filósofo austríaco. Uma distinção presente no aforismo 6.1263:

“Seria mesmo notável demais que se pudesse demonstrar logicamente um enunciado com sentido a partir de outros, e também um enunciado lógico. De antemão é claro que a demonstração lógica de um enunciado com sentido e a demonstração na lógica devem ser duas coisas completamente diferentes.”

Um exemplo de demonstração lógica de um enunciado com sentido seria a demonstração de que α é um enunciado composto de β e γ de modo que “ $\alpha = \beta \wedge \gamma$ ”, uma demonstração na lógica seria: $\beta \wedge \gamma: \beta: \therefore \gamma$. De igual maneira, isto se estende ao cálculo de predicados, que nada mais são que abreviações de somas ou produtos lógicos (conjunções ou disjunções). Onde “ $\forall(x)fx \rightarrow fa$ ” é o mesmo que “ $fa \wedge fb \wedge fc \wedge \dots \wedge fn \rightarrow fa$ ”. E neste sentido, Hacker encontra afinidade na interpretação de Glock.

Esta questão de afinidade de argumentos é bastante delicada e, obviamente, bastante controverso. Margutti Pinto⁷⁵, por exemplo, não só afirma que a lógica é transcendentemente estruturante do real (i.e. condição de possibilidade e condicionador da realidade), como é possível tratar objetivamente deste assunto ao passar da análise lógica da linguagem para a análise lógica da realidade, visto que as instâncias linguagem e ontologia são formalmente análogas, uma posição, neste caso, muito semelhante com a perspectiva dos Hintikka.

Feitas estas considerações sobre a lógica no *Tractatus*, podemos entender como Hacker interpreta a teoria pictórica e a ontologia. A primeira definição do intérprete que escolhemos apresentar sobre este tema fala da característica diferença entre ato e potência dos estados de coisas na teoria representacional da

⁷² LEBLANC H, *On Dispensing with Things and Worlds*, 1973, p. 241-259.

⁷³ HINST P., “*Quines Ontologiekriterium*”, 1983, p.193-215.

⁷⁴ WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, 1914-1916, p.108.

⁷⁵ Cf. PINTO, P.R.M. *Iniciação ao Silêncio: Análise do Tractatus de Wittgenstein*, 1998, p.191-206.

linguagem: “a representação *pode ser*⁷⁶ verdadeira ou falsa, mas deve ter um sentido independentemente de sua verdade ou falsidade, a representação deve representar uma possível configuração de coisas, mesmo que não uma atual.”⁷⁷. Identifiquei três pressupostos que Hacker considera na sua interpretação da teoria pictórica:

1. A bipolaridade proposicional. O enunciado é um modelo de referência a um comportamento fático⁷⁸. Esta relação de referência é assegurada pelo isomorfismo: ambas devem ter a mesma estrutura e exata correferencialidade. Nas palavras de Hacker:

“Para um modelo representar a situação que representa, a estrutura do modelo, i.e. o fato que seus elementos são arranjados como estão, deve representar um possível arranjo de objetos correspondente na situação apresentada. Modelo e modelado⁷⁹ são, neste sentido, isomórficos. O que em um modelo representa não é o complexo de objetos no qual é consiste, mas o fato dos objetos estarem arranjados como estão. Apenas um fato pode representar uma situação. Um modelo é verdadeiro se as coisas estão na realidade representadas como estão. Para saber se é verdadeiro ou falso, entretanto, ele deve ser comparado com a realidade, i.e. verificado na experiência. Não se pode, meramente olhando para um modelo, discernir se as coisas estão atualmente deste modo ou não. O modelo apenas determina se as coisas estão ou não estão deste modo, e neste sentido, apenas um espaço lógico, não um lugar.”⁸⁰

Três corolários se seguem desta visão defendida por Hacker e que serão úteis para defender a infabilidade das relações internas dos fatos.

- a. Nenhum modelo pode ser verdadeiro *a priori*.
- b. Deve haver uma relação interna entre um modelo e o que ele representa.
- c. Nenhum modelo pode representar sua ou qualquer relação interna. Um modelo não pode representar a si mesmo, nem outro modelo. Se o fizer, ou está modelando o mesmo fato do modelo anterior, ou está tentando representar algo infável.

⁷⁶ Grifo nosso.

⁷⁷ HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.56.

⁷⁸ WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, 1914-1916, p.97

⁷⁹ Na linguagem do *Tractatus*: figura e afigurado.

⁸⁰ HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.59.

2. A exigência da teoria pictórica é a correferencialidade entre os elementos do enunciado elementar e os elementos do fato (uma estrutura) e uma forma que preserve as possibilidades combinatórias de seus elementos de acordo com as regras da sintaxe lógica. Destas afirmações surgem dois componentes da expressão do enunciado elementar, segundo os termos da teoria pictórica:

a. Os sinais do enunciado estão arranjados conforme regras de sintaxe convencionadas.

b. Deve haver uma função interpretação para cada um de seus componentes.

É interessante considerar estes pontos porque o enunciado não é uma entidade, mas o resultado de uma projeção de sinais. Ele é um modelo momentaneamente construído para a função determinada de expressar um fato.

3. Mais uma observação interessante a respeito da teoria pictórica é que ela não se aplica aos enunciados ordinários. Pois, há nelas “palavras-conceitos complexas, nomes de complexos, o significado vago dos termos, a generalidade oculta, etc.”⁸¹ De modo que apenas os enunciados elementares satisfazem as condições da figuração. Esta exclusividade do enunciado elementar é que torna possível à sua forma lógico-sintática espelhar a forma metafísica dos objetos e atestar a relação projetiva dos sinais do enunciado com o mundo como representação do estado de coisas. Tão logo, para Hacker, “as possibilidades de verdade ou falsidade de todas as *proposições* [enunciados] elementares exaurem o alcance de todos os mundos possíveis”⁸².

Segundo o comentador, há dois outros traços importantes na teoria pictórica que devem ser considerados.

1. O núcleo lógico da *forma* dos nomes no enunciado elementar não pode ser isolado completamente dos outros componentes da teoria pictórica (o isomorfismo, *Bedeutung*, a relação projetiva, etc.), a forma do enunciado elementar diz respeito ao princípio da composicionalidade, neste sentido, me parece que Hacker entende a forma lógica do enunciado como a interseção das possibilidades de todos os nomes que a compõem.

2. Não há no *Tractatus* uma teoria vero-condicional do significado. O que há é uma teoria vero-condicional dos enunciados moleculares (não se pode confundir a

⁸¹ Op. Cit, p.60.

⁸² Ibid.

forma do enunciado molecular com a forma geral do enunciado. A última diz respeito às operações de verdade). O sentido dos enunciados moleculares pressupõe o sentido dos enunciados elementares constituintes.

Agora que vimos como a leitura de Hacker é singular na interpretação da lógica e da relevância dos componentes da teoria pictórica, podemos, por fim, apresentar a ontologia segundo sua perspectiva.

A primeira consideração deste ponto é sobre os objetos. Segundo Hacker, eles não são apenas uma necessidade lógica. Wittgenstein enuncia que esta ideia do simples, além de estar contida na ideia do complexo⁸³, implica na tentativa de classificar objetos fenomênicos, propriedades e relações como objetos. Assim, a questão da existência dos objetos não estaria assentada somente na necessidade *a priori* do sentido dos enunciados e na necessidade lógica de conexão das partes para formar um complexo, mas em uma pluralidade própria dos objetos. Segundo as palavras do intérprete:

“Os objetos são constituintes (*Bestandteile*) de estados de coisas; eles se combinam (*verbinden*) para constituir os estados de coisas. Para fazê-lo, eles devem, a priori, conter uma gama de *possibilidades* de combinação com outros objetos. Esta gama constitui as propriedades internas de um objeto, sua forma (TLP 2.01231, 2.0141). (...) Eles [os objetos] combinam-se uns com os outros em mutáveis configurações que constituem os estados de coisas existentes. Objetos existem apenas nas configurações (é de sua natureza estar combinado com outros objetos). Que certo objeto está combinado com outro é uma propriedade *externa* (um traço contingente) de tal objeto (que seja possível para ele estar combinado é que é uma característica interna). Objetos concatenam-se juntos como elos de uma corrente, i.e. eles não precisam de uma *relação* para cimentá-los juntos (TLP 2.03).”⁸⁴

O erro na interpretação sobre os objetos está justamente no entendimento do que significa ser um elo de uma corrente. Para Hacker, ‘aRb’ não nomeia um complexo de objetos, mas sim, um fato. Não é pelo fato de ‘a’ manter uma certa relação ‘R’ com ‘b’ que ‘R’ seja uma relação no sentido de um objeto lógico, mas de um objeto relacional entre ‘a’ e ‘b’. Algo que o comentador atesta ser um equívoco dos

⁸³ WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, 1914-1916, p.60.

⁸⁴ HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.66-67.

intérpretes sobre o aforismo 3.1432. A origem deste erro está na ênfase que foi dada à forma escrita 'aRb', que não passa de uma convenção da língua usada para representar tal fato. Para ele, poderia muito bem ser o mesmo fato representado por algo como " $\frac{a}{b}R$ ", descrevendo o mesmo que 'aRb'. Logo, as variações de representação, os sistemas simbólicos e suas regras notacionais não tem a ver com a forma lógica da enunciado elementar, com a forma lógica do pensamento. Apenas com o roteiro, a convenção de nossa escrita⁸⁵. Assim, Hacker entende que os objetos representados nesta escrita "aRb" são: a, b e xRy. Dentro desta classificação estariam os objetos, as propriedades, as relações e até mesmo pontos no espaço-tempo⁸⁶.

O estado de coisas, nestes termos, é "como a instanciação ou coinstanciação de propriedades e relações com um ponto ou pontos espaço-temporais no campo visual."⁸⁷ A necessidade de falar de seus constituintes, os objetos, como condição de sentido dos enunciados e fundamento lógico-ontológico para a análise da linguagem, se encontra satisfeita "pela existência de, e padrões de, uso de exemplos/amostras ("*samples*") em nosso método de representação."⁸⁸ Ou melhor, se satisfazem como pressupostos fenomenológicos de uma linguagem que seja capaz de apresentar estados de coisas por meio do enunciado. Portanto, questões endereçadas aos objetos são questões sobre os elementos que pertencem ao método de representação, em termos ontológicos, como coisas vistas por uma lente turva. Apenas posteriormente, na obra *Philosophical Grammar*, Wittgenstein irá tomar, não somente os objetos, mas os fatos como elementos inefáveis e indivisíveis de sua ontologia, legando a descrição dos enunciados aos complexos⁸⁹.

2.2.2 Os argumentos de Peterson

Este comentador é o mais enfático na defesa da simplicidade dos fatos. A razão disto está na defesa da tese de independência da lógica em relação ao mundo. Segundo ele, o único elo de conexão entre fato e sistema representacional é a afinidade lógica do enunciado elementar, por consequência, toda lógica é lógica

⁸⁵ Ibid., p.67-68.

⁸⁶ Ibid., p.70.

⁸⁷ Ibid., p.71; cf. WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*, 1914-1916, p.45.

⁸⁸ Ibid., p.113.

⁸⁹ Ibid., p.115.

da linguagem, não lógica do mundo, restando ao mundo, somente os átomos ontológicos chamados fatos. Esta afirmação tem seu início na interpretação da independência dos domínios do *Tractatus*, o que ele chama de “esquema conceitual consistindo de duas divisões tríplexes (...)”:

Linguagem representacional	Linguagem não representacional	Contra-senso
O mundo dos fatos	O sintático	O místico

“A ideia geral é essa: nós temos um sistema representacional e o domínio alvo da realidade o qual pode ser usado para se descrever – o mundo dos fatos. O sistema representacional tem suas próprias relações e propriedades ‘sintáticas’ internas, as quais são internas ao sistema, e não parte do domínio alvo. Se nós usarmos o sistema representacional para falar sobre aquelas [*as relações e propriedades sintáticas*]⁹⁰, então, sejam elas evidentes ou não, nos afastamos da representação dos fatos, e usamos a linguagem de modo reflexivo, não-representacional. Por último, há o domínio ‘místico’, do que é real, mas do que, no final das contas, não pode ser descrito no sistema representacional: tentativas de fazê-lo são vácuas ou ‘contrassensos’, como as declarações que são intrinsecamente malformadas.”⁹¹

Vou dividir três tópicos introdutórios para o eixo central da discussão: 1. Ontologia; 2. Teoria pictórica; 3. Teoria das funções de verdade.

1. O assunto da ontologia abrange a caracterização geral do esquema ontológico. Assim como Hacker, Peterson defende o atomismo ontológico com base em duas premissas:

a) O objeto é um pressuposto do mundo. Sua substância é indivisível e inalterável. A mudança do mundo ocorre pelo rearranjo da combinação dos objetos, “é de certa forma como se um conjunto de pecinhas de montar infantis fossem usadas para montar uma série de construções diferentes: o arranjo das peças mudaria eventualmente, mas o conjunto de peças permaneceria o mesmo”⁹², o objeto, nestes termos, está cercado por um espaço de todos os mundos possíveis: o

⁹⁰ Acréscimo nosso entre colchetes.

⁹¹ PETERSON, D. *Wittgenstein Early Philosophy: Three Sides of the Mirror*, 1990, p.5.

⁹² HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein*, 1997, p.21.

conjunto de todos os possíveis arranjos da totalidade de objetos. O que não implica em um determinado conjunto de objetos como atualizado, como exclusivo às outras combinações que envolvem aqueles objetos: A tese da independência dos fatos.

b) Os objetos são constituintes de um conjunto de configurações e cada configuração é um *fato elementar*. Por *fato elementar*, Peterson entende o que vimos até agora com o termo *estado de coisas* (*Sachverhalt*). Deste modo, *Sachverhalte* são os *fatos simples* atuais que compõem o *Tatsache* (o fato). Sua posição gera uma reinterpretação do termo *Sachverhalt*, em contraposição às traduções de Pears/McGuinness⁹³ e Ogden/Ramsey⁹⁴, expostas no primeiro capítulo. Junto a isto, a negação da interpretação do *Sachverhalte* (*fatos elementares*) como *fatos possíveis*, uma interpretação defendida por Stenius, Hintikka e Glock.

Peterson elabora quatro argumentos contra a interpretação do *Sachverhalt* como *possibilia* da *Tatsache*: 1. *Sachverhalt* e *Tatsache* tratam de composição e não de modalidade⁹⁵. 2. O *Sachverhalt* é algo que pode mudar por ser uma configuração de objetos atual e não a possibilidade de configuração, pois uma possibilidade de configuração jamais poderia mudar⁹⁶. 3. Na definição de composição do *Sachverhalt* no aforismo 2.0272, não é mencionado nada sobre possibilidade. O que implica na atualidade do *Sachverhalt*. 4. Nos aforismos 2.012, 2.013 e 2.0124, Wittgenstein fala de possibilidade. Se o *Sachverhalt* fosse uma questão de modalidade, teríamos uma fórmula quadrática para a possibilidade dos fatos, pois eles seriam as possibilidades das possibilidades de configurações de objetos.⁹⁷

Para chegar a esta conclusão, Peterson parte da definição de *Sachverhalt* no aforismo 2.01 e 2.0272: “o estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas).” e “a configuração dos objetos constitui o estado de coisas”. Da composição do fato pelos fatos elementares no aforismo 4.2211:

⁹³ No caso desta tradução, o erro está na tradução literal do termo, desconsiderando que se tratava de um *terminus technicus*.

⁹⁴ A tradução de Ogden/Ramsey captura bem a natureza ontológica do termo no *Tractatus*, mas peca pelo uso do termo “atomic”, que pressupõe uma simplicidade lógica. Acontece que, segundo Peterson, não há qualquer dependência entre simplicidade ontológica do *Sachverhalt* e a simplicidade lógica do termo “atomic”. Assim, *Sachverhalt* e *Tatsache* são termos completamente ontológicos e não termos lógicos.

⁹⁵ cf. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.2211; WITTGENSTEIN, L. *Cadernos*, [Cartas à Russell], p.186 [19.08.19].

⁹⁶ cf. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 2.0271

⁹⁷ PETERSON, D. *Wittgenstein Early Philosophy: Three Sides of the Mirror*, 1990, p.188.

“Ainda que o mundo seja infinitamente complexo, de modo que cada fato consiste em uma infinidade de estados de coisas [fatos elementares] e cada estado de coisas [fato elementar] seja composto por uma infinidade de objetos, mesmo assim deveria haver objetos e estados de coisas [fatos elementares].”⁹⁸.

Para Peterson, Wittgenstein argumenta que a simplicidade dos fatos não é uma consequência da definição de *Sachverhalt*, mas antes, o resultado da asserção e demonstração do *Grundgedanke* somada a toda concepção de lógica subjacente no *Tractatus*. Mas, se ambos os domínios são independentes, como é possível que a linguagem consiga referir-se ao mundo de maneira unívoca? A resposta está na teoria pictórica.

2. A teoria pictórica, segundo Peterson, é uma das teorias mais problemáticas, embora importantes, para a compreensão do *Tractatus* e de sua raiz hertziana. A interpretação da teoria está baseada em três premissas:

a) Os componentes de um enunciado elementar (verdadeira) são nomes que estão para objetos no fato elementar figurado.

b) Uma *relação interna de isomorfismo estrutural* é obtida entre o enunciado elementar e o fato elementar.

c) A forma comum entre o enunciado elementar e o fato elementar não é ela mesma passível de ser descrita na linguagem.

Isto se dá pela herança do sistema de correferencialidade *a priori* da teoria mecânica de Hertz. A diferença entre a teoria de Hertz e a teoria pictórica de Wittgenstein é apenas no número de níveis, a primeira tem quatro níveis (partículas, pontos, sistemas de pontos e modelos dinâmicos do sistema) enquanto a segunda apenas três (os objetos, os fatos elementares e as figurações), em essência, ambas tratam de um mesmo modelo de correferencialidade, como podemos observar nas palavras do físico alemão:

“Every material point is invariable and indestructible.

A material point therefore consists of any number of material particles connected with each other.

A number of material points considered simultaneously is called a system of material points, or briefly a system.

⁹⁸ Acréscimo nosso entre colchetes.

The aggregate of the relative propositions of the points of a system is called the configuration of the system.

The relation of the dynamical model to the system of which it is regarded as a model, is precisely the same as the relation of the images which our mind forms of things themselves... The agreement between mind and nature may therefore be linked to the agreement between two systems which are models of one another, and we can even account for this agreement by assuming that the mind is capable of making actual dynamical models of things, and of working with them.”⁹⁹

A questão deste posicionamento de Peterson, em face da comparação de Hertz e Wittgenstein, é que a teoria pictórica liga, a partir de uma afinidade lógica inefável, dois *modelos teóricos* da realidade. Da mesma forma que Hertz defende a ligação entre os modelos da mente e da natureza, para Peterson, a teoria pictórica possui uma afinidade lógica inefável, entendida como pressuposto da correferencialidade entre os enunciados e os elementos dos modelos teóricos, este pressuposto é uma armação lógica da qual não é possível tratar objetivamente, apenas pressupor existente, não entre linguagem e ontologia, mas entre o conjunto dos enunciados relativos ao sistema (um modelo) e o próprio sistema (a ontologia). Isto é defendido em oposição à perspectiva da ligação isomórfica entre o esquema da linguagem representacional e uma estrutura ontológica “*de re*”, defendida pelos comentadores do fato complexo.

A partir desta introdução, iniciamos com o que Peterson chama de “a entrada no espelho”, que corresponde à tese de independência do mecanismo de representação do mundo em relação ao próprio mundo. O tema de entrada, assim como em Hacker, é o famoso aforismo 4.0312, apelidado de *Grundgedanke*. Ele demarca o limite e a independência dos domínios lógico e ontológico.

⁹⁹ Segue minha tradução livre: “Cada ponto material é invariável e indestrutível. Um ponto material então consiste de um número qualquer de partículas materiais conectadas umas às outras. Um número de pontos materiais considerados simultaneamente é chamado de um sistema de pontos materiais, ou resumidamente, um sistema. O agregado de proposições relativas aos pontos de um sistema é chamado de a configuração do sistema. A relação do modelo dinâmico com o sistema ao qual ele diz respeito como um modelo é, precisamente, o mesmo que a relação das imagens as quais nossa mente forma das coisas mesmas... A concordância entre mente e natureza deverá estar, então, ligada à concordância entre dois sistemas os quais são modelos um do outro, e nós podemos até mesmo dar conta desta concordância assumindo que a mente é capaz de criar modelos dinâmicos atuais das coisas e de trabalhar com eles.” (cf. Hertz, *Principles of Mechanics*, 1899, §3-5, §14 e §428).

3. O Grundgedanke é o argumento mestre para a defesa dos fatos simples: “a possibilidade do enunciado repousa sobre o princípio de substituição de objetos por sinais. Minha ideia básica é que as ‘constantes lógicas’ não substituem: que a *lógica* dos fatos não se deixa substituir.”¹⁰⁰

Para Peterson, a defesa está na afirmação de que não há correlação de qualquer signo lógico (conectivos e quantificadores) com objetos no mundo. E, também, porque a lógica dos fatos pode ser representada no enunciado.

As observações do comentador que seguem disto são as seguintes:

- a) As constantes lógicas não são objetos, portanto, não podem ser constituintes de qualquer fato.
- b) A teoria pictórica não produz sentenças moleculares. Já que ela não pode produzir constantes e conectivos lógicos.
- c) Todos os fatos são logicamente atômicos, do contrário, a lógica poderia ser representada na linguagem, tendo em vista que *Sachverhalt* é uma configuração de objetos e que não há objetos lógicos.

Para defender esta perspectiva, Peterson elenca seis argumentos. Três envolvendo definições de conectivos e três envolvendo semântica e ontologia.

α) O argumento da equivalência “=”.

A relação entre a equivalência “=”, o Grundgedanke e o suporte atomístico dos fatos está no princípio da teoria da verdade, que diz: os enunciados que possuem as mesmas condições de verdade possuem o mesmo sentido. Para defender esta posição o comentador recorre aos aforismos 5; 5.4; 5.41 e 5.42, ou seja, um enunciado complexo é uma função de enunciados elementares, logo, um fato complexo seria uma função de fatos simples. Ocorre que fatos complexos exigiriam elementos lógicos que os conectassem. Mas, a lógica dos fatos não se deixa representar e não há objetos lógicos. A tese de Peterson também diz que “ $p \rightarrow q$ ” \equiv “ $\neg p \vee q$ ” só é possível, se os conectivos lógicos não fizerem parte da teoria pictórica. Pois, é justamente a igualdade entre os termos, sua inter-definibilidade, que os torna ontologicamente nulos.

As provas do argumento (α):

- α.1) Não é o caso que sentenças equivalentes figurem fatos distintos.

¹⁰⁰ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.0312

α.2) não é o caso que a existência de um fato qualquer implique na existência de qualquer outro fato, como no exemplo: $p \equiv p \vee p \equiv p \wedge p \equiv p \rightarrow p \equiv \neg \neg p \dots$

α.3) Não é o caso que desaparecer as constantes lógicas de uma sentença altere seu sentido: $p \Rightarrow \neg \neg p \Rightarrow \neg \neg \neg \neg p \dots$ etc.

β) O argumento dos parêntesis.

Este argumento é uma demonstração de que os signos “(“ e “)” são sem referentes da mesma forma que os conectivos lógicos. Eles não designam qualquer objeto ou relação. O comentador se baseia no seguinte aforismo:

“É muito significativo o fato aparentemente pouco importante de que as pseudo-relações lógicas, como \vee ou \supset , precisem dos parênteses – ao contrário das relações reais.

O emprego dos parênteses com aqueles sinais aparentemente primitivos já indica, com efeito, que não são estes os sinais realmente primitivos. E certamente ninguém acreditará que os parênteses tenham um significado independente.”¹⁰¹

γ) O argumento da notação alternativa.

A notação alternativa é uma prova de que com as tabelas de verdade os conectivos podem desaparecer e, ainda assim, preservar o sentido do enunciado. As bases deste argumento estão nos aforismos 4.44; 4.441; 4.442.

O que Peterson pretende defender aqui é que podemos substituir qualquer conectivo por uma notação das condições de verdade sem alterar seu sentido, de modo a tornar desnecessária a notação dos conectivos e sua suposta existência. Logo, impossível de pertencer à teoria pictórica, por consequência, aos enunciados elementares e aos fatos.

Conectivo	Tabela de verdade	Condições de verdade															
$P \wedge Q$	<table border="1"> <tr> <td>P</td> <td>Q</td> <td>$P \wedge Q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	P	Q	$P \wedge Q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F	$(VFFF)(P,Q)$
P	Q	$P \wedge Q$															
V	V	V															
V	F	F															
F	V	F															
F	F	F															

¹⁰¹ Op. Cit, aforismo 5.461.

Os outros três argumentos que Peterson elenca são de natureza semântica e ontológica, além disso, eles recorrem a posturas exegéticas de outros textos de Wittgenstein. Resumidamente, os argumentos são os seguintes:

δ) O argumento de Ramsey

Quando um enunciado é equivalente à outro, não pode haver nada de novo no segundo. É apenas o fato expresso em outras palavras. Se eu digo: “o cão está latindo” e “the dog is barking” e digo que as duas são idênticas, digo que é apenas a notação das sentenças que difere, seu conteúdo é *exatamente* o mesmo. Logo: ‘fa’ diz o mesmo que ‘ $(\exists x). fx. x = a$ ’.¹⁰² E as operações lógicas entre elas são, assim, irrelevantes e nulas.

ε) O argumento da assimilação.

Este argumento apresenta o problema de pensarmos qualquer conectivo ou notação relacional possuindo um correspondente ontológico. Por exemplo, se disséssemos que “João é mais alto que Maria” possui um correlato de todos os seus constituintes, deveríamos dizer que “João”, “Maria” e “mais alto que” possuem todos um correlato. O mesmo vale para a relação entre dois enunciados: “ $p\Delta q$ ” é verdadeiro se existe um fato “p”, um fato “q” e uma relação lógica “ Δ ” no mundo. No caso de “ $p\vee q$ ”, que possui a possibilidade de ser verdadeira quando $\vartheta(p)=v$ e $\vartheta(q)=f$ ou $\vartheta(p)=f$ e $\vartheta(q)=v$, temos a impressão de que ela conecta fatos positivos com fatos negativos, mas isto não é o caso, pois a expressão “ $p\vee q$ ” não indica nem valores de verdade de seus componentes, nem da expressão como um todo.

φ) Argumento do privilégio lógico.

Se os objetos lógicos pertencessem ao domínio ontológico, as relações de inconsistência, equivalência, contrariedade, etc. deveriam também existir, o que seria um absurdo. Primeiro, pensar que equivalência pudesse existir e inconsistência e contradição não pudesse. Segundo, que todas pudessem existir, sem distinção de privilégio lógico.

4. A natureza da lógica e sua defesa como não pertencente aos fatos.

Segundo esta linha de interpretação, a tese de independência da lógica é uma reação de Wittgenstein a duas visões fortemente presentes em seus predecessores Frege e Russell: (1) A visão científica da lógica e (2) a visão axiomática da lógica.

¹⁰² Op.cit., aforismo 5.47.

Trilhando o caminho de Hacker, Peterson elenca três argumentos elaborados por Wittgenstein para eliminar estas posturas:

1. A tese negativa de independência da lógica derivada do Grundgedanke, que foi explicada no item precedente.

2. A análise vero-condicional das propriedades e relações lógicas, que se explica exclusivamente apoiando-se nas estruturas sintáticas do enunciado e não nos fatos.

3. A discussão da natureza interna e estrutural das propriedades e relações lógicas mostra que a lógica é inerente às sentenças somente.

Alem de Peterson se apoiar na contraposição de Wittgenstein às referidas posturas, o comentador também afirma que o caminho traçado para a defesa desta perspectiva é através da internalidade da lógica afirmada em aforismos como 5.551; 6.11 e 6.13.

Vejamos como são expostos os argumentos 1, 2 e 3:

1. A tese da independência lógica

Segundo Peterson, a afirmação de que a lógica é independente do mundo é uma consequência do Grundgedanke. Isto se baseia nas seguintes premissas: excetuando as relações lógicas triviais como “ $p = p$ ”, “ $p \vDash p$ ”, etc, que são propriedades monádicas tautológicas ou contraditórias. Uma vez que os fatos não possuem objetos lógicos, e todas as relações lógicas exigem constantes lógicas externas aos fatos atômicos, os fatos não podem ser decompostos e sequer podem ter atrelado a eles qualquer tipo de constante lógica (não há objetos lógicos), já que as constantes requerem molecularidade. Assim, não há relação de implicação, inconsistência, contraditoriedade entre fatos: todos os fatos são logicamente independentes. Segundo o comentador, as únicas relações que poderiam ocorrer *entre fatos* são as relações de equivalência e implicação reflexivas, mas isto não se constitui um contra-exemplo para a tese de independência da lógica.

Deste modo, temos uma reclassificação das unidades do *Tractatus* em (1) enunciados elementares¹⁰³; (2) enunciados moleculares e (3) fatos atômicos. Com isto, o mundo passa a possuir uma vacuidade lógica, de modo que os próprios enunciados elementares, que espelham o mundo na linguagem, também careçam, em certo sentido, desta mesma complexidade lógica: “é um sinal do enunciado

¹⁰³ No original do texto: “atomic sentences”, “molecular sentences” e “atomic facts”, respectivamente.

elementar que nenhum enunciado elementar possa estar em contradição com ele.”¹⁰⁴ e “Um enunciado elementar não pode ser deduzido de outro.”¹⁰⁵. Peterson conclui deste argumento o seguinte pensamento:

“Primeiro, uma proposição elementar consiste apenas de nomes, e constantes lógicas não são nomes, portanto, a proposição elementar será logicamente atômica e, por conseguinte, desprovida de propriedades lógicas ou relações (exceto, claro, a propriedade de contingência lógica). Segundo, um fato elementar não irá conter, de acordo com o *Grundgedanke*, nenhum objeto lógico. E, devido ao requerimento de multiplicidade da teoria pictórica, proposições elementares não devem conter componentes descartáveis. Deste modo, uma proposição elementar – uma proposição cujo seja o tipo certo para figurar um fato elementar – não irá conter constantes lógicas. Já que proposições elementares são logicamente atômicas, e que propriedades e relações formais lógicas requerem molecularidade, segue-se novamente que proposições elementares são logicamente contingentes e que elas são logicamente independentes uma da outra.”¹⁰⁶

Embora este comentador defenda a referida tese de independência lógica, que ele reconhece não ser uma independência tão somente dos fatos, mas uma confirmação de que não há necessidade que não seja lógica, ele adiciona à lista de exceção desta tese de independência as chamadas “relações quase-lógicas entre fatos”¹⁰⁷. Como é o caso das relações entre cores. Já que, dado qualquer ponto, ele não pode ser azul e vermelho simultaneamente. A saída de Peterson para esta questão é afirmar que os “fatos-cores”, por serem incompatíveis, nunca estarão presentes em um fato, nem se excluirão mutuamente, logo, eles não envolvem uma incompatibilidade entre fatos no interior do mundo, apenas uma incompatibilidade espaciotemporal.

2. A análise vero-condicional de propriedades e relações lógicas.

¹⁰⁴ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.211.

¹⁰⁵ *Ibid.*, aforismo 5.134 e 5.152.

¹⁰⁶ PETERSON, D. *Wittgenstein Early Philosophy: Three Sides of the Mirror*, 1990, p.76.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p.77.

Há dois casos-limite da análise das condições de verdade de enunciados, que pertencem exclusivamente à lógica. Chamamo-las de tautologia e contradição:

“Uma tautologia é tal que qualquer uma das possibilidades de verdade relevantes é fundamento de verdade da proposição; e uma ‘contradição’ é tal que qualquer uma das possibilidades de verdade relevantes é fundamento de falsidade da proposição.”¹⁰⁸

Ambas dizem nada, pois qualquer valor de verdade que atribuo aos enunciados componentes o resultado é o mesmo. Isto decorre da forma sintática do enunciado. Logo, qualquer que seja o enunciado, se ele é uma contradição ou tautologia, pouco tem a ver com o sistema axiomático em que ela se encontra, pois ela não expressa uma característica universal, ou pouco importa seu conteúdo, pois, qualquer que seja ele, nada irá alterar os fundamentos de verdade de enunciados com este *status*. Para Peterson, esta é mais que uma prova de que a estrutura da tautologia e da contradição é intralinguística e nada tem a ver com o mundo dos fatos.

Indo ainda mais longe, o comentador se vale do aforismo 5.12 para justificar que as condições de verdade de um enunciado complexo é meramente um arranjo das constantes lógicas na sentença, é uma questão puramente sintática. De modo que qualquer condição de verdade de enunciados complexos pode ser obtida com a aplicação de técnicas formais de prova. Logo, suas condições de verdade em nada tem a ver com o mundo e sim com a sintaxe apenas. O mesmo se estende para os cálculos de predicado.

3. A lógica como propriedade interna.

Wittgenstein afirma que as propriedades e relações lógicas são internas aos enunciados. Dado um conjunto de enunciados, também é dado o conjunto de suas condições de verdade. Tendo em vista que as propriedades e relações lógicas são uma manipulação de condições de verdade de enunciados, então os enunciados mais simples do conjunto se seguem daquelas mais complexos.

Por exemplo, em $p \wedge q \vdash q \wedge p$ ou melhor:

¹⁰⁸ Ibid., p.82.

$$\begin{aligned}
 & p \\
 & q \\
 & p \wedge q \vdash q \\
 & p \wedge q \vdash p
 \end{aligned}$$

O mesmo é válido para contradição¹⁰⁹:

$$\begin{aligned}
 & \neg p \not\vdash p \\
 & p \not\vdash \neg p
 \end{aligned}$$

Assim, a investigação das relações lógicas entre enunciados não cria um novo conhecimento, tampouco, depende de prova para existir. Ele apenas esclarece algo que já estava presente no enunciado:

$$\begin{aligned}
 & \forall xPx \vdash Pa \wedge Pb \dots \\
 & \forall xPx \vdash Pc \\
 & \exists xGx \vdash Ga \vee Gb \vee Gc \dots
 \end{aligned}$$

Ou seja, todo o conhecimento da lógica é sobre propriedades internas. Um conhecimento implícito à sintaxe da linguagem:

“Os enunciados da lógicas descrevem a armação do mundo, ou melhor, representam-na. Não ‘tratam’ de nada. Pressupõem que nomes tenham significado e enunciados elementares tenham sentido: e essa é sua ligação com o mundo. (...) se conhecemos a sintaxe lógica de uma notação qualquer, já estão dadas então todas os enunciados da lógica.”¹¹⁰

Este argumento se confirma com a observação de Peterson sobre a internalidade da sentença. Se a lógica dependesse de algo externo aos enunciados, ela não seria autônoma, tampouco poderia ser chamada de interna. Não poderíamos afirmar que ela toma conta de si mesma. Descartando, assim, as

¹⁰⁹ WITTGENSTEIN, L. *Cadernos*, p.50-51, [24.11.14].

¹¹⁰ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 6.124.

condições de validade dos enunciados da lógica como fatos no mundo, auto-evidência ou dedutibilidade axiomática.

Embora Peterson pareça eliminar completamente a relação entre mundo e lógica, nas passagens finais sobre este tema, ele empreende um esforço para conciliar sua “tese de Independência da lógica” com a misteriosa afinidade lógica entre o enunciado elementar e o fato, descrita na teoria pictórica:

“O tópico da internalidade também surge, como mencionado acima, na discussão de Wittgenstein sobre a teoria pictórica do significado. Aqui, Wittgenstein afirma que a relação de figuração entre a proposição elementar e o fato elementar é interna, portanto, que a proposição elementar figura ‘como que por conta própria’ (Cadernos, p.43). A tese da internalidade no que diz respeito à figuração e as relações lógicas tem o fator comum que cada uma sugere, em diferentes sentidos, que a linguagem ‘toma conta de si mesma’. Mas estas duas teses são distintas, já que a primeira [a teoria pictórica] ocupa-se com as relações entre sentença e fato – o tipo ‘vertical’ – enquanto a segunda se ocupa com relações entre sentença e sentença – o tipo ‘horizontal’. No *Tractatus*, estas duas teses de internalidade são largamente e corretamente mantidas separadas, embora haja algumas indicações (por exemplo, T 4.125) que Wittgenstein foi tentado a uni-las.”¹¹¹

As últimas palavras relevantes acerca do o estatuto do fato parecem propor uma alternativa muito mais modesta de leitura do fato como indivisível e dissociado da lógica do que se mostra no decurso da argumentação. Afinal, para Peterson há três formas de interpretação da ontologia no *Tractatus*:

1. A ontologia é realista e Wittgenstein faz um uso ambíguo do termo “mundo”, o que provoca uma inconsistência terminológica na obra.

2. A ontologia é fenomenológica, os constituintes do mundo: os objetos, os fatos elementares e os fatos complexos; são constituintes da experiência mental, esta vertente é atribuída aos Hintikka, que embora seja altamente consistente, não encontra grandes subsídios fenomenológicos no *Tractatus*.

¹¹¹ PETERSON, D. *Wittgenstein Early Philosophy: Three Sides of the Mirror*, 1990, p.86.

3. Sua própria leitura, que, segundo ele, permite ser adicionada a qualquer uma das leituras precedentes sem comprometer a consistência da interpretação. Ele propõe que haja uma distinção radical entre a discussão da lógica e a discussão do mundo. Toda lógica formal diz respeito somente às funções de verdade. O outro lado da discussão é “a forma lógica” comum à forma factual e pictórica. A única similaridade entre estas duas vertentes é a ideia de multiplicidade lógica entre o conjunto de possibilidades de verdade de uma dada quantidade de enunciados e o conjunto de mundos possíveis de uma dada quantidade de objetos. Contudo, segundo as palavras de Peterson:

“esta similaridade é complicada demais para justificar o amplo uso de ‘lógica’ por Wittgenstein e, com isto, permanece misterioso que tipo de lógica existe em um mundo vazio de propriedades e relações lógicas, no qual todos os fatos são logicamente atômicos e logicamente independentes.”

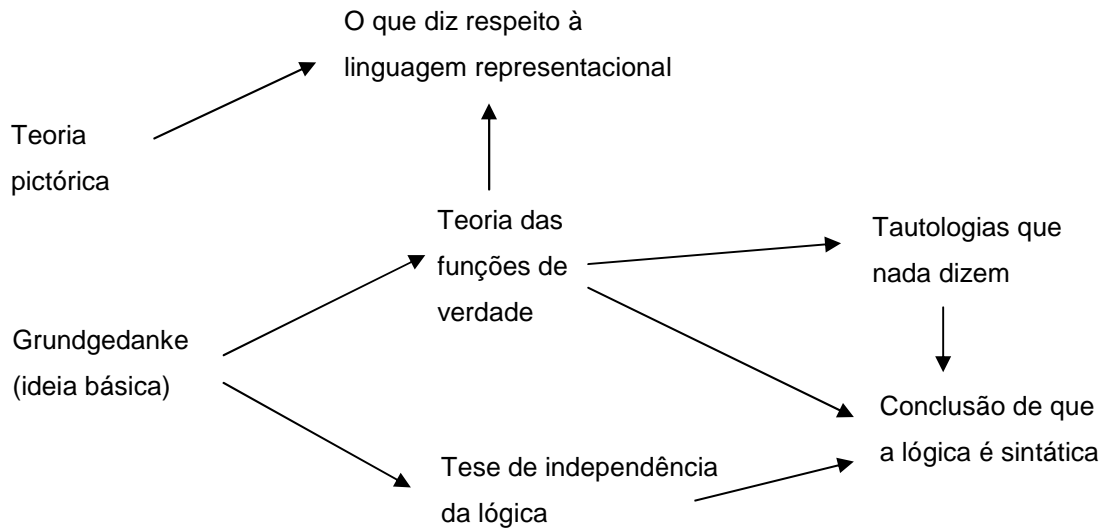
Nesta mesma interpretação ele apoia Max Black¹¹² na opinião de que Wittgenstein pretendia conectar o que entendia por lógica dos fatos (a forma dos fatos e a forma pictórica) e a lógica da linguagem, a lógica das propriedades e relações¹¹³. Mas, que de fato, não foi bem sucedido em sua tentativa, uma vez que a lógica tautológica pressupõe que os enunciados sejam fórmulas bem formadas e esta forma nada tem a ver com o sentido dos componentes do enunciado.

O resumo destas considerações leva Peterson a desenhar um esquema¹¹⁴ de influências entre as diferentes teorias do *Tractatus*:

¹¹² BLACK, M. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*, 1964.

¹¹³ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismos 5.511, 6.12, 6.124, 6.13 e 6.22.

¹¹⁴ PETERSON, D. *Wittgenstein Early Philosophy: Three Sides of the Mirror*, 1990, p.102.



Aqui, podemos ver que Peterson parte de duas teses principais e de bases diferentes: a teoria pictórica e o *Grundgedanke*. A primeira é a face do espelho que reflete o mundo e se relaciona com ele através de uma afinidade lógica inefável, a segunda é a afirmação de que a lógica no *Tractatus* diz respeito ao fundamento da teoria das funções de verdade e a afirmação de que a lógica dos fatos não pertence à lógica. Sua conclusão desta leitura ontológica e divisões teóricas é que:

“O *Tractatus*, então, faz pela forma lógica o que a arte abstrata tem feito pela forma geométrica: ao invés de ser tratada como alguma coisa no mundo a ser figurada, ela é tratada como parte do sistema representacional de si mesma. Ela tem vida própria, de dentro do mecanismo de reflexão e ‘toma conta de si mesma’. É independente do mundo e da natureza, nada dizendo sobre eles, sem ser confirmado ou refutado por eles devendo ser devidamente investigada como tal. Todavia, sua regra normal é como parte do grande espelho representacional e, deste modo, conecta-se com o mundo.”¹¹⁵

¹¹⁵ Ibid., p.103.

CAPÍTULO III – A COMPARAÇÃO DOS ARGUMENTOS

Neste capítulo, faremos algumas considerações sobre a interpretação dos fatos, de modo a tornar mais claro o nosso objetivo: Uma classificação de interpretações. Vou começar com comparação das teorias que embasam a interpretação dos fatos, depois exporei quais as influências filosóficas são levadas em consideração pelos comentadores e, por fim, como os comentadores entendem o fato de uma perspectiva lógica e se cabe em suas interpretações uma perspectiva modal da ontologia.

3.1 AS TEORIAS ENVOLVIDAS NA DEFESA DO ESTATUTO DO FATO.

Pelo que se percebe, a defesa do estatuto do fato de todos os comentadores passa por duas teorias centrais: A teoria da figuração e a teoria da lógica. Esta escolha não é casual, se considerarmos que o fato é uma, ou melhor, a unidade ontológica do *Tractatus*, nada melhor que o sistema de coordenadas da teoria pictórica para encontrarmos seu reflexo e possibilidade de tratamento na linguagem. Ao passo que é a teoria da lógica que permite sabermos que tipo de cimento mantém a coesão do fato em si e com a linguagem. A divergência surge ao compararmos o papel destas duas teorias em cada uma das interpretações. Vou começar com a teoria pictórica.

Para os Hintikka, a teoria da figuração é uma espécie de mapeamento via satélite do mundo (no estilo “Google Earth”), ela permite realizarmos um espelhamento unívoco desde os elementos mais primitivos, que na concepção deles são os objetos, até os conglomerados mais complexos, como são os enunciados quantificados. Para Hintikka a teoria da figuração está intrinsecamente relacionada com a teoria da verdade. A teoria da figuração se estende a todos os enunciados indistintamente, sendo uma função um a um de todos os elementos em todos os níveis lógicos. Esta visão sobrecarrega a ideia dos “building blocks”, mas parece servir de justificativa para a primazia da dimensão ontológica.

Seguindo esta vertente, Glock é um pouco mais modesto, ao afirmar que a teoria da figuração mapeia apenas os estados de coisas, que se encontram um passo antes da definição de fato. Assim, o estado de coisas é uma possível

combinação de objetos com variados tipos lógicos, a relação de isomorfismo entre enunciado elementar e estado de coisas é garantida pela necessidade lógica. Os estados de coisas que existem dão origem aos enunciados verdadeiros e os que não existem aos falsos. Existir, nestes termos, é estar efetivamente configurado, ou seja, verificado por uma teoria da verdade.

Já para Hacker, sentido e significado se encontram em níveis distintos. A teoria pictórica permite uma representação de como estão arranjados os objetos e suas relações, por ser uma função isomórfica entre elementos do fato e do enunciado elementar, ela é a garantia lógica do significado por meio de uma relação interna entre modelo e modelado, embora o processo de significação seja uma função interpretação, em última instância, mentalista. Tudo que interfere com a esfera do sentido (as possibilidades de verdade dos enunciados complexos), não pode ser considerado função dos enunciados elementares, apenas operações com as possibilidades de verdade dos enunciados moleculares, ou melhor, *funções de verdade* dos enunciados elementares.

Peterson é mais enfático nesta diferença. A teoria pictórica se aplica exclusivamente ao significado, que é uma característica exclusiva dos nomes, sendo ela uma função um a um entre nome e objeto, assegurada por uma afinidade formal lógica inefável. O sentido se aplica a todos os enunciados da linguagem, se valendo da característica lógica intrínseca da bipolaridade, ela diz respeito à manipulação das condições de verdade e tão somente estas condições. Aqui, as condições de verdade em nada tem a ver com o mundo, apenas a manipulação das possibilidades de ocorrência dos estados de coisas componentes do enunciado. A referência direta ao mundo, por assim dizer, termina no enunciado elementar.

Na teoria da lógica, esta divergência não é diferente. Para os Hintikka, a lógica se estende a todos os elementos da linguagem: nomes, enunciados elementares, enunciados complexos, da mesma forma que se estende aos elementos do mundo. Uma posição, do ponto de vista sistemático, compartilhada por Quine¹¹⁶. Seguindo esta ordem, estes elementos biunívocos diferem apenas em complexidade lógica. Os quantificadores são entendidos, portanto, como nomes de segunda ordem. Por esta razão é possível que se fale de objetos de diferentes tipos e níveis lógicos.

¹¹⁶ Cf. QUINE. W.O., *Palavra e objeto*, 2010, p.209.

Para Glock, o entendimento da lógica é um pouco diferente. Se consigo exemplificar um enunciado elementar com os nomes dos tipos 'Fx' e 'a' em 'Fa', o mesmo vale para os objetos 'Fx' e 'a' que eles designam, assim, a lógica que dá forma ao fato se mostra na expressão 'Fa'. Exceto que, para este comentador os quantificadores, por exemplo, são delimitações lógicas que tem como escopo domínios hipotéticos, ou seja, a quantificação oferece traços gerais do mundo, ela me permite dizer coisas sobre todos os smurfs sem que eu tenha visto um sequer.

Para Hacker, o que diz respeito aos estados de coisas representados na linguagem, 'Fa' é um expediente de representação de 'Fx' e 'a', sendo 'Fx' uma propriedade, tão representável quanto no caso de ' aRb ', que decompõe-se em 'a', 'b' e ' xRy '. Entretanto, esta notação difere de todas as relações expressas na lógica, pois estas não são relações entre objetos ou fatos e sim operações, uma vez que são inter-definíveis e elimináveis. Ainda que representassem relações, isto feriria a ideia de que as partes são maiores que o todo. Todo o esquema de demonstração dos tipos lógicos de objetos e relações apenas mostra as propriedades estruturais da realidade, uma prova disso é a convenção gráfica da linguagem utilizada para representar o mundo.

Para Peterson, a teoria da lógica no *Tractatus* se divide em duas: a lógica inefável, que torna possível aos enunciados elementares representar os fatos, da qual não é possível fazer qualquer representação e a lógica como sintaxe, que trabalha a forma de construção dos enunciados. Tudo o que a lógica expressa através de enunciados lógicos não passa de considerações sintáticas sobre o próprio sistema simbólico, não há qualquer relação com o mundo, com os fatos. Aqui, de modo ainda mais enérgico, nega-se a possibilidade de decompor os fatos, e o argumento que evidencia isto é a tese de independência da lógica: não há objetos, relações e propriedades lógicas nos fatos elementares (os estados de coisas segundo a reinterpretação de Peterson).

E aqui cabe uma última consideração sobre o embasamento da discussão sobre os fatos, tanto os Hintikka, como Glock, consideram aceitáveis os usos de enunciados da linguagem ordinária como exemplificação de enunciados elementares, já Hacker e Peterson defendem que não é possível exemplificar enunciados elementares.

3.2 DAS INFLUÊNCIAS SOBRE WITTGENSTEIN

Parte do que embasa as afirmações acima, são as influências sobre o pensamento de Wittgenstein. Todos os comentadores são enfáticos em defender a influência de alguns filósofos nos conceitos expostos no *Tractatus*. Mas, a divergência surge quando se tenta definir quais são os conceitos efetivamente herdados e quais Wittgenstein modificou.

A fonte de boa parte da divergência de interpretações é o projeto logicista de Frege e Russell. Para os Hintikka, Wittgenstein era tão logicista quanto os outros dois filósofos. Isto fica ainda mais marcante com a afirmação de que a teoria funcional do enunciado não só é herdada de Frege, como é mais forte do que o princípio do contexto, que é justamente o que garante a possibilidade de tratamento e a defesa dos tipos lógicos dos objetos, por conseguinte, a possibilidade de decomposição dos fatos.

Glock, Hacker e Peterson afirmam que Wittgenstein não só rejeita o projeto de que a lógica é a ciência dos traços mais gerais da realidade, como afirmam que o princípio do contexto é muito mais importante que a teoria funcional do enunciado, pois, este princípio assegura a existência dos pressupostos do enunciado e do fato: os nomes e os objetos. Especialmente para Hacker e Peterson, a lógica passa a ser quase uma convenção, na medida em que toda a discussão sobre axiomas e teoremas é apenas uma questão sintática e destituída de valor metafísico.

Outra influência comentada por eles é o físico Hertz. O interessante da leitura de Peterson sobre esta influência é o forte teor idealista da herança do trabalho de Hertz. A passagem que citei anteriormente mostra que o físico alemão compara natureza e mente como dois modelos de correferências unívocas. Modelos que não são obtidos a partir de uma estrutura ontológica, mas de rede de pontos materiais invariáveis e indestrutíveis, estabelecidos como ponto de partida dos modelos, isto se confirma com a seguinte declaração de Peterson: “A ideia de Wittgenstein expressa no 6.3 do *Tractatus* de que muitos enunciados científicos gerais são sobre nosso modelo de representação do mundo e não sobre o mundo em si mesmo, pode ser encontrado em Hertz”¹¹⁷.

¹¹⁷ PETERSON, D. *Wittgenstein Early Philosophy: Three Sides of the Mirror*, 1990, p.21.

3.3 DO PAPEL DA ONTOLOGIA

Os Hintikka distinguem a possibilidade lógica dos fatos, dos fatos mesmos. As possibilidades dos fatos são chamadas de estados de coisas, estes estados de coisas unem-se para formar os fatos através de uma armação lógica e como é a mesma lógica que perpassa todos os elementos da realidade, os fatos se concatenam a partir da confirmação da efetivação de um dado conjunto de estados de coisas que são possibilidades de concatenação de objetos. Uma leitura que distingue *potência* (os estados de coisas) *de ato* (os fatos).

Outra questão ontológica dos Hintikka é a relação designativa de um enunciado geral como $\forall xFx$. Ao expressá-lo, o que estou fazendo é mostrar um traço lógico da realidade, uma figuração que auxilia a descrever a realidade completamente. Logo, esta quantificação será um fato se para todos os termos desta quantificação, o valor de verdade for verdadeiro. O fato é apenas a confirmação de uma configuração possível de uma miríade de configurações possíveis, o que me parece implicar em uma ontologia modal forte, na medida em que a multiplicidade de possibilidades se torna presente desde os objetos e cresce exponencialmente na medida em que ascendemos no grau de complexidade ontológica. Digo complexidade ontológica, pois, segundo estes comentadores “para Wittgenstein, toda lógica é essencialmente lógica dos objetos (...) ela [a lógica] é um estudo das formas dos objetos.”¹¹⁸ e “todas as proposições [enunciados] e não apenas as elementares, são figurações (...).¹¹⁹”, ou seja, está implícito na leitura dos Hintikka sobre a ontologia do *Tractatus* que ela é a primeira instância de apresentação da lógica. Assim, a partir da ontologia, a linguagem se configura para apresentar a realidade. E dentre os habitantes desse domínio, estão todos os fatos e complexos possivelmente descritíveis pela linguagem.

A interpretação moderada de Glock e Hacker nos mostra a possibilidade de elaborar um meio termo para a questão da primazia lógica, embora deixe a desejar por não estabelecerem um posicionamento claro sobre o assunto.

Para Glock, todos os estados de coisas, que o intérprete compreende como fatos atômicos, apontam para *configurações de objetos*, os que efetivamente são encontrados dentre as a configurações do mundo, ou seja, a modalidade se encerra

¹¹⁸ HINTIKKA, Marrill B. & Jaakko. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, 1994, p.140.

¹¹⁹ *Ibid.*, p.142. (Grifo nosso).

no estado de coisas. Outra questão é sobre a lógica, que é posta como condição de possibilidade do significado e do sentido, para este comentador, a linguagem é que deve reproduzir esta estrutura lógica da realidade.

Para Hacker, o fato é um ponto de intersecção que ocorre entre as possibilidades dos objetos, quando esta configuração ocorre. O fato é passível de ser decomposto, mas seus componentes só podem ser mostrados. Fora esta questão, os fatos se manifestam fenomenologicamente e a existência de seus componentes é garantida pela necessidade de se poder afirmar como as coisas não estão¹²⁰ e todo processo de representação da linguagem se realiza através da comparação entre fatos, pois só fatos podem representar fatos. O motivo eu ter me esforçado em posicionar Hacker como um dos filósofos que defende o atomismo lógico de Wittgenstein se baseia em três premissas: 1. A defesa da vacuidade lógica e sua notação arbitrária. 2. A existência dos objetos é uma necessidade lógica da análise. 3. A afirmação de que Wittgenstein altera o status fenomenológico dos fatos para um status sempiterno no *Philosophical Grammar* encontra a semente desta mudança já no *Tractatus*. A partir daí, como a teoria pictórica não está vinculada à teoria das funções de verdade, é possível afirmar que a modalidade, neste caso, termina nos estados de coisas.

Já para Peterson, os objetos que compõem o fato são somente pressupostos da exigência lógica da análise e dos objetos não podemos falar nada. Ainda que o enunciado elementar seja entendido por ele como *sentença elementar*, isto é, fatos que representam fatos, toda a forma de representação, neste caso, é apenas uma consideração sobre o sistema simbólico, o comportamento sintático da linguagem. Além do mais, o estado de coisas (*Sachverhalt*), traduzido por ele como *elementary fact*, tem a intenção de substituir na abordagem ontológica o sinônimo comumente apresentado como “configuração de objetos”. Para este comentador, qualquer tentativa de consideração sobre algo mais simples que o fato é contraditório, uma vez que, “o termo ‘atômico’ e ‘molecular’ estão reservados para o uso lógico, para indicar a ausência ou a presença de constantes lógicas ou objetos e não há objetos lógicos. Aqui estão inclusas relações como “x come y”, “x possui y”, “x é mais comprido que y”, etc.¹²¹ Soma-se a isso a afirmação de que não há nem modalidade no *Tractatus* (apenas uma modalidade lógica – *necessidade lógica*), no máximo,

¹²⁰ HINTIKKA, Merrill B. & Jaakko. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, 1994, p.66.

¹²¹ *Ibid.*, 72.

alguns traços presentes nas considerações sobre cores. Todo o restante ou pertence à teoria das funções de verdade, ou seja, são manipulações lógicas de possibilidades de verdade ou pertencem à afinidade lógica da teoria pictórica e esta afinidade é inefável. Neste caso, quantificação e modalidade estão dissociadas, a modalidade é interna às sentenças e se traduz por “ ‘A é necessário’ é para ser interpretado como ‘ $\models A$ ’, ‘A é possível’ é para ser interpretado como ‘ $\not\models \neg A$ ’ e ‘A é impossível’ é para ser interpretado como ‘ $\models \neg A$ ’, (...) [portanto] não há fatos necessários, possíveis ou impossíveis.”¹²². A quantificação, neste caso, não é aplicável a objetos de modo algum, mas os enunciados somente, enunciados que partilham de uma mesma forma sintática¹²³. Não somente “a ontologia e a teoria pictórica portanto, não constituem a base do *Tractatus*”¹²⁴, como a dimensão lógica e a dimensão ontológica jazem completamente separadas uma da outra, pois, a “lógica não pertence ao mundo dos fatos” e é a linguagem que se projeta sobre o mundo¹²⁵.

A partir disto, fica claro que seguindo um fluxo dos Hintikka, para Glock, e, depois, de Hacker até Peterson vemos uma deflação da modalidade, e junto com ela a redução da importância da ontologia como eixo central do *Tractatus* e uma gradual pendência para a dimensão da linguagem.

¹²² Peterson, p.128.

¹²³ Ibid., p.63; p.123.

¹²⁴ Ibid., 32.

¹²⁵ Ibid.

CAPÍTULO IV – O *TRACTATUS* E A TEORIA DA LINGUAGEM

Este capítulo final tem o objetivo de elaborar um conjunto de interpretações sobre as principais categorias que estiveram em jogo nos capítulos anteriores. Esta exposição se constitui uma tentativa de articular uma interpretação alternativa frente à problemática levantada pelas duas principais leituras apresentadas. Esta releitura é feita a partir de um mosaico de referências bibliográficas e significa um esforço no sentido de tentar melhor compreender as interpretações apresentadas anteriormente e buscar um caminho para avançar em uma leitura própria.

4.1 TEORIA E CRÍTICA DA LINGUAGEM NO *TRACTATUS*

Toda argumentação que se propõe esclarecer algum engano ou erro há de mostrar onde está o problema, demoli-lo e, em seguida, construir algo em seu lugar. Isto não é diferente no *Tractatus*, especialmente porque ele tem a pretensão de solucionar de uma vez por todas os problemas a que se propõe elucidar e mais: mostrar que estes não eram de fato problemas. Conduzindo-nos ao celebre silêncio do aforismo 7.

Ao aspecto construtivo, positivo e assertivo do *Tractatus*, chamo de teoria da linguagem. Este aspecto é a expressão da visão de Wittgenstein sobre as principais afirmações que formam a teoria da linguagem. Nela estão contidos todos os postulados e deduções que formam o quadro conceitual da obra.

Ao aspecto demolidor, negativo e crítico do *Tractatus*, chamo de crítica da linguagem. Este aspecto é resultado do confronto dos postulados dos enunciados com as influências dos outros pensadores sobre a teoria da linguagem. Por exemplo, as críticas à notação lógica de Russell, aos objetos lógicos de Frege, ao psicologismo, à teoria representacional ingênua da linguagem, etc. Este aspecto é a própria atividade filosófica de Wittgenstein¹²⁶.

Esta divisão não se encontra claramente organizada no texto, tampouco enumerada de modo especial. Ela constitui-se muito mais um posicionamento de Wittgenstein sobre as temáticas abordadas em cada um dos seus aforismos e isto forma uma proposta a mais para a leitura da obra. Uma interpretação que leve em

¹²⁶ Cf. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.0031.

consideração a aprovação e a desaprovação da herança e do contexto filosófico do autor, além de facilitar a localização da originalidade de seu pensamento.

Isto importa ser dito aqui, porque nas etapas que completam o restante deste estudo, irei apresentar minha interpretação da teoria da linguagem em seu aspecto positivo. A partir daí, tecerei um posicionamento final sobre a discussão empreendida nos capítulos precedentes.

4.2 A TEORIA REPRESENTACIONAL DA LINGUAGEM

A análise do jovem Wittgenstein o leva ao limite do que pode ser apontado pela linguagem. A partir do que ele define como o que se pode *dizer*, elabora-se uma ontologia fundamentada no enunciado e coordenada por uma forma lógica comum, que liga os constituintes mínimos da linguagem e do mundo a partir de um argumento chamado teoria pictórica.

A motivação central da teoria da linguagem são os erros produzidos pela tradição filosófica no emprego indevido e na escolha de termos ambíguos no discurso. Wittgenstein defende que o campo de problemas metafísicos presente na tradição, aparentemente filosóficos, são apenas tentativas mal sucedidas de compreensão e manipulação da linguagem¹²⁷. Para eliminá-los, seria preciso um trabalho de denúncia e avaliação da incompreensão da lógica da linguagem. Esta tarefa é denominada, justamente, de “crítica da linguagem” e consiste na atividade de análise e questionamento da correção da sintaxe (lógica) e da ligação semântico-ontológica (teoria pictórica). Considero que a crítica da linguagem, identificada como a tarefa filosófica, seja o resultado da aplicação de sua teoria representacional da linguagem, sua teoria ontológica, sua teoria pictórica e sua notação das tabelas de verdade sobre o discurso factual defeituoso.

Partindo do pressuposto que toda análise do discurso deve estar assentada em unidades básicas de análise, no caso da tradição filosófica que Wittgenstein fez parte, esta unidade é o *enunciado*. Começaremos expondo-a e, em seguida, seus componentes.

¹²⁷ Op.cit. aforismo 4.003.

4.2.1 O Enunciado (*der Satz*)

O tema do enunciado tem seu ponto de partida com o esforço de Frege em demonstrar que enunciados assertóricos dizem respeito ao mundo sem mediações subjetivas. Segundo o filósofo, o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*) são as dimensões fundamentais do enunciado. Para o filósofo alemão, o sentido é a forma de apresentação do enunciado e a referência é aquilo que é denotado por ela. Por exemplo, “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” têm sentidos diferentes, mas possuem a mesma referência, o planeta Vênus. Com esta classificação, foi possível afirmar que a linguagem alcança o mundo real e permite que tenhamos acesso público às verdades, isto é, independente de disposições subjetivas. Este posicionamento filosófico é comumente denominado de anti-psicologismo. E por psicologismo, podemos entender uma corrente epistemológica que relativiza o conhecimento do real, fundamentando-o a partir de juízos situados na experiência privada de cada sujeito.

Seguindo a orientação de Frege, Wittgenstein reformula este acesso ao mundo através da linguagem, partindo da premissa de que a linguagem possui uma identidade estrutural, ou melhor, a igualdade da dimensão lógico-sintática da linguagem com a estrutura do mundo, de modo que, o que completa a referência da linguagem ao mundo é uma dimensão semântica que conecta cada componente do enunciado a um elemento denotado no mundo. A linguagem que fala sobre o mundo é entendida como o conjunto dos enunciados com sentido. Há no *Tractatus* a distinção entre enunciados moleculares (complexos) e enunciados elementares (simples). Os enunciados moleculares se decompõem logicamente em enunciados elementares pela análise lógica da linguagem.

Outra reformulação é a mudança da interpretação do status realista da proposição segundo Frege e Russel. O que entendemos por *proposição* nos filósofos precedentes deve ser entendido no *Tractatus* como *enunciado*, pois, para Wittgenstein “*der Satz*” é sempre o resultado da relação projetiva de sinais proposicionais sobre o mundo. A proposição, ou melhor, o enunciado, nos termos do *Tractatus*, não existe por assim dizer. Ele é resultado de uma projeção. Completamente diferente da ideia fregeana de que a proposição “esta para” ou “expressa” algo no mundo subsistindo em algum outro reino. A proposição, o pensamento e o estado de coisas são o que é expresso pelo enunciado. Neste

caso, uma coisa só, tratadas cada qual por um viés diferente: linguagem, lógica e ontologia, respectivamente.

Embora muitos destes componentes se pareçam com os componentes da proposição em Frege, eles exercem um papel bem diferente no *Tractatus*. Enquanto para Frege, o sentido é o “modo de apresentação” da proposição, para Wittgenstein, o sentido é a relação projetiva da linguagem sobre o mundo. O enunciado complexo é composto por conectivos lógicos, propriedades lógicas e enunciados elementares. O enunciado elementar, por sua vez, é composto por nomes e uma forma lógica. Os nomes devem corresponder a objetos em uma relação um a um. Se isto ocorre, dizemos que todos os nomes do enunciado possuem referência (*Bedeutung*). Se a forma lógica do enunciado estiver de acordo com uma concatenação possível de nomes, ela descreve um *estado de coisas* (*Sachverhalt*). Wittgenstein também faz distinção entre níveis de complexidade nos enunciados da linguagem. E o que há em comum a todas as linguagens que nos permite expressar sobre o mundo, Wittgenstein chama de *pensamento*.

4.2.2 O pensamento (*der Gedanke*)

Seguindo uma orientação fregeana, Wittgenstein define o enunciado em três concepções: o conteúdo judicável¹²⁸, a sentença declarativa¹²⁹ e o pensamento¹³⁰. A respeito destes três componentes do enunciado, a tradição analítica, em especial Frege, organiza as sentenças em razão de seu “conteúdo judicável”. Por exemplo, “A casa está em chamas.”, “a casa está em chamas?” e “A casa está em chamas!” expressam uma condição comum que podemos descrever como “a circunstância da casa estar em chamas”¹³¹. Para Wittgenstein, isto é *o pensamento*, na medida em que a “*circunstância de*” é expressa em sentenças declarativas “a casa está em chamas” ou “the house is on fire” ou “La casa está en llamas”. O enunciado, desse modo, é entendido como a sentença declarativa que expressa o que há em *comum*

¹²⁸O conteúdo semântico comum ao emprego diverso da mesma sentença é a descrição da circunstância que permite o juízo do enunciado e, por consequência, atribuição de valores de verdade (os *types*).

¹²⁹A estrutura do enunciado pressuposta a qualquer apresentação sentencial (o aspecto fático da proposição) (os *tokens*).

¹³⁰O elemento em comum à ocorrência de conteúdos semânticos comuns às sentenças de linguagens contingentes diversas, o aspecto universal lógico do enunciado.

¹³¹PINTO, P.R.M. *Iniciação ao Silêncio*, 1998, p.145.

com todas as sentenças que se referem a um determinado pensamento. Se nos deparamos com duas sentenças “Is the house on fire?” e “das Haus steht in Flammen” dizemos que estas sentenças expressam o mesmo conteúdo judicável, mas, apenas a segunda sentença, expressa o *pensamento* “a circunstância da casa estar em chamas” e também o enunciado que descreve um *estado de coisas* que diz “é o caso que a casa está em chamas”. A diferença entre Wittgenstein e Frege surge quando o primeiro passa a considerar o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*) não mais como “modo de apresentação” e o “objeto mesmo”, mas como a “descrição da circunstância de configuração do enunciado” e a “relação um a um dos elementos do enunciado com os elementos da realidade”, quando estes dois componentes ocorrem em um enunciado, Wittgenstein diz que ela expressa um pensamento, pois “o pensamento é a proposição com sentido”¹³². Mas, o que é o sentido?

4.2.3 O sentido (*Sinn*)

O sentido é a expressão de uma forma válida dos elementos do enunciado organizados em seu interior. Esta forma é entendida como a configuração dos elementos do enunciado. Wittgenstein diz que o sentido é independente do tipo de sentença que usamos para expressá-la. Uma vez que o sentido está contido na própria configuração dos sinais simples que compõem a sentença. Por exemplo, quando dizemos: “a casa está em chamas”, para além da expressão dos sinais simples desta sentença (a dimensão signativa¹³³), dizemos que algo pode ser compreendido independentemente do idioma. O enunciado o faz independente do meio propagado, seja um cartaz, um sms, uma sentença proferida, etc. E é a partir da validade desta configuração que podemos verificar se o enunciado *pode corresponder* ao fato ou não. Ou melhor, se o enunciado é verdadeiro ou falso. Mas, como saber?

Duas exigências são condições lógicas, *a priori*, e uma terceira é *a posteriori*. A primeira exigência é de que os elementos do pensamento devam corresponder aos *sinais simples* empregues no enunciado, a segunda exigência é que a possibilidade de combinação destes sinais deva corresponder a um possível *estado de coisas*, a

¹³² WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4

¹³³ OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*, 2006, p.62.

terceira é a confirmação ou negação da correspondência entre o sentido do enunciado (as duas exigências anteriores) e o mundo. Assim, Wittgenstein defende a teoria da determinação do sentido. Este deve já estar determinado na *possibilidade* do enunciado, ou melhor, para que possamos chamar algo de enunciado é necessário que se cumpra as duas primeiras exigências. Logo, é intrínseco ao enunciado com sentido a pretensão de representar um fato verdadeiro ou falso, o que os comentadores chamam de *bipolaridade proposicional*¹³⁴. Isto implica que todo enunciado que tenha sentido está apto a realizar a última exigência que é a determinação de seu valor de verdade. Já que o enunciado é *sempre* uma asserção acerca de estado de coisas¹³⁵ que ocorre ou não ocorre. Mas, como vimos, há a necessidade anterior de correspondência entre sinal simples (nome) e objeto para que o enunciado tenha sentido e a isto, Wittgenstein chama de *referência*.

4.2.4 Referência (*Bedeutung*)

Para Wittgenstein, referência é quando um nome está para um objeto¹³⁶. Ela diz respeito à relação “um a um” dos componentes da *Elementarsatz* com os componentes do *estado de coisas*. Mas por que *Elementarsatz* e *estado de coisas*? Esta distinção é o que permite dizermos que a teoria da linguagem representacional em Wittgenstein é um atomismo lógico. Pois, os componentes do enunciado elementar, que são os nomes, devem ter como referência os objetos. Contudo, não é possível analisarmos os nomes isoladamente, logo, sempre que formos analisar a referência dos nomes de um enunciado elementar, devemos fazê-lo no contexto do próprio enunciado, é ele quem nos fornece o quadro geral de ocorrência de um dado conjunto de nomes. E como expressar qualquer coisa que não tenha sentido, como é o caso do nome, é expressar algo incompreensível, a análise termina sempre no enunciado elementar.

¹³⁴ Embora seja chamado de bipolaridade proposicional, devo chamar a atenção para o fato de que no *Tractatus* não se trata de proposição e sim, enunciado.

¹³⁵ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismos 4.16; 3.144; 4.064; 4.063; 4.021; 4.022.

¹³⁶ Cf. *Ibid.*, aforismo 3.203 e 3.22.

É esta teoria atomista que permite criar a imagem (*Bild*) do estado de coisas. De modo que os nomes projetem o objeto, através de sinais simples (*tokens*)¹³⁷, “O nome significa (*bedeutet*) o objeto. O objeto é seu significado (*Bedeutung*). (‘A’ é o mesmo sinal (*Zeichen*) que ‘A’.)”¹³⁸ e “o sinal proposicional é um fato”¹³⁹. Os sinais simples são a contraparte fática, os componentes significantes necessários para a expressão da referência do enunciado e também do seu sentido, já que “só fatos podem exprimir um sentido”¹⁴⁰. Este caráter de relação [nome – sinal simples (sinal do enunciado) – objeto] constitui o que na terminologia do *Tractatus* chamamos de símbolo (*Symbol*), que Russell, no prefácio ao *Tractatus*, identifica como *princípios do simbolismo*. Esta relação simbólica permite aferir a relação um a um dos nomes com os objetos, pois os nomes, enquanto sinais simples pertencem, também, ao domínio fático. Assim, a teoria representacional¹⁴¹ da linguagem estaria relacionada à teoria ontológica por dois lados: o primeiro, que é o domínio ao qual se refere e o segundo, ao universo de *tokens* utilizados para apresentar os fatos.

4.3 A TEORIA ONTOLÓGICA

Quando nos perguntamos por uma ontologia, isto é, o que são as coisas que existem, as que podem existir, e como elas se relacionam, devemos iniciar pela pergunta: como é descrito o universo segundo a obra?

O *Tractatus* possui traços de uma ontologia platônica somadas a um realismo. Com isso, digo que há coisas não-físicas, os objetos, logicamente pressupostos, que existem independentemente de quaisquer entidades e atividades empíricas ou subjetivas, e estas coisas têm o papel de fundamento da ontologia. Os objetos são os componentes dos *fatos*. Os fatos tomados enquanto concatenações destes objetos indestrutíveis, sempiternos e inacessíveis, gozam de um status de existência intramundana.

Desta forma, eles são em si, abstratos, pois são sempre mediados por uma dimensão analógica de referência. Digo que isto se soma a um realismo na medida em que afirmo que os enunciados, de acordo com o *Tractatus*, possuem condições

¹³⁷ Ibid., aforismo 3.202 e 3.22.

¹³⁸ Ibid., aforismo 3.203.

¹³⁹ Ibid., aforismo 3.14.

¹⁴⁰ Ibid., aforismo 3.142.

¹⁴¹ Representacional, que não é de fato representacional, mas “Apresentacional”.

de verificabilidade independentemente de nossa capacidade de reconhecer estas condições. Ou seja, as condições de confirmação de um determinado enunciado expressar um fato são independentes da minha capacidade de confirmá-los como tal.

A discussão sobre os fatos é feita nos aforismos iniciais. Há quem diga que isto representaria uma hierarquia de importância vital na questão dos entes na obra, mas ao que tudo indica é justamente o contrário. Por começar pelo ontológico, Wittgenstein pretende iniciar com o mais acessível, simples, completamente analisável, tendo em vista que a estrutura lógica da linguagem possui uma afinidade estrutural com o mundo, de modo que cada elemento do mundo possa ser analisado analogamente a cada elemento da linguagem, seguido da consideração desta própria estrutura da linguagem, terminando sua discussão no indizível, no inefável, naquilo que está para além desta estrutura. Além do mais, segundo os termos do *Tractatus*, não é possível falar de realidade sem que já tivéssemos introduzido a linguagem na discussão. Wittgenstein parece colocar a ontologia como primeiro tema por considerar que a linguagem cotidiana possui os aparatos adequados para a compreensão da discussão, embora não possua os critérios adequados de univocidade e transparência de uma notação lógica fundamental para a compreensão dos tópicos seguintes.

4.3.1 O fato (*Tatsache*)

Para o *Tractatus*, “o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas”¹⁴². Pois, “o que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas”¹⁴³. E o que é este estado de coisas? “O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas).”¹⁴⁴.

Aqui identificamos os seguintes componentes: fato = (estado de coisas + existência) e estado de coisas = (objetos + configuração), portanto, fato = ((objetos + configuração) + existência). Contudo, diferente de uma equação linear, há uma classificação de níveis que precisa ser mostrada:

¹⁴² Ibid., aforismo 1.1.

¹⁴³ Ibid., aforismo 2.

¹⁴⁴ Ibid., aforismo 2.01

2. Nível dos valores de verdade: (funções de verdade)	Fato	=	Estado de coisas	+	Existência
1. Nível atômico:	Estado de coisas	=	Objetos	+	Configuração

Assim, o primeiro esclarecimento é o significado de existência. Poderíamos pensar que a existência dos estados de coisas faz uma referência modal àquilo que é possível e à inexistência a aquilo que é impossível¹⁴⁵. Entretanto, o conceito de existência colocado aqui, tem a ver com a exigência da *bipolaridade proposicional* e isto não diz respeito à modalidade. Para responder com mais clareza, vamos recorrer à diferença nas traduções¹⁴⁶ do original para a língua inglesa, feitas por Ogden/Ramsey e Pears/McGuinness. Os primeiros, entenderam a palavra *estado de coisas* (*Sachverhalt*) como *Atomic facts* (*fatos atômicos*) e os segundos, como *State of affairs* (*estado de relações*)¹⁴⁷. A impressão é que o primeiro aponta para a ontologia, enquanto o segundo busca um fundamento lógico-probabilístico do *Tractatus*. Minha escolha pela interpretação do *Sachverhalt* segue uma orientação ontológica e, para preservar as referências textuais na tradução que estou utilizando, manterei o termo “estado de coisas”. Deste modo, ao nos referimos à existência dos fatos (*Tatsache*), estamos falando de algo no mesmo nível da *bipolaridade proposicional*, poder ser o caso ou não. Ou melhor, poder ser um fato positivo ou negativo.

Wittgenstein faz uma distinção interessante quanto à classificação dos fatos em sua ontologia. Há quatro tipos para os fatos: os complexos, os fatos, os fatos positivos e os fatos negativos. Os complexos e os fatos são classificados segundo a análise lógica da linguagem. Os complexos são decomponíveis em fatos, da mesma maneira que os enunciados complexos são decomponíveis em enunciados elementares. Já os fatos positivos e negativos são resultado das afirmações dos enunciados sobre os fatos. Quando um enunciado afirma algo que ocorre, ele descreve um fato positivo, quando o enunciado afirma algo que não ocorre, ele

¹⁴⁵ GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*, 1998, pp.160-161.

¹⁴⁶ Referência retirada da tradução para o inglês presente no site: <http://people.umass.edu/klement/tlp/> que contém as traduções de Ogden/Ramsey e Pears/McGuinness, lado-a-lado (side-by-side).

¹⁴⁷ Repare que “current affairs” significa: atualidades, temas atuais.

descreve um fato negativo¹⁴⁸. Mas, isto implicaria na existência de fatos negativos? Não. Fatos negativos são apenas resultado de descrições de fatos que não ocorrem, eles não gozam do estatuto de existência. Um fato negativo é a descrição de um ponto branco no papel pintado com manchas pretas¹⁴⁹. Este tal “fato negativo” é, na verdade, a referência à nossa possibilidade de dizer coisas falsas.

Há ainda outra classificação dos fatos. Ela diz respeito ao aspecto lógico-probabilístico da ontologia. Baseia-se no termo *fatos possíveis*. Esta classificação é um ponto sensível na discussão do estatuto dos fatos. O que nos remete à discussão anterior. Uma vertente lê os fatos possíveis como *possibilia*. Isto é, como arquétipos lógico-probabilísticos dos fatos. Já outra vertente, descarta a leitura modal da ontologia e interpreta os *fatos possíveis* como um realce lógico de um conjunto x de objetos, desconsiderando a possibilidade de atribuição de valores de verdade.

4.3.2 O Mundo (*die Welt*)

Este caso dos fatos positivos e negativos é uma resposta nos termos de uma teoria da verdade à *bipolaridade proposicional* que diz: um enunciado falso descreve um estado de coisas que não é o caso: um fato negativo, e uma proposição verdadeira descreve um estado de coisas que é o caso: um fato positivo. É a partir desta definição que Wittgenstein obtém o conceito de mundo: “o mundo é tudo o que é o caso”¹⁵⁰. Mundo é a reunião de todos os fatos positivos. E porque não os negativos? Ora, “se a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo o que não é o caso”, os fatos negativos são uma dedução dos fatos positivos. O que justifica afirmar que se “ $\neg p$ ” é verdadeiro, é porque conheço o sentido de “ p ” e sei o que tornaria “ p ” verdadeiro se ele fosse o caso. Mas, isto não significa que exista algo como “ $\neg p$ ” ou que exista algo como “*o atual rei do Brasil tem 12 anos*”, embora cada um dos dois não exista por um motivo diferente, um fato negativo é um estado de coisas que poderia existir, mas, verificado no mundo, ele não existe. Assim, o mundo não é composto por estados de coisas, mas sim, por estados de coisas que sejam verdadeiros. Daí é possível compreender que *existir* e *subsistir* indicam,

¹⁴⁸ WITTGENSTEIN, L. *Cadernos*, 1914-1916, p. 48 [14.11.14].

¹⁴⁹ Op.cit. Apêndice I (*Notas sobre Lógica*), p.146.

¹⁵⁰ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 1.

indiretamente, condições de verdade. Assim, existir é ser verdadeiro quando é o caso e subsistir é ser logicamente verdadeiro, i.e. ser pressuposto.

4.3.3 A Realidade (*die Wirklichkeit*)

O conceito de realidade nada mais é que a soma da dedução dos fatos negativos a partir da totalidade dos fatos elementares existentes (o mundo). Em um sentido lógico, a realidade são todos os fatos possíveis, isto é, todos os fatos positivos e fatos negativos: “a existência e inexistência de estados de coisas é a realidade (*Wirklichkeit*).”¹⁵¹.

Ocorre no *Tractatus* a presença de outro termo que perturba bastante a interpretação do termo *realidade*, que é *realidade total*: “A *realidade total* é o mundo”¹⁵². As traduções de Ogden/Ramsey e Pears/McGuinness possuem uma variação interessante para a tradução do termo “realidade total” (*gesamte Wirklichkeit*):

<p>“Die Wirklichkeit Welt.”</p>	<p>gesamt ist die</p>	<p>.....</p>	<p>“The total reality is the world”</p>	<p>.....</p>	<p>“The sum-total of reality is the world.”</p>
---	-------------------------------	--------------	---	--------------	---

Penso que o termo de Pears/McGuinness, *soma total*, oferece uma interpretação em termos de valor de verdade. Podemos deduzir que “realidade total” é a soma de todos os fatos. Ao passo que o conceito “realidade” é a avaliação modal do mundo: entre todas as *possibilidades* de estados de coisas (supondo n possibilidades), temos x estados de coisas que existem e y estados de coisas que não existem, o somatório de $x + y$ deverá ser sempre n . A “realidade total” é a comprovação de x *a posteriori*, seguido da dedução de $|n - y|$. Quais fatos compõem a “realidade total” (quais os estados de coisas que são x) é filosoficamente irrelevante. Entretanto, *como* a realidade é e do que ela é composta, mostra-se absolutamente essencial. Deste modo, a “realidade total” é um conceito contingente que pressupõe uma listagem dos fatos e um processo de interpretação e dedução. Enquanto o conceito de “realidade” é lógico-ontológico, portanto, formal e *a priori*.

¹⁵¹ Ibid., aforismo 2.06.

¹⁵² Ibid., aforismo 2.063. (grifo nosso).

Em razão da determinação dos *fatos* positivos serem *a posteriori* , não podemos atribuir nenhum suporte lógico de consequência entre os fatos.

4.3.4 O objeto (*der Gestand*)

A concepção de objeto participa da ontologia como um elemento fundamental em nossa discussão sobre a teoria da figuração e como condição de possibilidade para a composição dos fatos: “A configuração dos objetos constitui o estado de coisas.”¹⁵³, ele “é o fixo, subsistente; a configuração é variável, instável”¹⁵⁴, já que “o fixo, o subsistente e o objeto são um só”¹⁵⁵. Até aqui, podemos observar uma clara delimitação entre conteúdo e forma na ontologia: “forma = estado de coisas” e “conteúdo = objetos”. Esta questão ganha contornos difusos na medida em que vamos adicionando aforismos como “a substância é o que subsiste independente do que seja o caso”¹⁵⁶ e “os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar sobre eles, não posso enunciá-los. Um enunciado só pode dizer como uma coisa é, não o que ela é.”¹⁵⁷.

Isto quer dizer que, entre todas as configurações válidas em que posso empregar nomes, a única coisa em comum é o que subsiste em cada um deles, os objetos e, da mesma forma, sua contraparte linguística: “o nome não pode ser desmembrado por meio de uma definição: é um sinal primitivo”¹⁵⁸. Wittgenstein parece indicar que estes sejam constituintes hipotéticos da ontologia ao mesmo tempo em que se protege de uma análise *ad infinitum* . Os objetos existem, mas o que são não é possível dizer. Se o fizéssemos, retornaríamos aos estados de coisas (aos fatos elementares). Entretanto, qual o propósito de levar a discussão ontológica a este ponto? É justamente a relação do objeto e suas formas de ligação com o nome, que permitem a representação do mundo pela linguagem: a teoria da figuração.

¹⁵³ Ibid., aforismo 2.0272.

¹⁵⁴ Ibid., aforismo 2.0271.

¹⁵⁵ Ibid., aforismo 2.027.

¹⁵⁶ Ibid., aforismo 2.024.

¹⁵⁷ Ibid., aforismo 3.221

¹⁵⁸ Ibid., aforismo 3.26.

4.4 A TEORIA DA FIGURAÇÃO

A meta deste passo é apresentar a interpretação da heurística desenvolvida por Wittgenstein para justificar sua teoria representacional da linguagem. Um modo de esclarecermos isto é explicar o paralelismo semântico-ontológico. Este item trata, portanto, dos artifícios de que o autor lança mão para justificar como o mundo pode ser espelhado pela linguagem. Em outras palavras, trata-se da teoria que antecede a teoria da verdade do *Tractatus*.

4.4.1 A figuração é a heurística do paralelo semântico-ontológico

O elemento chave para a teoria da figuração (também conhecida por teoria pictórica) é a introdução do conceito de figuração. No aforismo 2.1 Wittgenstein diz: “Figuramos os fatos.”

“Wir machen uns Bilder der Tatsachen.”	ourselves facts”	“We make to pictures of ourselves.”	“We picture facts to ourselves.”
---	---------------------	---	-------------------------------------

Poderíamos pensar que ele está querendo criar uma epistemologia. Talvez, pela leitura inglesa do “ourselves”. Mas, o verbo “*machen*” constitui uma ação realizada pelo sujeito e não uma ação praticada que tem como referência ele próprio. Isto já exclui possíveis refutações psicologistas. No aforismo seguinte fica evidente a função e o domínio de atuação da figuração: “A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas.”¹⁵⁹. A figuração é a expressão de um vínculo essencial entre linguagem e mundo: “E o vínculo é precisamente ser figuração lógica dela.” Entendo destes aforismos que a figuração representa o mundo pela linguagem por um liame lógico. Mas, qual é o método de representação?

Segundo Wittgenstein, “a figuração é um modelo da realidade”¹⁶⁰. Deste modo, a figuração é uma teoria modelar/projetiva de representação. O termo

¹⁵⁹ Ibid., aforismo 2.11.

¹⁶⁰ Ibid., aforismo 2.12.

“figurar” sugerido na tradução de Luiz H. L. dos Santos, obtido a partir de “Bilder”, não significa, tão somente, uma imagem, ela deve ser encarada como um modelo virtual da realidade. Em defesa desta observação temos no aforismo 4.01 a identificação entre enunciado, figuração da realidade e modelo (*Modell*). Tal como uma maquete, que busca representar uma cena real através de miniaturas¹⁶¹, a figuração arranja seus elementos modelando-os (*Abbildung*). Isto também é afirmado por Wittgenstein, nos aforismos 2.13 e 2.15.

Ora, esta teoria modelar/projetiva usa como suporte este liame lógico, resultado da afinidade estrutural e a correspondência unívoca entre cada um dos elementos que compõem o nível pré-ontológico e pré-linguístico. Para que o enunciado elementar figure um fato, é preciso, então, que cada nome corresponda a somente um objeto e que tanto o enunciado como o fato tenha a mesma multiplicidade lógica. Destarte, identificamos, até agora, a seguinte divisão na teoria da linguagem:

1. Nível atômico:	Estado de coisas (objetos + configuração)	↔	Enunciado elementar (sentido + referência)	Teoria pictórica
1.a Nível pré-atômico	Objetos	↔	Nomes (referência)	Relação Interna da teoria pictórica
1.b Nível pré-atômico	Configuração (forma lógica)	↔	Configuração (forma lógica)	

É importante chamar a atenção para o grau de independência da teoria pictórica em relação ao restante da teoria da linguagem. Podemos dizer que a correspondência entre os estados de coisas e o enunciado elementar é assegurada pela relação um a um e pelas relações internas (afinidade estrutural). O resto é convenção arbitrária. Uma prova disto é que “o disco gramofônico, a ideia musical, a escrita musical, as ondas sonoras, todos mantêm entre si a mesma relação interna afiguradora que existe entre linguagem e mundo. A construção lógica é comum a todos. (...)”¹⁶² Esta passagem endossa tanto a tese de auto-suficiência da linguagem ordinária como a tese da sinonímia entre linguagens.

¹⁶¹ MONK, R. *Wittgenstein: O dever do gênio*, 1990, p.117.

¹⁶² WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo.4.014

Destarte, o processo de afiguração poderia ser descrito do seguinte modo: um pintor que pinta a si mesmo através de um espelho. O pintor é o fato e a tela é a figuração, e o espelho é, justamente, a *metáfora* da afinidade lógica entre figuração e figurado. Já que “o fato, para ser uma figuração, deve ter algo em comum com o afigurado”¹⁶³. Não que o espelho seja um terceiro elemento, mas sim, a condição de afinidade entre o pintor e sua própria imagem na tela. O que garante isto, como foi dito acima, é a forma da figuração¹⁶⁴. O espelho, tal como a forma da figuração, exhibe a forma do pintor e da imagem do quadro feito por ele. A figuração, qualquer que seja, podendo ser verdadeira ou falsa¹⁶⁵, “representa uma situação possível no espaço lógico”¹⁶⁶ e contém a possibilidade da situação que ela representa”. Pois, é intrínseco a ela o mesmo espaço lógico dos fatos. Entretanto, ela ter a mesma estrutura que o fato que pretende afigurar é uma questão contingente, do mesmo modo que é contingente se o pintor faz seu auto-retrato visto de lado, visto de cima, de cabeça para baixo, etc.

Se estiver correto, isto significa que “toda figuração é também uma figuração lógica (...)” e isto é o *comum* entre figuração e afigurado¹⁶⁷. No exemplo do pintor, temos uma figuração de imagem (de cores), mas se fosse um pintor fazendo uma maquete de um pintor, por exemplo, teríamos uma figuração espacial e uma figuração de imagem. Logo, o tipo de figuração é arbitrário. Exceto que toda figuração é baseada em uma *figuração lógica*. Logo, a figuração lógica é o *essencial* da figuração. Mas, em razão de ser essencial ela se torna impossível de ser descrita na linguagem. Ela é o pressuposto da linguagem.

Também é essa capacidade da linguagem de afigurar a realidade que permite Wittgenstein falar dos valores de verdade. Do mesmo modo que são citados fatos positivos e fatos negativos, existem figurações verdadeiras e figurações falsas¹⁶⁸. O critério de decisão do valor dessas figurações é sua comparação e a concordância ou a discordância com a realidade¹⁶⁹. Tendo em vista o aspecto projetivo da figuração, ele afirma que não existem figurações verdadeiras ou falsas

¹⁶³ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 2.16.

¹⁶⁴ *Ibid.*, aforismo 2.17.

¹⁶⁵ *Ibid.*, aforismo 2.173.

¹⁶⁶ *Ibid.*, aforismo 2.202.

¹⁶⁷ *Ibid.*, aforismo 2.2.

¹⁶⁸ *Ibid.*, aforismo 2.21 e 2.22.

¹⁶⁹ *Ibid.*, aforismo 2.222.

*a priori*¹⁷⁰, uma vez que a figuração consiste em uma projeção sobre a realidade, não há fatos verdadeiros *a priori*. Ao estabelecer este critério de comparação da projeção, o filósofo austríaco se compromete com a concepção da verdade como correspondência. Mas, não no sentido plenamente tradicional. Esta concepção implica em outra teoria chamada teoria das funções de verdade.

4.5 A TEORIA DAS FUNÇÕES DE VERDADE

Há três motivações maiores para expor a teoria das funções de verdade neste trabalho. A primeira é a necessidade de fechar a teoria representacional da linguagem. A segunda é a explicação das constantes lógicas. Até agora, não pusemos em questão o significado das constantes lógicas na teoria representacional da linguagem, i.e. no discurso assertivo. A teoria das funções de verdade serve justamente para guiar a análise das propriedades e relações lógicas. A terceira motivação é o papel que a teoria das funções de verdade exerce como argumento em nossa exposição sobre o estatuto do fato.

A primeira coisa que devemos considerar é que a teoria das funções de verdade não tem como objetivo versar sobre os fatos. Esta teoria faz uma análise das *possibilidades de verdade* dos enunciados complexos e elementares. Ela está assentada no conceito de bipolaridade.

Em segundo lugar, ao se tratar de um único enunciado elementar, sabemos que ele ou é verdadeiro, ou é falso. Mas se tentássemos realizar operações com mais de um enunciado, formando enunciados complexos, o cálculo seria mais complicado e as *possibilidades de verdade* passariam a abranger uma quantidade maior de possibilidades. Este processo de combinação lógica entre enunciados elementares, Wittgenstein chama de *operações*. Para que sejamos capazes de compreender corretamente o que é isto, precisamos esclarecer o que o termo significa. Assim, estabeleceremos as seguintes passagens: “a operação é a expressão de uma relação entre as estruturas de seu resultado e de suas bases.”¹⁷¹ e “a operação é o que deve acontecer com um enunciado para que dele se faça outro.”¹⁷² E “A operação só pode intervir onde um enunciado resulta de um outro de

¹⁷⁰ Ibid., aforismo 2.225.

¹⁷¹ Ibid., aforismo 5.22.

¹⁷² Ibid., aforismo 5.23.

maneira logicamente significativa.(...)”¹⁷³. Esta é a fórmula do *Tractatus* para, a partir de enunciados elementares, formarmos enunciados complexos.

A cada aplicação da operação, modificamos as possibilidades de verdade de um enunciado elementar. Por exemplo, $(p \vee \neg p) \leftrightarrow (\neg(\neg p) \wedge p)$. Isto vale tanto para um único enunciado elementar como para múltiplos enunciados elementares combinados entre si. Como por exemplo, as combinações possíveis entre os enunciados elementares r e p a partir das operações de negação, adição lógica, multiplicação lógica, etc.¹⁷⁴. O cálculo de possibilidades parte da seguinte afirmação: “Quanto à existência e inexistência de n estados de coisas, há $K_n = \sum_{v=0}^n \binom{n}{v}$ possibilidades. Podem todas as combinações dos estados de coisas existir e outras não existir.”¹⁷⁵. Simplificando¹⁷⁶ este calculo de possibilidades, temos uma função exponencial da ordem de 2^n possibilidades, onde n representa o número de enunciados elementares envolvidos e o numeral 2 significa os possíveis valores de verdade dos enunciados (V ou F).

Para realizar a avaliação e a demonstração de como cada um dos enunciados elementares participa das possibilidades de verdade dos enunciados complexos, Wittgenstein introduz o método das *tabelas de verdade*¹⁷⁷. Se a cada enunciado atribuímos o valor V para verdadeiro e F para falso, obtemos a seguinte combinação de possibilidades de verdade para os enunciados r e p , tomados em conjunto:

p	V	V	F	F
q	V	F	V	F

A cada inclusão de um novo enunciado elementar, esta estrutura se modifica e amplia a gama de combinações:

¹⁷³ Ibid., aforismo 5.233.

¹⁷⁴ Adição lógica equivale ao “ou”, multiplicação lógica ao “e”.

¹⁷⁵ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.27.

¹⁷⁶ É compreensível que Wittgenstein tenha colocado a ordem de possibilidades através da expressão de somatório, se considerarmos que seu conhecimento em engenharia facilita a dedução de um somatório a partir da análise combinatória de binômios.

¹⁷⁷ Vale salientar que Wittgenstein, ao introduzir as tabelas de verdade, mostra que os grafos que exemplificam as combinações lógicas e as possibilidades de verdade resultantes de suas relações são puramente arbitrários. Uma tabela de verdade apenas contém as abreviações dos enunciados em questão e os valores referentes a cada grupo de combinações.

p	V	V	V	V	F	F	F	F
q	V	V	F	F	V	V	F	F
r	V	F	V	F	V	F	V	F

Neste ponto, podemos dizer que a aplicação das operações descreve cada uma das combinações possíveis dos valores de verdade. A totalidade de combinações possíveis é determinada pela quantidade de enunciados elementares envolvidos. E para isto, Wittgenstein enuncia: “Quanto à concordância e discordância de um enunciado com as possibilidades de verdade de n enunciados elementares, há $\sum_{k=0}^{K_n} \binom{K_n}{k} = L_n$ possibilidades.”¹⁷⁸.

Como vimos acima, K_n equivale a um cálculo exponencial da ordem de 2^n possibilidades, Se reiterarmos o cálculo obteremos $(2)^{(2)^n}$ (dois elevado a dois que é elevado a “n”). O que significa dizer que, em uma *relação* de possibilidades de verdade entre dois enunciados p e q , onde antes tínhamos 4 possibilidades para p e q , teremos uma quantidade de 16 possibilidades de relação. Wittgenstein apresenta este cálculo para separar o conjunto de valores que resultam no valor verdadeiro, do conjunto de valores que resultam no valor falso das combinações possíveis entre valores de verdade de enunciados elementares. O que ele chama de fundamentos de verdade e fundamentos de falsidade, respectivamente.

Em outros termos, definem-se os fundamentos de verdade como o resultado “verdadeiro” decorrente da combinação dos valores veritativos do grupo de enunciados mais simples, presentes nas operações que compõem o complexo analisado. Os fundamentos de falsidade, o resultado “falso”, decorrem da combinação dos valores veritativos do grupo de enunciados mais simples, presentes nas operações que compõem o complexo analisado. Quando a verdade de dois enunciados está presente em um enunciado complexo verdadeiro que as contém, dizemos que os primeiros seguem-se do segundo¹⁷⁹, o inverso vale para os fundamentos de falsidade. Isto pode ser exemplificado pela tabela de verdade:

	p	q	$p \vee q$	
1	V	V	V	→
2	V	F	V	→ Fundamentos de verdade
3	F	V	V	→
4	F	F	F	→ Fundamento de falsidade

¹⁷⁸ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.42.

¹⁷⁹ Cf. *Ibid.*, aforismos 5.11 e 5.12.

O que se deve notar aqui é que nesta teoria não entra qualquer tipo de referência à composição dos nomes no enunciado e, por consequência, qualquer coisa acerca do mundo. O que está em jogo aqui são apenas as notações que expressam combinações de valores de verdade (Cf. 5.101):

“As funções de verdade de um número qualquer de enunciados elementares podem ser inscritas num esquema¹⁸⁰ da seguinte espécie:

(V,V,V,V)(p,q)	Tautologia (se p, então p; e se q, então q.)	$((p \rightarrow p) \wedge (q \rightarrow q))$
(F,V,V,V)(p,q)	em palavras: não ambos p e q.	$(\neg(p \wedge q))$
(V,F,V,V)(p,q)	” ”	: se q, então p. $(q \rightarrow p)$
(V,V,F,V)(p,q)	” ”	: se p, então q. $(p \rightarrow q)$
(V,V,V,F)(p,q)	” ”	: p ou q. $(p \vee q)$
(F,F,V,V)(p,q)	” ”	: Não q. $(\neg q)$
(F,V,F,V)(p,q)	” ”	: Não p. $(\neg p)$
(F,V,V,F)(p,q)	” ”	: p ou q, mas não ambos. $(p \vee q) \wedge (p \wedge q)$
(V,F,F,V)(p,q)	” ”	: Se p, então q; se q, então p. $(p \leftrightarrow q)$
(V,F,V,F)(p,q)	” ”	: p
(V,V,F,F)(p,q)	” ”	: q
(F,F,F,V)(p,q)	” ”	: Nem p nem q. $(\neg p \wedge \neg q)$
(F,F,V,F)(p,q)	” ”	: p e não q $(p \wedge \neg q)$
(F,V,F,F)(p,q)	” ”	: q e não p $(\neg p \wedge q)$
(V,F,F,F)(p,q)	” ”	: q e p $(q \wedge p)$
(F,F,F,F)(p,q)	Contradição: (p e não p; e q e não q.)	$(p \wedge \neg p) \wedge (q \wedge \neg q)$

É a partir desta caracterização que se completa a teoria representacional da linguagem. A partir de onde é possível que ele dê a definição final do que é um enunciado (complexo): “o enunciado é a expressão da concordância e discordância com as possibilidades de verdade dos enunciados elementares”¹⁸¹. O que nos leva a completar o quadro dos níveis da teoria representacional da linguagem com a

¹⁸⁰ Faremos alterações na grafia original do texto de Wittgenstein a fim de facilitar a leitura atual dos conectivos lógicos. As alterações que forem feitas serão designadas pelo uso do *itálico*.

¹⁸¹ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.4.

afirmação: “O enunciado é uma função de verdade dos enunciados elementares (o enunciado é uma função de verdade de si mesmo).”¹⁸². Isto explica porque os enunciados complexos são manipulações de valores de verdades e também justifica a bipolaridade. O caminho inverso é explicado logo em seguida: “os enunciados elementares são os argumentos de verdade do enunciado”¹⁸³. Isto implica na ligação estreita da teoria das funções de verdade à lógica formal: à semântica, no que diz respeito aos valores de verdade (à função de interpretação) e à sintaxe, no que diz respeito às operações de verdade (regras de emprego e tradutibilidade dos conectivos lógicos). Isto completa o raciocínio geral da teoria representacional da linguagem e nos permite fazer a seguinte caracterização:

2. Nível dos valores de verdade dos enunciados (função de verdade)	Possibilidades de verdade	↔	Combinação entre enunciados elementares	Teoria das funções de verdade
2a. Nível dos valores de verdade elementar	O estado de coisas ou ser ou não ser o caso	↔	Enunciado elementar	Bipolaridade
1. Nível atômico:	Estado de coisas (objetos + configuração)	↔	Enunciado elementar (sentido + referência)	Teoria pictórica
1.a Nível pré-atômico	Objetos	↔	Nomes (referência)	Relação Interna da teoria pictórica
1.b Nível pré-atômico	Configuração (forma lógica)	↔	Configuração (forma lógica)	

É a partir destas classificações que Wittgenstein apresenta a regra geral da forma dos enunciados para qualquer enunciado que é uma função de verdade de valores de verdade (todos os enunciados o são): “a forma geral da função de verdade é: $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. Isto é, a forma geral da enunciado.”. Onde lemos \bar{p} = conjunto de todos os enunciados elementares; $\bar{\xi}$ = um subconjunto não vazio de \bar{p} ; $N(\bar{\xi})$ = a aplicação reiterável de rejeição aos enunciados do subconjunto de $\bar{\xi}$.

4.5.1 Os casos-limite: o *sem sentido* e o *contra-senso*

No decurso da investigação da linguagem no *Tractatus*, aos nomes que não significam objeto algum, ou combinações de nomes que não tenham denotação, Wittgenstein estabelece o termo “*contra-senso*” (*Unsinn*). Como por exemplo: “o

¹⁸² Ibid., aforismo 5. (A leitura correta deste aforismo é o enunciado complexo é uma função de verdade dos valores de verdade dos enunciados elementares que o compõe).

¹⁸³ Ibid., aforismo 5.01.

bem é mais ou menos idêntico ao belo”¹⁸⁴. Onde teríamos problemas em desenvolver uma descrição definida para os supostos nomes “belo” e “bem”, como identificá-los a partir da totalidade de suas descrições. O mesmo vale para os sinais lógicos de qualquer notação. Pois, se não há objetos lógicos¹⁸⁵, não há nomes que lhes correspondam. A classificação e o papel dos *contra-sensos* são fundamentais para a concepção filosófica desenvolvida na obra. Este “beco sem saída” da análise denuncia supostos problemas filosóficos através do emprego de elementos que não têm uma descrição definível. E ser definível, nestes termos, é poder ser completamente descrito ainda que sua descrição envolva um conjunto indefinido de objetos que caiam sob os conceitos analisados.

Agora, se disséssemos: “o número quatro dorme furiosamente”, o problema não seria com o significado de cada nome que compõe a sentença, mas sim, sua estrutura lógica. Quando isto ocorre, dizemos que o enunciado é “sem sentido” (*sinnlos*). Isto significa dizer que o enunciado tem uma configuração lógica não contingente.

Ambos os casos limite têm uma função essencial na teoria da linguagem como um todo. Estes dois casos demarcam a linha que separa o que pode ser dito e o que só pode ser mostrado.

Aos tipos de enunciados que caem sob o conceito de *Unsinn*, temos duas opções: ou eles são realmente erros por descuido na referência (*Bedeutung*), ou são enunciados metafísicos. Curiosamente, do mesmo tipo que os aforismos do *Tractatus*¹⁸⁶. Quanto aos tipos de enunciados que caem sob o conceito de *sinnlos*, temos duas opções: ou elas são erros por descuido da lógica de nossa linguagem (a lógica que comanda a construção das possibilidades de verdade), ou são enunciados que fazem referência à sua própria estrutura. Como é o caso da tautologia e da contradição. Estes dois casos especiais correspondem aos casos limite das possibilidades de verdade. No caso $(\alpha \vee \neg\alpha)$, suas possibilidades de verdade estão condicionadas ao valor verdadeiro em 100% das possibilidades. Por mais que eu empregue o critério de tradutibilidade de $\alpha = (\theta \rightarrow \beta) \wedge (\gamma \vee \neg\delta)$, quaisquer que sejam os valores de θ , β , γ e δ , o caso $(\alpha \vee \neg\alpha)$ sempre será

¹⁸⁴ Ibid., aforismo 4.003.

¹⁸⁵ Ibid., aforismo 4.441

¹⁸⁶ Cf. *ibid.*, aforismo 6.54.

verdadeiro. O mesmo vale para a contradição, que torna o enunciado falso em 100% das possibilidades de valoração. Como no caso $(\alpha \wedge \neg\alpha)$, seja lá por qual enunciado eu substitua α , sempre será falso.

4.6 A FILOSOFIA NO *TRACTATUS*

A definição de filosofia para Wittgenstein, parte dos erros produzidos pela Tradição filosófica no emprego indevido da linguagem e pela falta de clareza devido à escolha de termos dúbios no discurso. O que podemos chamar de “*tentativas mal-sucedidas de compreensão e manipulação da linguagem*”. Isto faz com que este campo de problemas, aparentemente filosóficos, se restrinja a um trabalho de denuncia de incompreensão da lógica da linguagem, como podemos observar no aforismo 4.003:

A maioria dos enunciados e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos (*unsinnig*). Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu *caráter de contra-senso (unsinnigkeit)*¹⁸⁷. A maioria das questões e enunciados dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem. (são da mesma espécie que questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico que o belo.) E não é de admirar que os problemas mais profundos *não* sejam problemas.

Seria este, então o papel da filosofia para Wittgenstein? Outra pista que pode nos levar a uma definição mais consistente é a afirmação de que “A filosofia não é uma das ciências naturais. (A palavra ‘filosofia’ deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais.)”¹⁸⁸: A filosofia ou está submetida à ciência como uma ferramenta de análise, ou está acima da ciência, como uma condição normativa desta última. Pois, se todos os enunciados verdadeiros são as ciências naturais e a filosofia não é uma ciência natural, *ela não deve de modo algum*, gerar enunciados verdadeiros. Isto significa dizer que a função da teoria pictórica, as funções de verdade e a construção de teorias científicas, que correspondem ao esforço de uma linguagem descritiva, não são de responsabilidade da filosofia.

¹⁸⁷ Itálicos e acréscimo de termos entre parênteses nossos.

¹⁸⁸ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.111.

Quando Wittgenstein dá a opção dela estar “acima ou abaixo” das ciências naturais, ele já nos dá a pista do caráter relativo que a filosofia toma diante das ciências, isto é, da tentativa de descrever o mundo. Da perspectiva do mundo, a filosofia está abaixo por não acrescentar nada à sua descrição. Da perspectiva das condições de possibilidade do mundo, a filosofia está acima por ser capaz de colocá-las em questão. Assim a filosofia não diz verdades, apenas observa sobre o que já é evidente, ela elimina a nódoas do discurso. Trata-se, portanto, de uma atividade de clarificação lógica do discurso¹⁸⁹. É desta maneira que podemos dizer: “Toda filosofia é ‘crítica da linguagem’” (Todavia, não no sentido de Mauthner.)¹⁹⁰. Aqui, nos parece que a crítica da linguagem mauthneriana é negada por esta eleger a dúvida como alicerce da ciência e constante da filosofia. O que não é o caso de Wittgenstein. Para ele, o suporte à teoria da verdade é de ordem lógica, de uma concepção de lógica *a priori* e estruturante do mundo e da linguagem, evidenciada pelo exercício da filosofia. E isto é a marca de sua “crítica da linguagem”. Como podemos observar no aforismo 6.53:

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, enunciados da ciência natural – portanto algo que nada tem a ver com a filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em seus enunciados. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto.

A esta atividade de análise e questionamento da correção da sintaxe e da ligação lógica entre linguagem e realidade é o que denominamos o *método analítico*.

Se a filosofia é posta nestes termos, ela não deve agir sobre seu objeto de análise a partir de axiomas e teoremas, tampouco, tecer discursos sobre qualquer domínio intra-mundano, como faz a ciência. Pelo contrário, “a filosofia limita o território disputável (*contestável*) da ciência”¹⁹¹, ao passo que a ciência decide que rede colocar sobre a mesa branca e como delimitar as manchas pretas estarão organizadas, a filosofia oferece as dimensões da mesa e do que ela é feita, isto é, a

¹⁸⁹ Cf. ZILHÃO A., *Linguagem da Filosofia e filosofia da linguagem*. Estudos sobre Wittgenstein, p. 17-19.

¹⁹⁰ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 4.0031.

¹⁹¹ Cf. Op. Cit., aforismo 4.113.

filosofia dá os limites para a ciência. A finalidade filosófica se resume, então, a dissolver as discrepâncias do uso sintático (lógico) e semântico da linguagem, como é posto no aforismo 4.112:

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são enunciados filosóficos, mas é tornar enunciados claros. Cumprir à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turbos e indistintos.

Se a meta filosófica de Wittgenstein¹⁹² é a clarificação lógica e a ela não cabe descrever nada, suas ferramentas de operação devem ser a decomposição do discurso até suas partes mínimas e a evidência da forma lógica contida nele. O que, obviamente, nos remete à decomposição das sentenças em enunciados elementares (semântica) e a operação com tautologias (sintaxe). Por definição, os dois critérios não podem acrescentar nenhuma informação adicional ao conteúdo analisado. Então como explicar o método de clarificação da filosofia?

4.6.1 O que pode ser dito e o que pode ser mostrado

Wittgenstein declara nos aforismos 4.114 e 4.115 a respeito da filosofia:

Cumprir-lhe delimitar o pensável e, com isso, o impensável. Cumprir-lhe limitar o impensável de dentro, através do pensável. Ela significará o indizível ao representar claramente o dizível.

Devemos iniciar a tradução do termo “darstellt” por *apresentar*. Segundo a distinção entre *Vorstellung* e *Darstellung*, “darstellt” significa “apresentar”. *Vorstellung* significa representar e é uma palavra ligada à postura mentalista. Seguindo a minha interpretação da influência de Hertz sobre Wittgenstein, fica mais claro o que se quer dizer com os aforismos acima. Nomeadamente, que podemos de alguma forma compreender o indizível no nível de *apresentação* do dizível. Ao longo do livro, as palavras que fazem referência ao que pode ser dito estão vinculadas aos termos

¹⁹² Cf. OLIVEIRA M. A. de, *A Filosofia na crise da Modernidade*, p. 87-94.

afigurar, dizer, apresentar (representar, na tradução brasileira¹⁹³) e descrever. Ao passo que mediante o uso de termos como *espelhar, exhibir e mostrar* a referência segue a perspectiva fenomenológica de auto-evidência do mostrar-se. Assim, o método para tocar estes limites nos parece ser a reiteração de exemplos do dizível, que a partir da auto-evidência, mostra o indizível. Esta interpretação é assegurada pelo aforismo 4.121:

O aforismo não pode representar a forma lógica, esta forma lógica se espelha no aforismo. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que se exprime na linguagem, nós não podemos exprimir por meio dela. O aforismo mostra a forma lógica da realidade. Ela a exhibe.

Dessa forma, o exemplo do espelho, que usamos ao falar da forma lógica, se mostra de grande utilidade para compreender a distinção. Pois, o espelho reflete a imagem do pintor, a imagem não traz nada do espelho consigo, exceto a forma do pintor. Ela apenas pressupõe que haja uma superfície refletora, assim como pressupõem que haja um pintor a originar a imagem refletida. O exemplo também vale para a impossibilidade de dizermos sobre o espelho. Se tivéssemos que descrevê-lo, teríamos que sair de seu ângulo de reflexão e nos pormos, por assim dizer, “fora do espelho”, de modo a podermos descrevê-lo corretamente. Neste exemplo, podemos substituir o espelho pela lógica e o subsistente de sua ontologia, pode ser entendido como aquilo que dá conteúdo, que preenche a forma do pintor.

Se o objetivo da filosofia é chegar até o limite do pensamento e é através do método do dizer e do mostrar que podemos traçar o limite, e a filosofia do *Tractatus* é “crítica da linguagem”, então implicitamente, é afirmada uma teoria da linguagem em seu sentido lato.

Portanto, a teoria da linguagem do *Tractatus* parte da linguagem como um conceito abstrato e universal, distingue o domínio objetivo descritivo científico e estabelece um domínio das condições de possibilidade que só pode ser tematizado tangencialmente, a partir de exemplos do domínio empírico e da capacidade auto-referencial da linguagem.

¹⁹³ Pode-se questionar que os tradutores do *Tractatus* não tenham utilizar o termo “apresentar” para evitar um vocabulário fenomenológico. Mas, a distinção, pelo menos, deveria ser digna de nota, pois faz toda a diferença na leitura do texto. Entretanto, o próprio Wittgenstein mais tarde faria sua leitura fenomenológica do *Tractatus*. (cf. WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Grammar*, 1974.)

Acredito que esta caracterização da filosofia e sua distinção metodológica seja suficiente para iniciarmos a caracterização dos temas que perpassam o domínio do indizível.

4.6.2 Os domínios do indizível

Durante a exposição do *Tractatus*, a distinção do dizer e do mostrar se faz presente desde a primeira temática: a ontologia, até o silêncio de seu aforismo final: “sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar”¹⁹⁴.

Durante a leitura da obra é possível identificar dois domínios do indizível: 1) o domínio do que se pode espelhar na linguagem – O Sintático, e 2) o domínio do inefável – O Místico. O primeiro é amplamente trabalhado no decurso da obra, o segundo só é citado nos aforismos finais que antecedem o silêncio, do aforismo 6.4 ao aforismo 6.522. A questão do mostrar entra aqui como o único método para tangenciar estes domínios profundamente importantes para a filosofia de Wittgenstein. A partir deste método podemos compreender a essência da realidade e da linguagem; compreender o sentido da vida; ver as coisas sob a perspectiva do eterno; compreender a dimensão do sujeito; compreender o papel da vontade; entender a diferença entre o mundo do bom e o mundo do mau; e, ainda assim, permanecer em silêncio.

4.7 O QUE É A LÓGICA?

De acordo com as interpretações que vimos nos capítulos II e III sobre o que é a lógica, temos duas opções:

1) A lógica é a sintaxe da linguagem e da realidade. Uma espécie de condição de possibilidade condicionante da realidade e de todas as teorias possíveis sobre ela.

2) A lógica é a condição de possibilidade de representação da realidade na linguagem. O que divide a lógica em lógica notacional (os enunciados lógicos) e a afinidade lógica inefável do enunciado com o fato.

¹⁹⁴ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, aforismo 7 .

Penso que nenhuma delas esteja completamente errada, nem completamente certa. Embora seja mais favorável à importância vital do *Grundgedanke*. Contudo, acredito que haja, também, certa normatividade metafísica no *Tractatus*. Wittgenstein, à época do livro, não considerou a existência de outras lógicas, ou mesmo extensões para lógica tradicional. Uma prova disto é o malabarismo que empregou para justificar a bivalência semântica de sua lógica. A bipolaridade é um exemplo desse comprometimento. Do outro lado da discussão, a lógica não está tão comprometida assim com um domínio do real. Pois, quando tratamos até onde vai a relação entre ontologia e lógica esbarramos com a afirmação de que só há necessidade lógica e de um enunciado elementar não podemos inferir nenhum outro. O que coloca a modalidade bem longe do cerne de nossa discussão.

O caminho que vejo possível é entender a lógica como uma condição de possibilidade do dizível e do indizível, ao mesmo tempo em que não pode ser objeto de nenhuma consideração¹⁹⁵. Os enunciados da lógica não mostram nada sobre o mundo, apenas sobre a sintaxe da linguagem, pois, em relação ao mundo a lógica é apenas uma condição de possibilidade. E isto tudo não passa de uma contradição. Uma contradição que o próprio Wittgenstein afirma ao pedir que tomemos os aforismos como pseudo-enunciados. Ora, então não são somente os enunciados da lógica que podem mostrar algo sobre a lógica. Nem somente a linguagem enquanto meio de expressão do pensamento, pois a linguagem é feita de um arranjo entre elementos fáticos: notas musicais, grafos, ranhuras em um disco gramofônico. O que significa, portanto, que toda essa conversa sobre o que é a lógica não passa de uma pressuposição por parte do Wittgenstein e uma tentativa tendenciosa por parte dos comentadores, com a finalidade de ter mais assuntos controversos, ou para justificar que o filósofo austríaco, de alguma forma, já possuía o cerne de alguma filosofia que veio depois dele. A lógica é tão somente algo que ele teria de pressupor para poder tematizar coisas ainda mais inefáveis e difíceis de discutir no contexto analítico de sua época como Deus, o sentido da vida, a vida após a morte, etc.

¹⁹⁵ Esta afirmação é uma contradição performativa.

CONCLUSÃO

Todos os pontos que levantei no capítulo anterior se juntam neste momento para dar suporte à leitura do problema. No final, os problemas são menores do que podem parecer. O estilo místico e caleidoscópico do *Tractatus* precisa de alguns métodos mínimos de leitura. Wittgenstein à época do livro teve muita influência não só dos analíticos, mas em grande parte de filósofos idealistas e pensadores místicos e religiosos. As terminologias truncadas no texto abrem para muitas interpretações possíveis, inclusive as que eu fiz. E a doutrina do dizer e do mostrar acaba tendo um peso mais hermético, que exegético. A lógica, neste contexto, não seria diferente. Ela é apenas um degrau para algo que o Wittgenstein achava muito maior: aquilo que ele não escreveu no livro, um domínio da experiência que não pode ser verbalizado e isto, para Wittgenstein, também não era papel da filosofia discutir. Até onde, então, podemos elucubrar sobre a questão da primazia lógica?

5.1 HÁ UMA DIMENSÃO DE PRIMAZIA?

Como foi dito nas últimas linhas do capítulo III, há um percurso de redução da importância teórica da ontologia no *Tractatus*. Embora a observação em si não se constitua um problema, o que vejo se formar subjacente a estas formas de ler o *Tractatus* é o seguinte: se na minha leitura do *Tractatus*, ponho em evidência a ontologia, implicitamente, defendo a tese de que é esta dimensão que possui a prioridade lógica. Com isso, quero dizer que a lógica, por assim dizer, se apresenta nas coisas, nos fatos, para ter sua estrutura copiada na linguagem, ou melhor, toda lógica deve possuir um conjunto de referência. Se eu afirmo que a ontologia tem pouca importância dentro do quadro teórico do *Tractatus*, e que a lógica não é lógica do mundo, mas exclusivamente, uma sintaxe lógica. Implicitamente, defendo a tese de que a linguagem é a dimensão que cede; fornece; é posta sobre a realidade; e que a lógica não demanda um conjunto de referência.

Este problema que levanto tem o seguinte argumento: segundo a forma como é elaborada interpretação dos comentadores, a complexidade ou atomicidade do

fato, em último caso, implica em uma instância como elemento determinante da forma lógica. Se o fato é complexo, o elemento determinante da lógica é a dimensão ontológica, o que na minha leitura dos Hintikka, leva a um realismo ingênuo, se o fato é atômico, o elemento determinante da lógica é a dimensão linguística, que na minha leitura de Peterson implica em um idealismo kantiano. Até este momento, isto não diz respeito à leitura intermediária de Glock ou Hacker. A classificação da leitura intermediária das interpretações mostra sua importância no que diz respeito ao *Grundgedanke*. Para Hintikka e Glock o *Grundgedanke* é apenas um lembrete de que a sintaxe lógica se mostra na linguagem como ela é no mundo. Isto fundamenta a forma de se ler os aforismos com uma grande quantidade de numerais como tendo um peso argumentativo menor que os com poucos numerais.

Se considerarmos que Wittgenstein pensa a lógica sem a ontologia, a lógica só pode estar atrelada à linguagem. Mas, como falar de linguagem sem um meio de manifestação dela? Wittgenstein tem tanta consciência deste problema que disse: “apenas fatos podem representar fatos”. Não é a toa que a história da maquete do acidente nos *Notebooks* fez tanto sucesso entre os comentadores. Há uma dimensão imprescindível para a manifestação da linguagem. Acontece que outro problema surge dessa defesa: o eu, o sujeito metafísico, o místico e outras categorias que são transcendentais, não são construções intramundanas, nem intralinguísticas. Como responder ao fato de Wittgenstein elaborar linguisticamente uma série de questões sobre estes temas inefáveis?

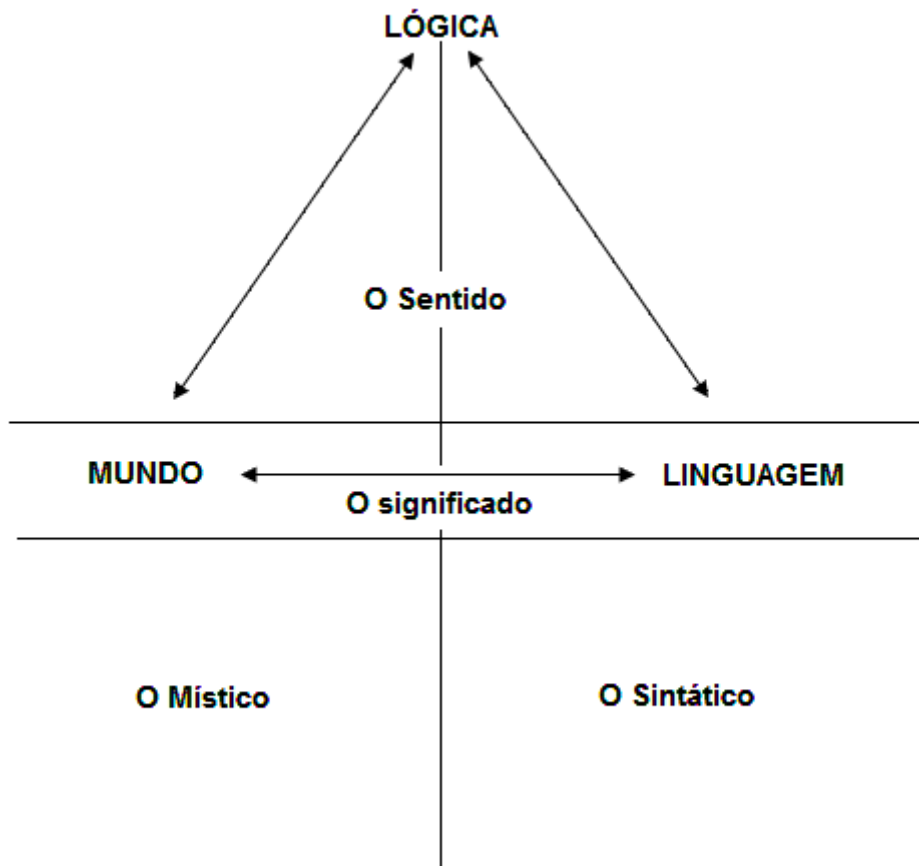
5.2 RESPOSTAS POSSÍVEIS

Este ponto de tensão entre a primazia lógica da ontologia ou da linguagem que vejo surgir ao ler os comentadores me remete à conclusão de que isto não é de todo um problema, por duas razões distintas:

1) Assumindo que Wittgenstein leve em consideração esta dinâmica em sua metafísica, no *Tractatus*, estas dimensões são complementares e a escolha por uma primazia apenas obscurece a condição de que mundo, lógica e linguagem se implicam simultaneamente. Primeiro, porque a lógica é a condição de possibilidade do mundo e da linguagem; o mundo é condição de expressão da linguagem e a linguagem é condição de tematização do mundo. Segundo, que é justamente a

condição transcendental da lógica que assegura o sentido, o significado e, mais que isso, todas as outras categorias inefáveis utilizando o tratamento do *mostrar*. Terceiro, que a linguagem tenha lógica, isto se mostra no emprego dos símbolos, na sintaxe, que o mundo tenha lógica é a experiência do místico, do que não há possibilidade de expressão na linguagem.

O que me impele a elaborar minha própria versão esquemática:



Ora, nesse esquema tentei mostrar que mundo, lógica e linguagem estão ligados pelo sentido. O significado espelha mundo e a linguagem por uma afinidade inefável que uns consideram mental, outros lógico-transcendental e eu considero místico-sintático, a razão da minha opção está na função um a um que converte coisas incomunicáveis (nem mesmo pela doutrina do mostrar) em “building blocks” da linguagem, conforme certas condições sintáticas. Não há lógica no significado, apenas a certeza de que ocorre uma função um a um entre os elementos do mundo e da linguagem.

2) A segunda razão disto não ser de todo um problema é que o próprio Wittgenstein à época do *Tractatus*, jamais aceitaria questionamentos metafísicos,

tampouco seria a favor de questionamentos metafísicos. Embora a própria obra seja este questionamento. Nisto, eu e todos os comentadores são impelidos a concordar. Não há possibilidade de tratarmos objetivamente a metafísica. Dentro do conjunto metafísica incluo a lógica, a realidade, a linguagem, o sujeito, a vida etc.

A própria expressão da obra é uma prova disso, ao terminar de “ver” corretamente o mundo, deve-se abandonar a escada e permanecer em silêncio. Isto porque toda a filosofia é análise e chagado ao limite dela, deve-se pressupor por uma necessidade lógica que se chegou ao limite, além do mais, os próprios aforismos da obra são pseudo-enunciados. Assegurados por funcionar em um sistema axiomático, que como vimos, é arbitrário, convencional e vazio de conteúdo. O que nulifica toda a possibilidade de discussão sobre a primazia de alguma dimensão: ontologia ou linguagem.

Espero que no decurso deste texto tenha sido possível observar questões e detalhes que surgem e esmorecem ao lançarmos a luz de uma interpretação comparada e cuidadosa.

Da mesma forma em que fui motivado a apresentar este problema da primazia lógica a partir da concepção de fato no *Tractatus*, outras questões poderiam ser levantadas aqui: qual o limite do convencionalismo lógico na obra? A forma lógica é uma característica exclusiva do enunciado elementar ou está presente nos enunciados complexos? O procedimento que demonstrei aqui pode servir para tantas outras questões, que permanecem ainda como objeto de debate.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALMEIDA, Custódio L. S.; IMAGUIRE, Guido; OLIVEIRA, Manfredo A. de. (Orgs.) *Metafísica Contemporânea*, Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

BIZARRO, Sara. *A hertzian interpretation of Wittgenstein's Tractatus*, Eidos, Barranquilla, n.13, p.150-165, nov., 2010.

BLACK, Max. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.

BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Gonçalves Nelson. *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CALVET DE MAGALHÃES, Theresa. *De Wittgenstein à redescoberta da mente: a filosofia analítica*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

DUTRA, Delamar J. V. *Nós e o Absoluto [Um mundo de Sofrimento: Ética e Metafísica em Schopenhauer]*. São Paulo: Loyola, 2001, pp.51-66.

FANN, K. T. *El concepto de filosofía en Wittgenstein*. Tradução espanhola: Miguel Angel Beltran. Madrid: Telémaco, 1992. 2ª edição.

FRASCOLA, Pasquale. *Wittgenstein's Philosophy of Mathematics [1994]*. New York: Routledge, 2006.

FREGE, Gottlob. *O Pensamento [1988]*. Trad port: Marco Ruffino. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Edufrn, 1999.

FREGE, Gottlob. *Sobre o Conceito e o Objeto e Sobre; Sobre o Sentido e a Referência, [1892]*. Tradução brasileira: Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

GIANNOTTI, José Arthur. *Apresentação do Mundo: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GLOCK. Hans J, *Dicionário Wittgenstein [1996]*. Trad. port: Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein, [1989]*. Bristol: Oxford Press, 1997.

HALLER, Rudolf. *Wittgenstein e a Filosofia Austríaca: Questões [1968]*. Trad. port.: Noberto de Abreu e Silva Neto. São Paulo: EDUSP, 1990.

HARTNACK, Justus. *Wittgenstein y La filosofía contemporánea*. Tradução castelhana: Jacobo Muñoz. Caracas: Ariel, 1977. 2ª edição.

- HERTZ, *Principles of Mechanics: Presented in a New Form* [1899], New York: Cosimo, 2007.
- HINTIKKA, Merrill B. & Jaakko. *Uma investigação sobre Wittgenstein* [1986]. São Paulo: Papirus, 1994.
- HINST, Peter. *Quines Ontologiekriterium*, in: *Erkenntnis*, Vol.19, No.1/3, Dordrecht and Boston: D.Reidel Publishing Co., May, 1983. pp. 193-215.
- HUTTO, Daniel D. *Wittgenstein and the end of philosophy: Neither Theory nor Therapy*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- LEBLANC. H, *On Dispensing with Things and Worlds*, In: Munitz M. K. (org.), *Logic and Ontology*, New York: New York University Press, 1973.
- LOPARIC, Zeljko [Dir.] & AGNOL, Darlei Dall' [Org.]. *Wittgenstein no Brasil*, São Paulo: Ed. Escuta, 2008.
- MONK, Ray. *Wittgenstein: O dever do gênio* [1990]. Trad port: Carlos Alfonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOUNIN, G. *Dictionnaire de la linguistique*, Paris: Presses universitaires de France, 1974.
- NAGEL. E, *Logic Without Ontology*, in: Olshenski Th. K. (org.), *Problems in the Philosophy of Language*, New York: Holt, Reinhart and Winston, 1969.
- OLIVEIRA, Manfredo. A. de. *A Filosofia na crise da Modernidade*. São Paulo: Loyola, 1990.
- OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea* [1996]. São Paulo: Loyola, 2006, 3ª ed.
- OLIVEIRA, Manfredo. A. de. *Metafísica estrutural enquanto Teoria do Ser*. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.82-107, nov., 2010.
- PETERSON, Donald. *Wittgenstein Early Philosophy: Three Sides of the Mirror*, Toronto and Buffalo: University of Toronto Press, 1990.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao Silêncio: Análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998.
- QUINE, W. van Orman. *Palavra e objeto*, Petrópolis: Vozes, 2010.
- RICKETTS, Thomas. *The Cambridge Companion to Wittgenstein* [1996]. New York: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- RUSSELL, B.; WHITEHEAD, A. N. *Principia Mathematica*, Londres: Cambridge University Press, 1910.

SCHOPENHAUER, Arthur. *The World as Will and Representation* [1818], Vol. I, Tradução inglesa: Judith Norman, Alistair Welchman e Christopher Janaway. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

THEMUDO, Marina Ramos. *Ética e Sentido: Ensaio de Reinterpretação do Tractatus Logico-Philosophicus de Ludwig Wittgenstein*. Coimbra: Almedina, 1989.

VANNI ROVIGHI, Sofia. *História da Filosofia Moderna*. São Paulo: Loyola, 1991.

WALLNER, Friedrich. *A Obra filosófica de Wittgenstein como unidade*. Tradução brasileira: Álvaro Alfredo Bragança Júnior & Idalina Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 1ª edição.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos 1914-1916*, Tradução portuguesa: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Notebooks 1914-1916*, Eds: Wright & Anscombe, New York: Harper & Row, 1969.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, [1922]. Tradução brasileira: José Artur Giannotti. São Paulo: Edusp, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus* [1922], [Edição Bilingue] Tradução brasileira: Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Logico-Filosofico*. Tradução portuguesa: M. S. Lourenço. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 3ª edição.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Grammar*. Tradução inglesa: Anthony Kenny. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

ZILHÃO, Antônio. *Linguagem da Filosofia e filosofia da linguagem*. Estudos sobre Wittgenstein, Lisboa: Edições Colibri, 1993.